

**ENSINO, PESQUISA &
CIDADANIA EM
CONVERGÊNCIA**

Volume 5: Direito, Administração e
Economia em interconexões

Faculdade Metropolitana São Carlos

ISBN 978-17-2508-774-3

ENSINO, PESQUISA & CIDADANIA EM CONVERGÊNCIA

Volume 5: Direito, Administração e Economia em interconexões

ORGANIZAÇÃO DA COLETÂNEA

Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel
Profa. Ma. Maria Margarete Salvate Brasil
Profa. Ma. Neuza Maria de Siqueira Nunes

EDITORAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DA COLETÂNEA

Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel
Profa. Ma. Maria Margarete Salvate Brasil
Profa. Ma. Neuza Maria de Siqueira Nunes

ISBN: 978-17-2508-774-3

FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS

Avenida Governador Roberto Silveira, nº 910

Bom Jesus do Itabapoana-RJ

CEP: 28.360-000

Site: www.famescbji.edu.br

Telefone: (22) 3831-5001

Projeto Gráfico da Capa: Tauã Lima Verdán Rangel



O conteúdo de cada trabalho é de responsabilidade exclusiva dos autores.

A reprodução dos textos é autorizada mediante citação da fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca Marlene Henriques Alves – Famesc

F143e Faculdade Metropolitana São Carlos

v. 5 Ensino, pesquisa & cidadania em convergência : volume 5 :
direito, administração e economia em interconexões / Faculdade
Metropolitana São Carlos. – Bom Jesus do Itabapoana, RJ : [s.n.], 2018.
5 v.

Modo de acesso: World Wide Web:

<http://www.famesc.edu.br/biblioteca/>.

ISBN 978-17-2508-774-3

1. DIREITO – TRABALHOS ACADÊMICOS 2. UNIVERSIDADE
METROPOLITANA SÃO CARLOS – TRABALHOS ACADÊMICOS
3. ENSINO SUPERIOR – PESQUISA – TRABALHOS ACADÊMICOS
1. Faculdade Metropolitana São Carlos II. RANGEL, Tauã Lima Verdan
(org.) III. NUNES, Neuza Maria de Siqueira (org.) IV. Título

CDD 340

P R E F Á C I O

Prezado Leitor!

Com imensa alegria, prefaciamos o conjunto de produções oriundos do projeto interdisciplinar denominado “*Ensino, Pesquisa e Cidadania em convergência*”, capitaneado pelos professores Ma. Neuza Maria de Siqueira Nunes e Dr. Tauã Lima Verdán Rangel em suas práticas e técnicas de ensinagem cotidianas, desenvolvidas no ambiente da Faculdade Metropolitana São Carlos, campus de Bom Jesus do Itabapoana-RJ.

Pensar, contemporaneamente, no processo de ensino-aprendizagem perpassa, de maneira obrigatória, pela capacidade dos docentes se reinventarem e mediarem o conhecimento como algo dinâmico, multifacetado, fluído e com interações diretas com a realidade em que os discentes estão inseridos. Inclusive, neste aspecto, sobleva mencionar a missão da Faculdade Metropolitana São Carlos como agente de desenvolvimento local, direcionando sua atenção para os matizes e as peculiaridades existentes na região do noroeste fluminense, em especial o Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ.

Assim, o ambiente acadêmico deve ser um espaço democrático de contribuições recíprocas, reflexões crítico-científicas e heterogêneo, a fim de compreender dinâmicas e temáticas dotadas de relevância no contexto atual. A partir de tal ótica, o projeto supramencionado se apresenta como instrumento capaz de promover a inclusão dos discentes como protagonistas do processo de

ensino-aprendizagem; atores centrais responsáveis por conferir materialidade e pensamento crítico-reflexivo ao conteúdo ministrado.

Desta feita, o projeto “*Ensino, Pesquisa e Cidadania em convergência*”, ainda que esteja em sua primeira edição, apresenta resultados robustos e frutíferos, o quê, em grande parte, se deve ao envolvimento dos discentes na dinamicidade do processo de ensino-aprendizagem, abandonando o cômodo *status* de sujeitos passivos da apreensão do conhecimento e passando, de maneira direta, influenciar na construção, na reflexão e na propagação do saber científico.

Convidamos todos à leitura!

Prof. Dr. Carlos Oliveira de Abreu
Diretor Geral da Faculdade Metropolitana São Carlos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel	
ADMINISTRAÇÃO	12
Crise Econômica 2014-2017: impacto na produção e distribuição de brinquedos	13
Anna Karolyne Christóvão Bertoque, Pâmela Ribeiro de Mello, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	
Carne bovina: um produto importante para a economia brasileira em 2017	21
Octávio César Alves Crisóstomo, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	
Desemprego no Brasil: 2016-2018	29
Tamirys de Souza Maria, Laís de Souza Pimentel, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	
DIREITO	36
Energia solar: o futuro da matriz energética do Brasil	37
Dalrenice da Silva Caçado, Camila da Silva Martins, Patrícia Oliveira, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	
O desemprego no Brasil no período de 2012-2017	45
Adriani Eduardo Castro, Aline Honorato Borges, Silveira, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	
Transportes multimodais do Brasil do século XXI	54
Larissa dos Santos Gomes, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	

Transporte hidroviário: uma alternativa para o Brasil	62
Daiane Moraes Bello, Luciana dos Santos Malaquias, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	
A economia na Síria após a guerra civil de 2011.....	69
Bianca Manhães Gomes de Araújo, Larissa da Silva Leal, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	
Biocombustíveis: uma alternativa econômica e ambiental ao uso da gasolina	79
Brenda Rocha Marcelino, Julia Maria Soares Souza, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	
A Lei da Responsabilidade Fiscal como mecanismo de controle da dívida pública	88
Cláudia Gonçalves Brito, Arnold Gabriel Freitas de Oliveira, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	
A economia de Cuba após a Revolução de 1959	95
Domingos Sávio Peres do Amaral, Matheus de Oliveira Lima, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	
Plano Real: fim da inflação e a conquista da estabilidade econômica	105
Francine Tavares Souza Bsstos, Thais da Silva Prepetá, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	
O colapso de 1929: precedentes e características	113
Júnia Bareli Feres, Sara Faria Lopes, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	
Crise Brasileira: análise e consequências no Setor Terciário a partir de 2015	121
Laís Petrilho Costa, Luiza Cordeiro Gomes, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	

Bitcoin: uma análise econômica da inovadora moeda comercial	130
Laura Boechat Mendonça, Waldir Teixeira Neto, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	
Energia Eólica: uma alternativa e uma fonte limpa	136
Leonardo Henriques Pedroza, Rodrigo Tatagiba Souza, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	
A exportação da carne bovina do Brasil no período compreendido entre 2010 a 2017	144
Letícia Lugão Pacheco Oliveira, Nelia Karoliny Rio Lima Oliveira, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	
Nióbio: mito ou verdade	152
Luan Rosa Ramos, Elias Antônio Cunha Araújo Neto, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	
O tabaco e sua contribuição econômica e cultural	162
Vitor Nassar Motta, Mairlon Fabian de Souza Silva, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	
Dessalinização da Água: custo e importância de uma nova alternativa contra a escassez	171
Mayara de Oliveira de Amorim, Maurício dos Santos Muce, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	
A exportação de armamento bélico leve no Brasil	179
Nélio Fernandes Couto Júnior, Roberto Coelho Rocha, Neuza Maria de Siqueira Nunes, Maria Margarete Salvate Brasil e Tauã Lima Verdán Rangel	

A P R E S E N T A Ç Ã O

A Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC), ciente da necessidade de formar profissionais que atendam as demandas da região, idealizou e programou cursos com o objetivo de inovar na concepção do perfil dos seus egressos: conscientes de seu papel e de suas responsabilidades na contribuição para o crescimento da região e para o fortalecimento de suas raízes históricas. No que concerne à missão institucional, tem-se: “A FAMESC tem como missão formar profissionais de nível superior, garantindo qualidade, solidez, segurança e modernidade, visando ao desenvolvimento socioeconômico e cultural da região na qual está inserida”.

O Projeto “Ensino, Pesquisa e Cidadania em convergência” visa estabelecer um espaço heterogêneo e multifacetado de trocas de experiências e aprendizados recíprocos. Para tanto há uma integração entre os conteúdos teóricos e a prática, a inserção no contexto regional e no compromisso social. Dessa forma, há, a partir da perspectiva convergente, um diálogo de primordial importância entre o espaço acadêmico, sobretudo na condição de ambiente crítico-reflexivo, com os eventos e singularidades sociais, enquanto laboratório dinâmico de instigação e refinamento do conhecimento.

São ofertadas aos discentes para a conquista de habilidades que caracterizam o seu perfil profissional, no qual se fundem a competência técnica e conceitual, a capacidade de administrar percepções, disponibilidade para ouvir e a habilidade para negociar; com mente aberta para entender as mudanças e flexibilidade suficiente para se adaptar a elas; do trabalho em

equipe, criativo, cooperativo e colaborativo; do domínio de línguas e da tecnologia e, principalmente, a capacidade de pensar estrategicamente e propor soluções inovadoras e decisões profissionais embasadas na ética, no bem-comum e na preocupação com as mudanças da sociedade em busca de desenvolvimento sustentável.

O perfil dos Cursos da IES se inspira e se volta para o contexto sócio regional das Regiões Norte e Noroeste Fluminense em que se insere, bem como regiões circunvizinhas de grande expressão e busca, através da atuação de seus egressos, a formulação de novos conhecimentos e na sua ação extensionistas, consolidar e aperfeiçoar o processo de crescimento da cidadania e das Instituições que compõem tais regiões.

A partir de tais variáveis para a formação diferenciada de profissionais alinhados com um cenário contemporâneo que reclama novas perspectivas formacionais, o Projeto “Ensino, Pesquisa e Cidadania em convergência”, como iniciativa do Curso de Direito, se apresenta como uma proposta diferenciada de qualificação dos discentes.

O escopo de tal projeto visa promover um contato imprescindível entre os discentes e o cenário acadêmico, a partir de bancas, constituídas por docentes do Curso e membros convidados. Para tanto, a iniciativa do projeto avalia, além dos tradicionais componentes indissociáveis dos projetos de pesquisa, elementos diferenciadores e colaboradores para o ambiente acadêmico, a exemplo de: criticidade sobre temáticas contemporâneas, vanguardismo para abordagem das propostas eleitas, interdisciplinaridade com áreas que desbordam do Direito e de sua visão dogmático-tradicional.

Nesta seara, em sua primeira edição e em processo de consolidação institucional, o Projeto “Ensino, Pesquisa e Cidadania em convergência” materializa importante instrumento de perspectiva arrojada que culminará na confecção de pesquisas capazes de contribuir para a Comunidade Acadêmica e para o cenário em que a Instituição se encontra inserida.

Desejamos uma boa leitura a todos!

Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel
*Coordenador do Projeto “Ensino, Pesquisa e
Cidadania em convergência”*



ADMINISTRAÇÃO

CRISE ECONÔMICA 2014-2017: IMPACTO NA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE BRINQUEDOS

Anna Karolyne Christóvão Bertoque¹
Pâmela Ribeiro de Mello²
Neuza Maria de Siqueira Nunes³
Maria Margarete Salvate Brasil⁴
Tauã Lima Verdán Rangel⁵

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar os danos causados na indústria e na comercialização de brinquedos, com reflexo na taxa de desemprego no período de recessão 2014-2017. O ano de 2015 foi considerado o mais agressivo para o setor econômico, o baixo investimento na indústria aliado

¹ Graduanda do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: karolchristovao@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: pamelarmelllo@gmail.com;

³ Professora orientadora. Mestre em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁴ Professora orientadora. Mestre em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

⁵ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

ao reduzido poder de compra dos consumidores ocasionaram danos irreparáveis ao setor. Não menos importante, uma variável de impacto foi a redução do índice de empregos regulares, com carteira assinada, que consequentemente afetou toda a economia nacional.

Contrastando o crescimento esperado, o setor de brinquedos apresentou, perante a crise, consideráveis quedas, sejam elas em renomadas produtoras ou em grandes distribuidoras. O impacto atingiu não somente o cenário nacional, mas sim todo o mundo.

MÉTODOS

O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica para fundamentar teoricamente o tema abordado com bases de dados *online*. A metodologia empregada foi de caráter qualitativo.

DESENVOLVIMENTO

Para abordar a crise econômica no Brasil de 2014 a 2017, é necessário traçar uma linha cronológica com início no segundo trimestre de 2014, estendendo ao quarto trimestre de 2016, caracterizado por um forte período de recessão. Este foi o período de recessão mais longo desde o final da década de 80. Somente no início de 2017, o país entrou em um período de expansão (CODACE, 2018, s. p.).

A crise resulta de um aglomerado de fatores que levaram ao declínio do cenário econômico nacional. Mas, para entender o cenário nacional, faz-se preciso explorar a esfera mundial. A China sofreu uma grande queda em sua

economia, em 2015, o que afetou diversos outros países, inclusive o Brasil. Dentre os fatores externos de maior relevância para o declínio da economia nacional esteve a queda dos preços das commodities (COSTAS, 2015, s. p.). Na verdade o Brasil se acomodou com os ganhos das vendas de commodities, esquecendo-se da indústria, padecendo com um período de exportações limitadas.

De fato, mesmo com o aumento da arrecadação de impostos, houve um recuo real de 3% no primeiro semestre. O retrocesso se explica pela queda no recolhimento de tributos que incidem sobre o faturamento e lucro de empresas, assim como a folha de salários e o consumo. O ajuste fiscal causou impacto no cotidiano, os aumentos dos preços, como energia, água e combustível, tornaram o custo de vida mais oneroso. O crédito ao consumidor ficou difícil, com severas cobranças de impostos, além da retomada de alguns tributos, como IPI em veículos. O acesso aos benefícios sociais (seguro-desemprego e abono salarial) tornou-se restrito (LIMA e CONGO, 2015, s. p.).

Para completar o cenário de instabilidade, a Operação Lava Jato instaurada há mais de um ano, não possui perspectivas de término. Para Bittencourt e Vieira (2015), os impactos econômicos causados pelo maior esquema de desvio de dinheiro público da história do país causaram danos de 2,5% no PIB (R\$ 142 bilhões), de acordo com o especialista no setor de infraestrutura e ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Gesner Oliveira.

Mais um dos pontos relevantes da instaurada crise econômica de 2014/15 foi que a economia brasileira cresceu 0,5% (PIB: R\$ 5,8 trilhões), em 2014, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

No primeiro semestre de 2015, a produção industrial recuou cerca de 6%. Tal valor pode ser compreendido, uma vez que o mercado interno estava parado e o externo fragilizado. Como consequência da baixa das indústrias, houve uma redução da geração de empregos (GERBELLI; PAPP, 2015, s. p.).

Conforme Gastim e Oliveira (2015), o crescimento da economia se baseava nos serviços, caracterizando um período de expansão. Em 2015, a história se inverteu, a taxa semestral de desemprego foi de 8,3%, de acordo com os dados calculados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua.

Segundo o Cadastro Geral de Empregos e Desempregados (CADEG), o mês de junho de 2015 foi marcado pelo expressivo corte de vagas de empregos com carteira assinada, uma redução de mais de 110 mil vagas. Este desastroso desempenho pode ser justificado pela redução do consumo das classes C, D e E, uma vez que a renda obtida, pelas classes citadas, estava estagnada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em tempos de crise faz-se necessário diminuir confortos, conter despesas e cortar supérfluos. O baixo investimento na indústria aliado aos altos impostos, fruto do ajuste fiscal, resultaram em um menor poder de compra e elevado índice de desemprego. Tais elementos compõem um ambiente hostil para a comercialização de brinquedos, cujo bem não se caracteriza como essencial.

Grandes fabricantes reportam quedas maiores do que o esperado. Mattel, companhia estadunidense de brinquedos, considerada a maior fabricante do

mundo, no primeiro trimestre de 2017, obteve retração nas vendas de 15,4% representando R\$ 113,2 milhões (RAMAKRISHNAN, 2017, s. p.).

Para Presse (2017), a marca mais conhecida do mundo, a Lego, com sede na Dinamarca, reduziu em 8% (1400 vagas) seu quadro de funcionários em 2016. A empresa registrou queda de 5% no volume de negócios, cerca de US\$ 2,3 bilhões.

Para as distribuidoras e comerciantes de brinquedos, as consequências da crise foram ainda mais severas. Em 2015, para tentar se manter no mercado, a loja de brinquedos FAO Schwarz, famosa por aparecer em diversos filmes do cinema americano, como “Esqueceram de mim 2”, teve que buscar um novo endereço, devido ao alto valor do aluguel. Mas a redução no aluguel não foi o suficiente para sua permanência, pois ao fim do primeiro semestre de 2016, a companhia FAO anunciou o fechamento de sua loja (G1.GLOBO, 2015, s. p.).

Em 2016, a Toy R Us, renomada loja de brinquedos da *Times Square* – Nova York, não suportou os elevados gastos e baixa receita, finalizando seus trabalhos. Deixou diversos desempregados, uma vez que a loja era ponto turístico para os novaiorquinos e turistas (ASSOCIATED PRESS, 2016, s. p.).

O cenário nacional, segundo Marinelli (2016), também não foi dos melhores. O grupo BMart, grande varejista de brinquedos, desde 1995, com unidades nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, em 2016, entrou com pedido de recuperação judicial porque a dívida ultrapassava o montante de R\$ 118 milhões. Os fatores que levaram a companhia a esse caos foram: o aumento dos impostos e juros, a escassez de crédito e a concorrência “desleal” com os brinquedos pirateados, fatores estes enfrentados a partir de 2015.

A gigante fabricante de brinquedos nacional, a Estrela, não passou ileso pela crise, a companhia vem sofrendo há décadas o declínio nas vendas,

situação que se agravou no terceiro trimestre de 2016, com recuo de 21% (R\$ 52,3 milhões) de sua receita líquida anual. Justifica-se a queda em função da baixa atividade econômica, despesas de venda, menor crédito e o clima de incerteza.

Perante a desordem econômica, algumas fabricantes procuraram parcerias para continuarem. A Estrela foi uma delas, em busca de melhores condições, competitividade e preços, a companhia transferiu grande parte de sua produção para China, cerca de 80%. A Mattel também expandiu sua participação no continente asiático, onde o mercado apresenta-se mais lucrativo (SCHELLER, 2011, s. p.)

Outra estratégia para driblar o momento de recessão foi agregar tecnologia aos produtos já criados. Tal tática só pode se consolidar devido à parceria com indústrias de tecnologia chinesa. O mercado teve que se mobilizar em busca de inovações para sobreviver aos percalços da crise econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os danos causados na indústria e na comercialização de brinquedos no ano de 2014 a 2017 mostraram o alto índice de desemprego nesse período de recessão. Conclui-se que o período foi um dos mais afetados em relação ao impacto na produção de brinquedos. Para driblar a crise econômica, algumas empresas, em busca de melhores condições, de competitividade e de preços, transferiram grande parte de sua produção para a China, outras, buscaram agregar a tecnologia como inovação em seus produtos.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIATED PRESS. **Famosa loja de brinquedos de Nova York, Toys R Us fecha as portas**. O Globo, 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/famosa-loja-de-brinquedos-de-nova-york-toys-us-fecha-as-portas-18389502>. Acesso em: 03 abr. 2018.
- BRASIL. **Relatório de inflação**. Banco Central do Brasil, 2015, v. 17, n. 4. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2015/12/ri201512P.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.
- BITTENCOURT, Angela; VIEIRA, Catherine. **“O efeito da Lava-Jato no PIB se confirmou” diz Gesner Oliveira**. Valor Investe, 2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/valor-investe/casa-das-caldeiras/4672327/o-efeito-da-lava-jato-no-pib-se-confirmou-diz-gesner-olivei>. Acesso em: 27 mar. 2018.
- CAGED. **Cadastro Geral de Empregos e Desempregados**. Ministério do Trabalho, 2015. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged/caged-2015/caged-junho-2015>. Acesso em: 30 mar. 2018.
- CARRANCA, T. **Brinquedos Estrela tem prejuízo, afetada por economia fraca**. Valor Econômico, 2016. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4774443/brinquedos-estrela-tem-prejuizo-afetada-por-economia-frac>. Acesso em: 04 abr. 2018.
- CODACE. **Comitê de Datação de Ciclos Econômicos**. Fundação Getulio Vargas, 2018. Disponível em: <http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=4028808126B9BC4C0126BEA1755C6C93>. Acesso em: 22 mar. 2018.
- COSTAS, Ruth. **Como se chegou à pior recessão desde os anos 90?**. BBC Brasil, 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201_pib_terceirotri2015_ru. Acesso em: 23 mar. 2018.
- G1.GLOBO. **Loja FAO Schwarz, cenário do filme 'Quero ser grande', fecha nos EUA**. O Globo, 2015. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/economia/famosa-loja-de-brinquedos-de-nova-york-toys-us-fecha-as-portas-18389502>. Acesso em: 03 abr. 2018.

GASTIM, Ian Chicharo; OLIVEIRA, Malena. **Desemprego chega ao setor de serviços e mercado de trabalho se deteriora**. Estadão, 2015. Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/economia/por-que-o-brasil-parou/emprego.php>. Acesso em: 25 mar. 2018.

GERBELLI, Luiz Guilherme; PAPP, Anna Carolina. **Crise na indústria se aprofunda e dificulta retomada da economia**. Estadão, 2015. Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/economia/por-que-o-brasil-parou/industria.php>. Acesso em: 22 mar. 2018.

LIMA, Bianca Pinto; CONGO, Mariana. **Ajuste fiscal reduz investimento público e tira ainda mais fôlego da economia**. Estadão, 2015. Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/economia/por-que-o-brasil-parou/ajuste.php>. Acesso em: 25 mar. 2018.

MARINELLI, Luciana. **Com dívida de R\$ 118,3 milhões, BMart pede recuperação judicial**. Valor Econômico, 2016. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4438826/com-divida-de-r-1183-milhoes-bmart-pede-recuperacao-judicial>. Acesso em: 04 de abril de 2018.

PRESSE, France. **LEGO vai cortar 1,4 mil empregos em 2017 após queda nas vendas**. G1.Globo, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/lego-vai-cortar-14-mil-empregos-em-2017-apos-queda-nas-vendas.ghtml>. Acesso em: 31 mar. 2018.

RAMAKRISHNAN, Sruthi. **Fabricante da Barbie anuncia queda nas vendas acima do esperado**. Reuters, 2017. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN17M2UG-OBRBS>. Acessado em: 31 mar. 2018.

SHELLER, Fernando. **Os infortúnios da Estrela**. Estadão, 2011. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,os-infortunios-da-estrela-imp-,743231>. Acesso em: 04 abr. 2018.

CARNE BOVINA: UM PRODUTO IMPORTANTE PARA A ECONOMIA BRASILEIRA EM 2017

Octavio Cesar Alves Crisóstomo⁶
Neuza Maria de Siqueira Nunes⁷
Maria Margarete Salvate Brasil⁸
Tauã Lima Verdán Rangel⁹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar um produto importante para a economia brasileira em 2017, a carne bovina. A comercialização de carne bovina sofreu impacto após os escândalos de corrupção, e o setor sofreu, no primeiro momento, consequências no mercado de exportação de carne brasileira.

⁶Graduando do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: xoctaviox2009@hotmail.com;

⁷ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁸ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

⁹ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

A operação carne fraca realizada no meado de 2017 pela polícia federal, que teve como alvo o desmonte de um suposto esquema de propina e denúncia de que os produtos eram impróprios para o consumo, gerou investigação aos maiores frigoríficos responsáveis pela exportação de carne brasileira. Apesar dos escândalos envolvendo o setor, as exportações do produto obteve aumento significativo, em volume e em faturamento, em relação ao ano anterior.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

A operação carne fraca fez com que o mercado sofresse embargo porque houve falta de clareza em distinguir qual empresa e qual tipo de carne que era investigada pela polícia federal durante o período. Países como China, Hong Kong e Egito, responsáveis por consumir 44% das carnes exportadas, suspenderam por completo suas importações prejudicando empresas que não foram investigadas, como a Marfrig e a Minerva, empresas que estão entre as maiores exportadoras de carne bovina do país (NOGUEIRA; DANIELLE, 2017, s. p.).

Mesmo sofrendo com os escândalos, o cenário das exportações de carne bovina em 2017 surpreendeu, teve aumento significativo em relação ao ano anterior. As exportações tiveram alta de 20% no mês de dezembro de 2017 e o

faturamento foi de 26% maior do que o registrado no mesmo mês de 2016 (FARMING BRASIL, 2018, s. p.).

No total acumulado em 2017, o Brasil exportou 1,53 milhões de toneladas de carne bovina, que responde 9,5% a mais que do que foi embarcado em 2016, conforme os dados consolidados pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de carne Bovina (ABIEC). O arrecadado em 2017 com as exportações representam um total de US\$ 6,28 bilhões, valor 14% maior do que obtido em 2016. (FARMING BRASIL, 2018 s. p.). A reação do setor foi:

passado o momento turbulento e constatada a importância da reorganização e da capacidade de reagir às diferentes intempéries de 2017, o setor pecuário inicia 2018 mais otimista, porém, bastante atento, segundo pesquisadores do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP. De acordo com o Cepea, quanto ao cenário doméstico, esperam-se recuperação da economia e retomada do crescimento pautadas na diminuição da taxa de juros, no controle da inflação, na relativa estabilidade do câmbio, na redução do índice de desemprego e na melhoria do Produto Interno Bruto (PIB). Esse contexto favorece o aumento no consumo geral da população e, por sua vez, gera expectativa de aquecimento na demanda por carnes, principalmente pela bovina, que é mais sensível à elevação de renda (FARMING BRASIL, 2018, s. p.).

As projeções para o ano de 2018 são otimistas, segundo o Cepea o cenário doméstico deve melhorar, devido à possível retomada da economia e do aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Esse contexto favorece o crescimento da demanda de carne bovina. A estimativa do Banco Central de crescimento do PIB é de 2,7%, “o Cepea calcula que pode haver aumento de 2,2% no consumo interno de carne bovina” (CEPEA, 2018, s. p.).

Desta forma, para o crescimento do setor, é importante que ações sejam implementadas com investimentos em melhoramento genético, além do uso de variados instrumentos de comercialização visando o aumento da transparência de mercado. As ações proporcionam que as operadoras de mercado diminuam a dependência de aspectos não controláveis para reduzirem os riscos pertinentes à atividade, com também, possibilitam um melhor aproveitamento dos resultados que possam ser gerados no decorrer do ano (CEPEA, 2018, s. p.).

A produção de carne brasileira é representada pelo grande rebanho bovino, demonstrado na figura 1, a seguir:



Figura 1: rebanho brasileiro de gado nelore
Fonte: (CHAPARRAL, 2018)

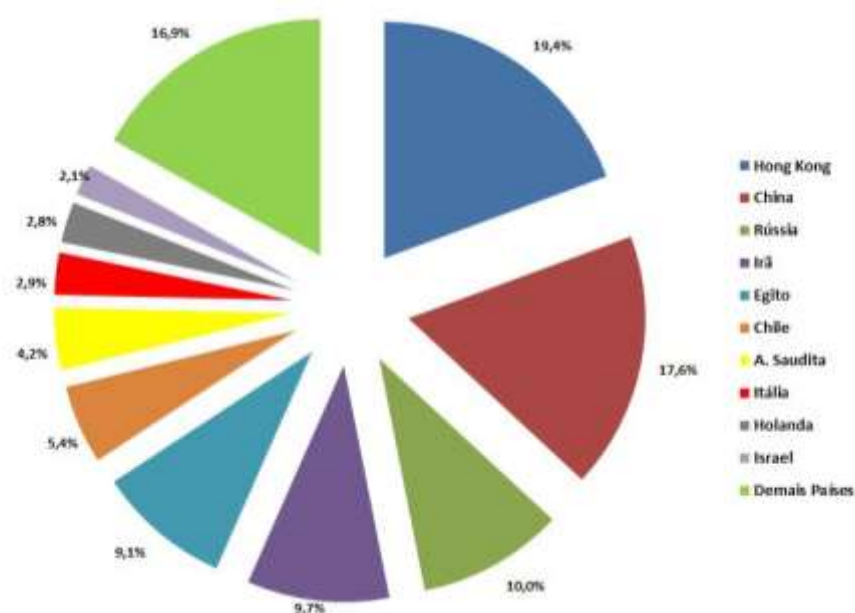
Entre as principais raças de corte do Brasil, 80% do gado é constituído pela raça nelore, que se adaptou bem às condições tropicais brasileiras.

RESULTADO E DISCUSSÃO

O Brasil é responsável por 1/5 da produção de carne bovina do mundo, de acordo com os dados do Cepea, com um dos menores custos de produção, o que demonstra a vantagem do país no mercado (CEPEA, 2018, s. p.). As exportações tiveram alta de 20% no mês de dezembro de 2017 e o faturamento foi 26% maior do que o registrado no mesmo mês em relação ao mesmo mês de 2016.

Os principais compradores de carne bovina brasileira, de acordo com os dados de 2017, estão representados no gráfico 1:

Gráfico 1: Principais importadores de carne bovina do Brasil em 2017



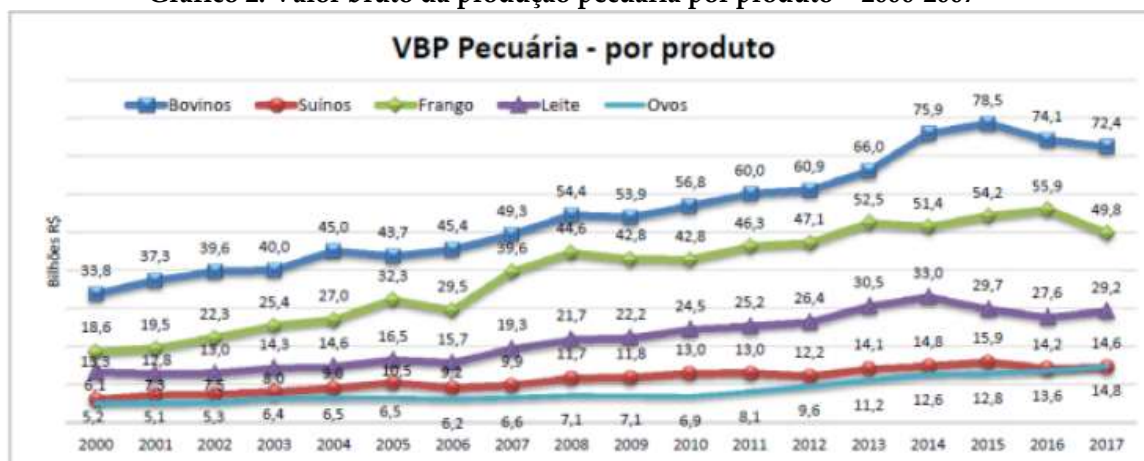
Fonte: (FORMIGONI, 2017)

Conforme demonstrado no gráfico 1, a China e Hong Kong foram os maiores compradores de carne bovina brasileira em 2017, seguida pela Rússia e

pelo Irã que formam os quatro maiores importadores do produto brasileiro (FORMIGONI, 2017, s. p.).

Os tipos de carnes, bovina, frango e suína, representaram 6,8% do total das exportações brasileiras entre março de 2016 a fevereiro de 2017 e, somente a pecuária bovina, conforme gráfico 2, adicionou um valor de R\$ 72,4 bilhões ao PIB do país em 2017 (SANTOS, 2017, s. p.).

Gráfico 2: Valor bruto da produção pecuária por produto – 2000-2007



Fonte: (SANTOS, 2017)

O Brasil através da produção da carne bovina conquistou mercados e se tornou um dos maiores exportadores mundiais do produto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A carne bovina representa um produto importante para a economia brasileira em 2017. Os escândalos, com a operação carne fraca, tiveram grande impacto no produto brasileiro no início das investigações. Apesar das consequências para o setor de carne bovina, mais tarde, revelou-se que nem

todas as empresas estavam envolvidas e o ano encerrou com crescimento no setor.

Pode-se considerar que o setor agropecuário brasileiro é um dos mais importantes para a economia e, que a produção de carne bovina também tem grande contribuição na balança comercial do Brasil.

REFERÊNCIAS

- CEPEA. Boi/Perspec 2018: ano de 2018 de ser melhor, mas com desafios.** Cepea/Esalq USP, 2018. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/boi-perspec-2018-ano-de-2018-deve-ser-melhor-mas-com-desafios.aspx> Acesso em: 13 mai. 2018.
- CHAPARRAL, BOITEL. Boi/perspec 2018: ano de 2018 deve ser melhor, mas com desafios.** Disponível em: <http://boitelchaparral.com.br/boiperspec-2018-ano-de-2018-deve-ser-melhor-mas-com-desafios/> Acesso em: 21 de jun. 2018.
- FARMING BRASIL. Carne bovina: exportações cresceram 9,5% em 2017.** Successfull Farming Brasil, 2018. Disponível em: <https://sfagro.uol.com.br/exportacoes-de-carne-bovina-em-2017/> Acesso em: 15 mai. 2018.
- FORMIGONI, IVAN. Maiores importadores de carne bovina do Brasil em 2017 - Farmnews** Disponível em: <http://www.farmnews.com.br/mercado/maiores-importadores-de-carne-bovina/> Acesso em: 22 de jun. 2018.
- NOGUEIRA, Danielle. Carne Fraca: de 21 frigoríficos investigados, só dois produzem carne.** O Globo, 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/carne-fraca-de-21-frigorificos-investigados-so-dois-produzem-carne-bovina-21102054#ixzz5ClwD6xQ0> Acesso em: 15 abr. 2018.

SANTOS, Maria Angela dos. **O desfecho da Operação Carne Fraca para o Brasil**. Thomson Reuters, 2017. Disponível em:
<https://www.thomsonreuters.com.br/pt/tax-accounting/comercio-exterior/blog/desfecho-da-operacao-carne-fraca-para-o-brasil.html> Acesso em: 06 jun. 2018.

DESEMPREGO NO BRASIL: 2016-2018

Tamirys de Souza Maria¹⁰
Laís de Souza Pimentel¹¹
Neuza Maria de Siqueira Nunes¹²
Maria Margarete Salvate Brasil¹³
Tauã Lima Verdán Rangel¹⁴

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar o desemprego entre os anos de 2016 a 2018 decorrente da crise econômica no Brasil fazendo uma análise através dos gráficos da taxa de desemprego. No Brasil o desemprego vem se mostrando de preocupante no transcorrer dos anos. Entretanto em alguns anos houve diversas oscilações nos níveis de desemprego em que

¹⁰Graduanda do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: tamirys.de.souza.m@gmail.com;

¹¹Graduanda do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: laispimentel91@hotmail.com;

¹² Professora orientadora. Mestre em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

¹³ Professora orientadora. Mestre em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

¹⁴ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

apresentaram algumas quedas e também grandes aumentos em setores específicos.

As taxas de desemprego se referem à desocupação, que são descritas por pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada todo mês com a população economicamente ativa. Dessa forma eles conseguem saber quantos por cento da população perdeu seu emprego durante determinado período.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet que discorriam sobre o tema abordado, além da utilização de gráficos que exemplificam ainda mais sobre o assunto.

DESENVOLVIMENTO

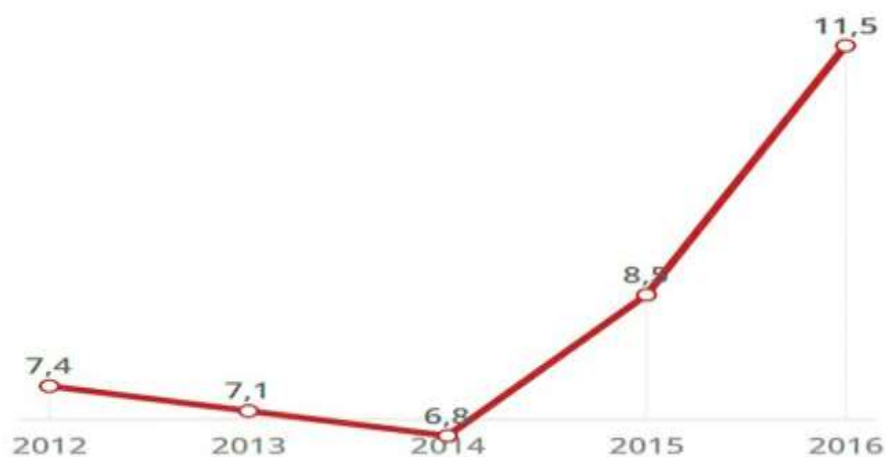
De acordo com Salomão (2017), a deterioração do mercado de trabalho no Brasil é muito mais profunda do que indicam as pesquisas tradicionais. Segundo estudo comparativo do banco Credit Suisse, o Brasil está entre os recordistas global do chamado desemprego ampliado. O levantamento indica que o Brasil tem a sexta maior taxa de desemprego ampliado entre 31 países desenvolvidos e emergentes que foram avaliados. Os dados mais recentes, do terceiro trimestre de 2016, destacam que a taxa de desemprego ampliada do Brasil bateu em 21,2%, quase o dobro do desemprego oficial, que nesse período alcançou 11,8%. Por esse critério, perto de 23 milhões de brasileiros estariam

desempregados ou subutilizados.

Os índices de desemprego no Brasil continuaram aumentando progressivamente entre os anos de 2016 a 2018, tendo como destaque muitos Estados com pessoas que não possuíam qualificação necessária para ocuparem os cargos disponibilizados e pela pouca oferta de empregos acarretando o aumento desse número.

Segundo Cury (2017), o desemprego seguiu em alta até ao final do ano de 2016, subindo para 12% no quarto trimestre, segundo os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) contínua, representando o maior índice da série histórica do indicador iniciada em 2012. No ano de 2016, a taxa média de desocupação ficou em 11,5%. O autor também destaca que a taxa de desempregados subiu 3% em relação ao ano anterior, que variava numa média de 8,5%. Desse modo, o número de pessoas desempregadas no Brasil oscilou de 8,6 milhões, na média de 2015, para 11,8 milhões, em 2016 – uma alta de 37%.

Gráfico 1: Taxa média de desocupação (Pnad) no ano, em %



Fonte: (CURY, 2017)

O gráfico 1 demonstra a média de desocupação no período de 2012 a 2016, em que a média em 2012 ficou em 7,4%. Após 2012, houve um declínio nos anos de 2013 e 2014 com média de 7,1% e de 6,8%, respectivamente. Porém, nos anos de 2015 e de 2016 houve um grande aumento no desemprego, passando para 8,5% em 2015 para 11,5% em 2016, representando um acréscimo de cerca de 3%.

Verificando a taxa de desemprego no Brasil em 2017, observa-se que há um acréscimo no número de pessoas que se encontram desempregadas, chegando a alcançar uma taxa média de 13,7%, batendo um novo recorde no primeiro trimestre do mesmo ano, de forma que atingiu 14,2 milhões de brasileiros.

De acordo com Pamplona (2017), o número representa uma alta de 14,9%, ou 1,8 milhão de pessoas quando comparado ao ano anterior (2016). Com relação ao período entre outubro e dezembro, quando a taxa foi de 12%. O desemprego aumentou também na comparação anual do indicador. No trimestre, encerrado em março de 2017, a taxa estava em 10,9%, significando que em um ano mais de 3,1 milhões de pessoas passaram a procurar trabalho no país.

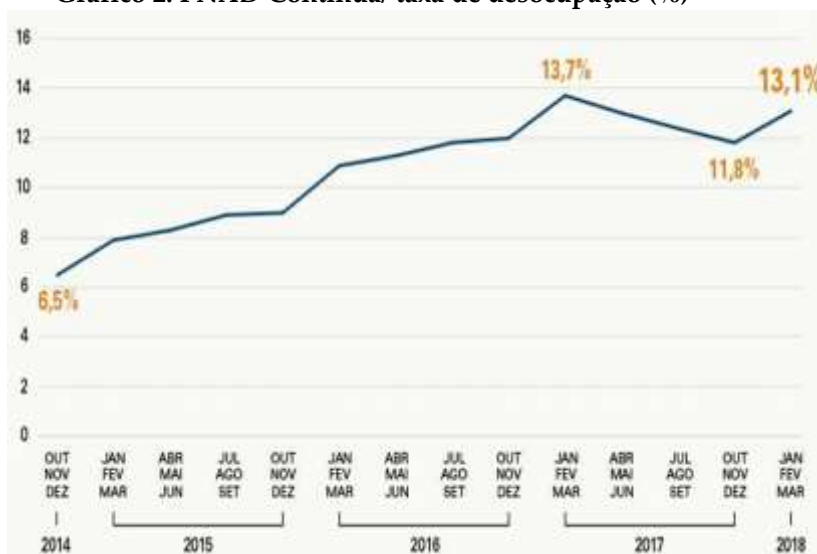
Segundo Abdala (2018), o total de desocupados chegou a 13,2 milhões na média do ano de 2017, um aumento de 12,5% na comparação com a média do ano anterior (11,7 milhões). Já o total de ocupados ficou em 90,65 milhões, ou seja, 0,3% a mais do que em 2016, representando 90,38 milhões.

Abdala (2018) ainda destaca que o rendimento médio mensal habitual de todos os trabalhos subiu 2,4%, passando de R\$ 2.091 em 2016, para R\$ 2.141 em 2017. Já massa de rendimento habitual cresceu 2,6%, ao passar de R\$ 184,3 bilhões em 2016 para R\$ 189,1 bilhões no ano de 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Carraça e Hirata (2018) quando se fala em relação ao ano de 2018 observa-se uma estimativa ainda maior para o desemprego. Segundo eles, a estimativa para a taxa média de desemprego de 2018 subiu de 11,7% para 12%. A estimativa para a taxa de desemprego para o fim do ano, ajustada periodicamente, passou de 10,8% para 11,4% em 2018. Mas, segundo a PNAD a taxa ainda poderá ser maior, como se pode observar a seguir:

Gráfico 2: PNAD Contínua/ taxa de desocupação (%)



Fonte: (BENEDICTO, 2018)

O gráfico 2 acima revela os níveis de aumento do desemprego (desocupação) no Brasil entre os anos de 2014 a 2018. No ano de 2014 a taxa de desemprego representava 6,5%, em 2015 aumentou para 13,7%, em 2017 houve uma pequena queda indo para 11,8% e, no começo de 2018 houve aumento para 13,1%.

Pela análise da pesquisa, verifica-se que as taxas de desemprego se mantiveram em alta em alguns trimestres dos anos de 2016 a 2017, porém em 2018 pode-se observar que a estimativa aumentou, embora espera-se que a taxa ainda aumente ou decline até ao final do ano.

A pesquisa permite um melhor entendimento a respeito do desemprego, em que se pode observar a evolução e a projeção do declínio ou do aumento no desemprego no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os anos de 2016 à 2018 observou-se o aumento dos níveis de pessoas desempregadas no Brasil. Alguns trimestres dos anos de 2016 e 2017 demonstraram um aumento do percentual de desempregados, porém em outros pode-se constatar um pequeno declínio em relação ao trimestre anterior. Entretanto em 2018, houve novamente a elevação desses valores nos primeiros meses que equivalem ao primeiro trimestre, dessa forma diversas pessoas tiveram que voltar a procurar empregos em setores distintos.

O Brasil é um país que oferta em período de crescimento muitos empregos, porém muitos deles exigem uma especificação. Infelizmente algumas pessoas não possuem qualificação necessária para ocuparem devidos cargos, sobrecarregando outros setores que não necessitam de tal qualificação.

Entretanto, a pouca oferta de empregos com carteira assinada também gera alto percentual de desempregados e de trabalho informal.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Vitor. **Taxa de desemprego no país fecha 2017 em 12,7%; população desocupada cai 5%**. Agência Brasil, 31/01/2018. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-01/taxa-de-desemprego-no-pais-fecha-2017-em-127%3Famp> Acesso em: 05 jun. 2018

BENEDICTO, Marcelo. **Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018**. Agência IBGE, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018.html> Acesso em: 05 jun. 2018

CARRAÇA, Thais; HIRATA, Lucas. **Santander vê cenário pior para desemprego em 2018 e 2019**. Econômico Valor, 13/04/2018. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/amp.valor.com.br/brasil/5451291/santander-ve-cenario-pior-para-desemprego-em-2018-e-2019> Acesso em: 28 mai. 2018

CURY, Anay. **Desemprego fica em 12% no 4º trimestre de 2016 e atinge 12,3 milhões**. G1. Globo, 2017. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/g1.globo.com/google/amp/g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-12-no-4-trimestre-de-2016.ghtml> Acesso em: 28 mai. 2018

PAMPLONA, Nicola. **Desemprego chega a 13,7% e já atinge 14 milhões de pessoas no Brasil**. Folha de São Paulo, 28/04/2017. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/amp/mercado/2017/04/1879416-numero-de-desempregados-ja-passa-de-14-milhoes-no-brasil.shtml> Acesso em: 25 mai. 2018

SALOMÃO, Alexa. **Brasil é o sexto em ranking de índice de desemprego ampliado**. Estadão, 23 de Janeiro de 2017. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desemprego-ampliado-no-brasil-e-de-21-2-quase-o-dobro-da-taxa-oficial,70001637778> Acesso em: 27 jun. 2018.



DIREITO

ENERGIA SOLAR: O FUTURO DA MATRIZ ENERGÉTICA DO BRASIL

Dalrenice da Silva Cançado¹⁵
Camila da Silva Martins¹⁶
Patrícia Oliveira¹⁷
Neuza Maria de Siqueira Nunes¹⁸
Maria Margarete Salvate Brasil¹⁹
Tauã Lima Verdan Rangel²⁰

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a utilização da energia solar no Brasil esclarecendo a forma de captação, os prós e os contras. Este tipo de energia vem sendo utilizada desde o ano de 2012 em alguns domicílios do país a partir do

¹⁵Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: nicecancado@gmail.com;

¹⁶Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: silvamartinsc4@gmail.com;

¹⁷Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: patriciadeoliveiradasilva@gmail.com;

¹⁸ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

¹⁹ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

²⁰ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

momento em que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANELL) permitiu a utilização. É um meio de energia renovável e limpa, diferente de outras, que utiliza de meios poluentes, como a queima do carvão mineral que agride o meio ambiente, provocando poluição e, no futuro, o possível desenvolvimento de algumas patologias. A captação solar pode proporcionar energia elétrica em moradias onde outros meios de energia não são capazes de chegar como, por exemplo, a energia hidroelétrica, que não leva energia elétrica em lugares considerados demasiadamente longe dos grandes centros, como o interior rural do país.

O Brasil não está entre os países que mais utilizam a energia solar, mesmo possuindo todos os fatores necessários para ter a possibilidade de constar no primeiro lugar da lista como usuário. Em contrapartida, países como a Alemanha e a China que não possuem grandes quantidades de fatores necessários estão no topo da lista, por causa do incentivo que é dado pelo governo aos cidadãos, visando utilizar meios de energias não poluentes, como o petróleo e o carvão mineral.

MATERIAL E MÉTODO

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns *sites* selecionados da *internet* que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Energia solar é a energia proveniente da luz e do calor do sol, que vem sendo aproveitada em muitas regiões do país por ser considerada uma fonte de energia

pura e renovável. O Brasil é um país tropical com potencial em relação à energia solar. A utilização desse tipo de energia tornou-se ainda mais interessante quando a Resolução 482 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANELL), em 2012, determinou que cada cidadão do país, que tivesse interesse, produzisse sua própria energia captada no telhado de sua residência, ganhando descontos na conta de luz. Alguns dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) de 2017 demonstram que, se todo o potencial brasileiro fosse aproveitado com esse sistema de captação de energia, seria possível abastecer mais de duas vezes o consumo residencial do país. (GREENPEACE, 2018, s. p.).

Para melhor utilização da energia solar é necessário que haja um maior incentivo do governo, para que a população brasileira possa usufruir desse sistema fotovoltaico em maiores quantidades. Assim, poderia aumentar o uso da energia solar e do mesmo modo incentivar o desenvolvimento da indústria nacional. (COSTA, 2015, s. p.).

De acordo com os estudos realizados por Rocha (2018), os dois maiores empreendimentos de energia fotovoltaica da América latina foram inaugurados no Brasil, por volta do segundo semestre do ano de 2017. Os empreendimentos, em Piauí e em Minas Gerais, são de empresas estrangeiras, que após a vitória em leilão ganharam o direito de operar e programar as usinas. Assim, espera-se que a energia solar comece a prosperar com as inaugurações realizadas, mesmo que tenha sido vista durante muitos anos, junto à eólica, um meio de produção de energia secundário, pois, “segundo dados de 2015, apenas 0,01% da energia gerada no país veio de fontes solares, o que faz dessa alternativa a menos consumida entre as renováveis” (ROCHA, 2018, s. p.).

Segundo Costa, (2015) o Brasil possui uma capacidade instalada de produção de energia equivalente a 132 gigawatts (GW), levando em consideração todas as usinas que produzem energia elétrica, em que menos de 0,0008% são sistemas fotovoltaicos. Somente com esse dado faz com que cada um reflita quais são os motivos que levam o país a não utilizar mais dessa fonte de energia, tendo em vista que é uma fonte energética tão abundante. O Brasil é um dos países que recebe uma insolação maior que 3000 horas por ano e ainda possui um abundante território, onde a região Nordeste tem incidência média diária equivale entre 4,5 a 6 Wh. Isso já basta para colocar o país em destaque quando se refere ao potencial solar. Durante muitos anos, os gestores do sistema elétrico insistem em dizer que a fonte de energia solar é cara quando comparada às tradicionais, por isso o país acaba desperdiçando o grande potencial disponível (COSTA, 2015, s. p).

De acordo com os dados da Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar), o Estado de Minas Gerais é o maior produtor de energia solar do país, possuindo um total de 3.540 equipamentos, à frente de São Paulo, que possui um total de 3.166 equipamentos instalados. O diretor da Facilita Energia Solar Soluções, Geovane Câmara, afirma que o número de pessoas que passam a buscar energia solar, com a intenção do consumo próprio, só vem aumentando. Dados concretos demonstram que a energia solar é pura, totalmente sustentável, gerando em certo tempo uma boa economia para o consumidor e ainda não causando danos ao meio ambiente. (ABSOLAR, 2018, s. p.).

Segundo Meyer e Moraes Neto (2018), o Ministério de Minas e Energia fez uma previsão para 2026 em que haverá uma expansão de aproximadamente 125% em relação ao consumo de energia solar. O Estado de Minas Gerais recebe um destaque maior quando se refere aos investimentos relacionados a criações de Megas

Usinas Solares, pois é o estado brasileiro que possui a maior quantidade de sistemas de micro e minigeração de distribuição solar fotovoltaica, isto é, onde o consumidor gera sua própria energia por meio de painéis solares que são instalados no telhado de sua residência, ou em lugar de preferência.

A energia solar apresenta muitas vantagens, todavia tem algumas desvantagens. Em dias chuvosos e de baixa incidência solar acaba por sua vez produzindo pouca energia, e à noite não produz nada, sendo necessário o uso de uma bateria que recarrega durante o dia, para que assim seja possível usufruir dessa energia à noite. Outro contra, é que o equipamento utilizado ainda é muito caro no Brasil (RODRIGUES, 2018, s. p.).

Existem dois meios básicos de sistemas fotovoltaicos: os sistemas isolados (*off-grid*) e os sistemas conectados à rede. Os sistemas isolados são utilizados em locais remotos, onde o custo de se conectar à rede é elevado como, por exemplo, casa no campo. Os sistemas conectados substituem ou complementam a energia elétrica convencional disponível na rede elétrica (NEOSOLAR, s. d., s. p.).

RESULTADO E DISCUSSÃO

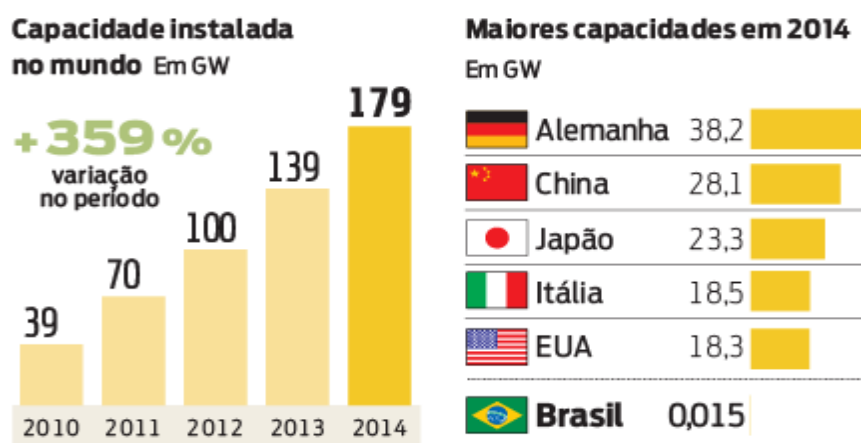
Não é possível dizer qual é o melhor meio de captação de energia que possa atender melhor às necessidades do Brasil. Entretanto, sempre será levado em consideração que nosso país é rico em fatores relacionados à natureza por causa da sua localização geográfica. Sendo assim, já que possui um clima tropical, cujos raios solares atingem com intensidade quase todo o território, na maior parte do ano, existe, então, a possibilidade da exploração de energia solar com facilidade. Porém, o governo não dá o devido incentivo desta matriz como deveria. (ROCHA, 2018, s. p.).

Para incentivar os cidadãos a adquirirem por esse meio a energia elétrica, deveriam baixar os preços dos equipamentos, que são altos, para que assim a maior parte de produção de energia pura e limpa proporcione menor agressão ao meio ambiente (MEYER; MORAES NETO, 2018, s. p.).

O Brasil possuindo um grande território físico, que é o necessário para se ter uma ótima captação da energia solar, não se encontra na lista dos maiores produtores. Mas de forma irônica, os países que mais utilizam desse meio são os países com o território menor, como a Alemanha, a China, o Japão e a Itália. Para aumentar a utilização da energia solar no país serão necessárias algumas décadas priorizando esse meio, para que desse modo seja possível economizar os gastos com a exploração do petróleo e com as construções de hidroelétricas (ORGIS, 2015, s. p.).

Gráfico1: Geração de energia solar

A capacidade de geração de energia fotovoltaica vem crescendo em diversos países e só agora começa a decolar no Brasil. A expansão acompanha a queda no preço de geração.



Fonte: (ORGIS, 2015)

O gráfico 1 demonstra a capacidade da geração de energia fotovoltaica em alguns países. A queda no preço de geração da energia vem acompanhada da expansão de captação. O gráfico da capacidade instalada no mundo em GW (Gigawatt) mostra aumento entre 2010 e 2014 e, a Alemanha se destaca como um dos países que teve a maior captação de energia solar. O Brasil em relação a outros países utiliza ainda muito pouco a energia solar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil deveria utilizar com mais intensidade uma nova matriz energética para geração de energia elétrica, a energia solar. Um país com território geográfico enorme e com clima tropical deveria fazer investimentos em energia solar, já que possui os requisitos necessários para a captação. Tendo em vista os benefícios econômicos que serão retornados futuramente, caso seja colocado em prática a captação, haverá a diminuição de gastos com as construções de hidroelétricas e com a redução da queima de combustíveis fósseis. Aproveitando o que já está disponível, poderia utilizar, como meio de produção de energia pura e limpa, a energia solar. O país possui os atributos para ficar no topo da lista dos maiores produtores dessa energia, porém sem o incentivo do governo fica difícil, pois ainda o custo de captação é elevado.

REFERÊNCIAS

ABSOLAR. Estudo Revela potencial solar em seis microrregiões de Minas Gerais. Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, 2018. Disponível em:

<<http://absolar.org.br/noticia/noticias-externas/estudo-revela-potencial-solar-em-seis-microrregioes-de-minas-gerais.html>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

COSTA, Heitor Scalabrini. **Por que a energia solar não deslança no Brasil**. Carta Capital, 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/por-que-a-energia-solar-nao-deslanca-no-brasil-3402.html>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

GREENPEACE. **O Sol nasceu para todos**. Greenpeace Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/O-que-fazemos/Clima-e-Energia/energia-solar/#tab=0&gvs=false&page=1>. Acesso em: 27 mar. 2018.

MEYER, Rodolfo; MORAES NETO, Siqueira de. **Economia na conta de luz atrai consumidores mineiros a investir em energia elétrica**. Portal Solar, 2018. Disponível em: <<https://www.portalsolar.com.br/blog-solar/energia-solar/economia-na-conta-de-luz-atrai-consumidores-mineiros-a-investir-em-energia-solar.html>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

NEOSOLAR. **Sistemas de Energia Solar Fotovoltaica e seus componentes**. NeoSolar Energia. Disponível em: <<https://www.neosolar.com.br/aprenda/saiba-mais/sistemas-de-energia-solar-fotovoltaica-e-seus-componentes>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

ORGIS, Guido. **Leilões colocam a luz do sol na matriz energética brasileira**. Gazeta do Povo, 2015. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/leiloes-colocam-a-luz-do-sol-na-matriz-energetica-brasileira-5mqilb6ywpw45obrce61jk7x>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

ROCHA, Camilo. **As dificuldades para a expansão da energia solar no Brasil**. Nexo Jornal, 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/01/10/As-dificuldades-para-a-expans%C3%A3o-da-energia-solar-no-Brasil>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

RODRIGUES, Mari. **Energia Solar: Vantagens e Desvantagens**. Teclando Tudo, 2018. Disponível em: <<http://teclandotudo.com/energia-solar-vantagens-e-desvantagens/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

O DESEMPREGO NO BRASIL NO PERÍODO 2012 - 2017

Adriani Eduardo Castro²¹
Aline Honorato Borges Silveira ²²
Neuza Maria de Siqueira Nunes²³
Maria Margarete Salvate Brasil²⁴
Tauã Lima Verdan Rangel²⁵

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo descrever o desemprego no Brasil, no período compreendido de 2012 a 2017, que é uma das consequências mais graves causada pela instabilidade econômica do país, mostrando a falta de investimento educacional para o trabalhador e relatando também outros fatores para o desemprego e para a crise econômica no Brasil.

²¹ Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: adrianieduardocastro@hotmail.com;

²² Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: alineborgesil@hotmail.com;

²³ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

²⁴ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

²⁵ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

Um fator importante para a qualidade do trabalhador brasileiro é a educação. A educação é um grande problema no Brasil, pois é a base de tudo. Mostrando então, a falta de interesse para a maioria as crianças e adolescentes no aprendizado, principalmente em escolas públicas. Sendo precárias, algumas instituições educacionais, desde a infância, querendo ou não, vira um vilão responsável diretamente e indiretamente pela baixa qualificação dos trabalhadores brasileiros.

Com o desenvolvimento da tecnologia, as máquinas passaram a substituir o trabalho das pessoas, pelo fato de produzir mais rápido que o trabalhador. A falta de informação para manusear as máquinas também foi outro motivo para a retirada do emprego.

O trabalho informal, por sua vez, é evidenciado pela falta de qualificação e de emprego. Muitas pessoas precisam trabalhar para o seu próprio sustento e de sua família, então, encontram-se no trabalho informal a maneira de ganhar dinheiro, mesmo sem carteira assinada e com a renda às vezes mais baixa. Mas, quando a economia começa a melhorar, o trabalho formal retorna para a maioria das pessoas.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns *sites* selecionados da *internet* que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

O desemprego é um dos problemas mais graves da economia brasileira. A desorganização econômica nos últimos anos no país deu origem ao seu aumento acelerado. Porém, o governo atual, diante da dimensão do problema, não consegue responder à altura (G1. Globo, 2017, s. p.).

O receio da demissão faz com que o indivíduo se retraia, passando a cortar gastos para evitar o endividamento e espera para que nenhum imprevisto o pegue de surpresa. Isso acaba gerando um círculo vicioso, a atividade econômica cai, a recessão aumenta e o desemprego continua em alta.

Em 2016, de acordo com a Pnad, 12% da população brasileira estava desempregada. No período compreendido entre 2012 a 2016, o país já contabilizava 12,6 milhões de pessoas desempregadas. Contudo, em 2017 o desemprego no Brasil começou a diminuir, mas a ocupação esteve direcionada para empregos sem carteira de assinada e para trabalho por conta própria, significando que a geração de emprego é de trabalhos precários (SILVEIRA; CAVALLINI, 2017, s. p.).

Para Ribeiro (2018), existem quatro fatores que englobam o desemprego, e eles são: fatores naturais, fatores estruturais, fatores conjunturais e fatores sazonais. Consiste em fator natural do desemprego o indivíduo que está numa transição de emprego, está desempregado temporariamente ou está à procura do primeiro emprego. Recebe este nome, pois o mercado de trabalho, segundo os autores, não faz com que os trabalhadores achem os respectivos trabalhos disponíveis.

O fator estrutural, que vem acontecendo frequentemente nos últimos anos, é a substituição de mão de obra do trabalhador por máquinas e processos modernos, que são voltados para a diminuição de custos, ou seja, uma máquina não precisa receber

salário e se ela faz o mesmo trabalho, ou até melhor, opta-se pela substituição (PASSOS; NOGAMI, 2005, s. p.).

A crise econômica e política no Brasil têm deixado rastros por todo o país. A consequência é a demissão de muitos indivíduos, pois empresários presumem que vão vender menos e não podem ter gastos adicionais, isso se chama fator conjuntural. Muitas vezes, os trabalhos perdidos são recuperados após a crise. O fator sazonal é decorrente de certa época, onde há ou não oferta de emprego homogênea durante o ano. Por exemplo, no período de férias, no verão, a demanda de pessoas especializadas em hotéis e restaurantes é maior, por isso, as vagas de emprego aumentam (PASSOS; NOGAMI, 2005, s. p.).

Sendo um dos fatores estruturais, de acordo Rossi e Oliveira (2005), a educação, para a sociedade brasileira, vem se tornando um dos fatores mais críticos para enfrentar a resolução. A educação do Brasil é algo muito discutido, pois não é oferecida com qualidade. O incentivo na educação é pouco, várias crianças e adolescentes crescem sem a sede de aprender e de se aperfeiçoar, principalmente em escolas públicas. Falta de professores, comprometimento de renda para a merenda escolar e para a melhoria do conforto nas escolas, entre várias outras coisas prejudicam sim a melhoria do ensino, e claro, o aprimoramento das crianças para se tornarem um adulto qualificado no futuro.

De acordo com os autores acima, a educação insuficiente desde a infância é, querendo ou não, responsável direta e indiretamente pela baixa qualificação dos trabalhadores brasileiros. Consequentemente, é responsável por grande parte do desemprego no Brasil, onde a mão de obra não é qualificada suficientemente.

No dia 31 de janeiro de 2018, foi divulgado pelo MEC (Ministério da Educação) o Censo Escolar 2017, em que os dados mostram a falta de estrutura nas

escolas públicas do ensino médio. Na maioria das escolas não existem biblioteca, nem mesmo uma sala de leitura; laboratório de ciências e de informática. Uma em cada três escolas não possuem acesso à internet. O censo também mostra que, nos últimos cinco anos, houve uma significativa redução nas matrículas: 1,8 milhão a menos no ensino fundamental e 380 mil a menos no ensino médio.

Segundo Matos (2012), antes da Revolução Industrial, todos os produtos eram produzidos artesanalmente, ou seja, à mão, pelo trabalhador. Porém, com o surgimento dos novos mecanismos de produção, que foram as máquinas a vapor, tomaram o lugar do homem. E, com isso, o desemprego instaurou-se, pois as máquinas faziam um trabalho bem mais rápido e produziam muito mais.

Com a globalização, gerou-se nos países em desenvolvimento, várias oportunidades, mas também, vários desafios. Apesar de todo esse aumento tecnológico ter originado um desenvolvimento no país, muitas pessoas ficaram sem emprego por conta da falta de qualificação por não saber lidar e manusear as novas máquinas. Com isso, foram, de certo modo, obrigadas a se qualificar, ou procurar uma outra maneira de conseguir uma renda para seu sustento. Uma dessas maneiras seria o mercado informal que vem aumentando cada vez mais, pois, como foi mencionado, a qualificação pedida hoje em dia nos diversos empregos tem sido alta, e nem todos têm condições de se aperfeiçoar e de buscar novas formas de desenvolvimento para um emprego melhor (MATOS, 2012, s. p.).

Segundo o IBGE, em dezembro de 2017, aproximadamente 12,6 milhões de desempregados brasileiros saíram de casa à procura de trabalho, seja ele formal ou informal. Os pesquisadores do IBGE evidenciaram que as vagas que estão sendo estabelecidas são para funções com menos qualificação, para a pequena remuneração ou

para o trabalho informal. É uma segunda alternativa para quem definitivamente não pode ficar sem trabalhar e não consegue um trabalho melhor.

Essa ocupação que cresce é uma ocupação voltada para informalidade, ou seja, mostrando aumento do trabalho sem carteira, aumento do trabalho por conta própria e, nessa divulgação especificamente, aumento do trabalho doméstico (AZEVEDO, 2017, s. p.).

Devido ao trabalho informal que a economia voltou a melhorar, mesmo sendo um trabalho não qualificado e com salário baixo, foi ele que fez a economia subir, e por ação disso, o emprego formal, com o salário normalizado e qualificação melhor, vai retornar.

Para Camargo (2017), desde 1999, o Brasil em relação à taxa de bens que tem inflação não comerciais de serviços, atingiu um nível bem abaixo em relação à taxa dos bens que são comerciais e da grande meta para a inflação. Diante disso, no mesmo ano, a taxa trimestral de serviços mostra está relativamente abaixo dos 4,0% ao ano, e sobre a meta de 4,5% da meta que tem que ser batida em cada ano.

Por motivos dos bens não comerciáveis crescer sempre além da meta planejada, o consumo interno fica elevado. Em outros casos, a inflação ficou abaixo da meta, porém, isso devido à valorização do real e de quedas nos valores dos alimentos.

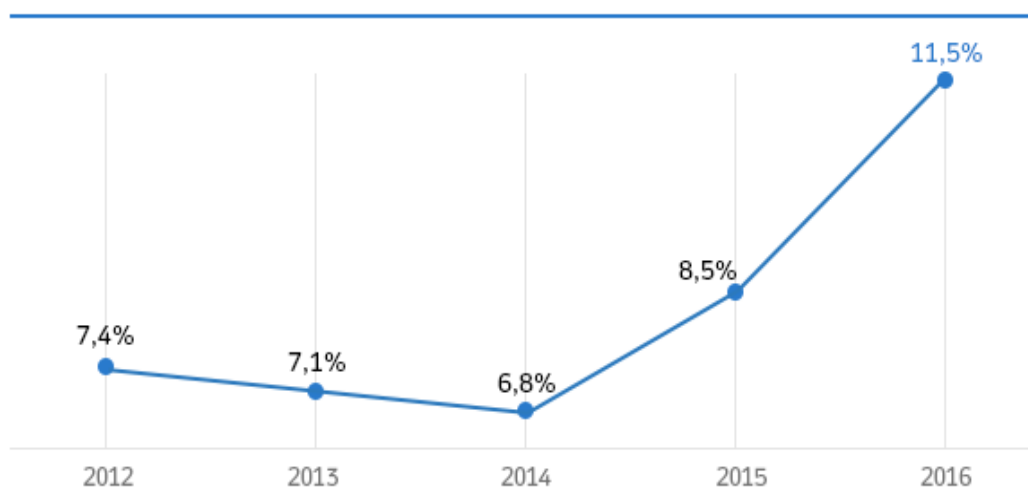
Então, pela primeira vez desde 1999, conseguimos identificar, na prática, a taxa do desemprego, por isso a taxa de juros real manteve um equilíbrio na economia. O desemprego não é o causador principal para que a taxa de inflação de serviços aumente, precisa-se de um ano para que a taxa de juros real comece a atrapalhar o desemprego. A taxa de desemprego só começa a cair quando houver a queda da taxa de juros real. Com o caimento da taxa de inflação, haverá aumento dos salários, e como combinado à liberação das contas inativas do FGTS, deverá reduzir a inadimplência das famílias e as taxas de juros do crédito livre.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A evolução do desemprego no Brasil mostrou que, se a economia continuar em baixa e o mercado de trabalho em decadência, o desemprego irá aumentar por conta da queda de circulação de capital.

Segundo Castro (2017), nos anos 2000, o Brasil obteve um crescente mercado de trabalho, em que a economia estava estável e até mesmo a classe baixa possuía condições de vida melhores. O Brasil teve períodos de crescimento, entretanto, com o passar dos anos, foi regredindo. A corrupção tomou conta e verbas destinadas para certos setores foram desviadas. Então, os brasileiros entraram em alerta para a crise, o dinheiro deixou de circular e, conseqüentemente, empregos foram ficando mais escassos.

Gráfico 1: Taxa média de desemprego por ano no Brasil



Fonte: (UOL, 2017)

De acordo com o Gráfico 1, em 2016, taxa de desemprego foi de 11,5%, em média, bem maior que a taxa de 2012. Em 2015, a taxa média de desemprego foi de

8,5%. 12,3 milhões de desempregados no 4º trimestre. Em 2016, o Brasil tinha 12,3 milhões de desempregados, conforme dados do IBGE, o maior número desde 2012. Representa o aumento de 2,7% na comparação com o terceiro trimestre, e de 36% em relação ao mesmo período de 2015.

CONCLUSÃO

Uma das causas do desemprego, além da instabilidade econômica, é a falta investimentos na educação. A modernização do mercado ocorre pelo avanço da tecnologia com a utilização de máquinas eficientes e com emprego de mão de obra qualificada. A qualificação passa pela educação, em que os trabalhadores necessitam de investimentos para melhor estarem inseridos no mercado de trabalho.

A evolução do desemprego no Brasil, no período compreendido de 2012 a 2017, mostrou que entre 2012 a 2014 houve recuo de 0,6%, mas entre 2014 a 2016 o desemprego cresceu em torno de 4,7%, a maior taxa apresentada após o ano de 2012.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, José Márcio. **Juros, desemprego e inflação**. Estadão, 2017. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,juros-desemprego-e-inflacao,70001698069>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

CASTRO, Edson. **Crise no Brasil e Desemprego**. Debate MHM, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pe03G7usZYM>>. Acesso em 2 de abr. 2018.

G1. GLOBO. **Cai número de matrículas no ensino fundamental e médio, mostra censo**. G1. Globo, 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal->

nacional/noticia/2018/01/cai-numero-de-matriculas-no-ensino-fundamental-e-medio-mostra-censo.html>. Acesso em: 15 mar. 2018

MATOS, Margareth Carvalho de Andrade. **A tecnologia e suas consequências para o empregado**. E-GOV, 2012. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/tecnologia-e-suas-consequ%C3%Aancias-para-o-empregado> . Acesso em: 15 mar. 2018.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **Diferentes Tipos de Desemprego**. Brasil Escola, 2018. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/diferentes-tipos-desemprego.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

ROSSI, Thaine; OLIVEIRA, Edson Aparecida Araújo Querido. **A questão do desemprego no Brasil**. IX Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e V Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.univap.br/dados/INIC/cd/inic/IC6%20anais/IC6-115.PDF>. Acesso em: 15 mar. 2018.

SILVEIRA, Daniel; CAVALLINI, Marta. **Desemprego fica em 12% e atinge 12,6 milhões de brasileiros**. G1. Globo, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-12-e-atinge-126-milhoes-de-brasileiros.ghtml>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

UOL. **Desemprego sobe a 11,5% e atinge 11,8 milhões de pessoas, em média, em 2016**. UOL, 2017. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2017/01/31/pnad.htm> . Acesso em: 9 abr. 2018.

TRANSPORTES MULTIMODAIS DO BRASIL NO SÉCULO XXI

Larissa dos Santos Gomes²⁶
Neuza Maria de Siqueira Nunes²⁷
Maria Margarete Salvate Brasil²⁸
Tauã Lima Verdán Rangel²⁹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo esclarecer sobre as alternativas de transportes multimodais no Brasil. O país possui aproximadamente 8,6 milhões de metros quadrados de extensão territorial, e a interligação entre determinados pontos geográficos apresenta-se altamente dificultada, justamente por tamanha amplitude. Partindo do aspecto econômico, atravessar o país para levar pessoas ou mercadorias pode tornar-se caro de acordo com a escolha sobre qual forma de transporte.

Após o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), o Brasil rumou para ter como enfoque principal a malha rodoviária, de grande eficácia para distâncias curtas,

²⁶Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: larissasantosgomes@yahoo.com.br;

²⁷ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

²⁸ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

²⁹ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

mas inviável quando se trata de longas distâncias. Sendo assim, tornam-se inevitáveis as discussões sobre novas formas de locomoção, abordando novos meios ainda não explorados da maneira devida. As malhas aquáticas e aéreas, apesar de terem recebido fortes investimentos nos últimos tempos, mostram-se inexpressivas, diante de seus respectivos potenciais a serem explorados.

Ademais, cabe ponderar os aspectos financeiros quanto aos investimentos das mais variadas formas de locomoção. A malha rodoviária responsável por 61,1% do transporte brasileiro e os custos de manutenção das referidas estruturas, tanto por pontes ou estradas, mostram-se elevados, refletindo no aspecto econômico dos usuários. Sendo assim, os reflexos são sentidos pelos usuários uma vez que, por exemplo, o preço dos pedágios e das passagens sobe exacerbadamente.

Por fim, cabe analisar os principais modelos de transportes possíveis de implementação e “desbravamento” do Brasil, sendo eles ferroviários, rodoviários, aquáticos e aéreos. Além disso, ponderam-se os aspectos econômicos e a perspectiva de futuro com embasamento na proporção territorial do Brasil. Desse modo, o questionamento de uma maior variedade de modais seriam eficientes no maior país da América do Sul.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho fora revisão bibliográfica com base em leituras de alguns *sites* selecionados da *internet* e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Segundo Porto (2016), a adoção de ferrovias no Brasil, no primeiro momento, foi para atender a nobreza brasileira. A primeira linha ferroviária no país foi inaugurada em 30 de abril de 1854, interligando o Porto de Mauá, na Baía da Guanabara, a Petrópolis, na Vila do Fragoso. Mais adiante, a adoção do modelo ferroviário como principal forma de deslocamento atendia à distribuição das mercadorias, pois os trens transportavam cargas pesadas por longas distâncias e por fretes reduzidos. Várias linhas atendiam preferencialmente a exportação de matérias primas e produtos agrícolas, como o café.

Conforme Pinto (2018), nessa mesma conjuntura, Juscelino Kubitschek deu plenas condições de instalação de empresas automobilísticas, com a adoção de medidas atrativas, como a criação de rodovias e diminuição de impostos para carros particulares.

De acordo com Parejo (2007), os aspectos relacionados aos transportes aéreos carregam heranças negativas de reformas mal elaboradas no passado. Por isso, o sistema de transporte brasileiro sofre, até os dias atuais, com obras malfeitas e com pequenos planejamentos para suas respectivas execuções. Sendo assim, partindo de um âmbito histórico, a implementação das ferrovias como modelo principal de locomoção no século XIX influenciou na formação da deficiente conjuntura espacial do deslocamento terrestre brasileiro.

O transporte aquático no Brasil possui importância histórica desde o período colonial, em que, para alcançar o interior do país, era preciso navegar nos rios em pequenos barcos. O crescimento do transporte aquático também teve grande influência dos bandeirantes na conquista da interiorização pela busca de minérios.

Em 1808, com a abertura dos portos da colônia, as transações comerciais marítimas aumentaram e movimentaram os portos. Dessa forma, Pedrosa (2018) pondera que:

Desde o início da história, o homem utilizou pequenas embarcações marítimas ou fluviais para se deslocar de um lugar para o outro. A primeira forma que o homem primitivo encontrou para se locomover dentro da água, a longas distâncias, foi usando troncos de madeira. Logo, foi capaz de usá-los para construir jangadas e depois canoas e conforme seu conhecimento ia se aprimorando, ele utilizou outros materiais como bambu e junco, por exemplo (PEDROSA, 2018, s. p).

Segundo Francisco (2018a), tendo uma das maiores zonas litorâneas do mundo e inúmeros rios volumosos, o Brasil possui diversas maneiras de locomoção por meio aquático. Apesar de tamanha facilidade de escoamento de pessoas ou cargas, o transporte por meio da água não é colocado em prática da maneira devida.

Branco (2015) aborda, a partir de uma análise mais técnica, que o Brasil demanda praticamente de seu potencial marítimo para exportar as mercadorias a partir dos portos. Conclui-se que o modal aquático é de suma importância para a economia brasileira, já que é a principal forma de exportação de mercadoria. Mas, o documento, Diretrizes da Política Nacional de Transporte Hidroviário, elaborado pelo Ministério dos Transportes em outubro de 2010, indica uma participação das hidrovias de apenas 4%, contra os 58% realizados pelo modo rodoviário (BRANCO, 2015, s. p.).

O transporte aéreo é uma forma de movimentar mercadorias que, embora tenha elevado custo, é mais usado para produtos com alto valor agregado ou mais perecível, exigindo maior rapidez e segurança no traslado. Teve seu uso intensificado na década de 40, com a Segunda Guerra Mundial, com o transporte de cargas e de pessoas (BRASIL, 2014).

O Brasil possui grandes distâncias a serem percorridas, e o modal mais eficiente seria o aéreo, já que é o mais indicado quando se trata de grandes dimensões territoriais. Porém, o custo de manutenção é um dos mais elevados dentre os modais supracitados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como abordado por Pena (2018), a análise de infraestrutura sobre os modelos de transporte no Brasil possui várias esferas que possibilitam as mais variadas maneiras de locomoção. Opções não faltam para diversificar e fazer o uso de transportes multimodais conforme a necessidade do país.

Ainda de acordo com Pena (2018), a discussão é dada quanto ao uso prioritário e insistente de rodovias, carregando heranças do desenvolvimentismo de JK, que priorizou as rodovias no Brasil, sendo estas indicadas para pequenas distâncias. Embora o Brasil seja estruturado em rodovias, em detrimento das ferrovias e das hidrovias, o mais indicado seria maior investimento em modais integrados.

Segundo Francisco (2018b), um meio de transporte de fácil acesso, dinâmico e ágil é o rodoviário, pela possibilidade de locomoção de pessoas, de cargas, de animais e de mercadorias. Entretanto, com muitas desvantagens, tais como: o elevado preço de custo, devido ao alto preço do petróleo e da manutenção das vias; a imobilidade em rodovias e estradas.

Conforme colocado por Alvarenga e Novaes (2000), para ter um sistema de transporte organizado, é necessário uma visão sistêmica e planejada, onde pelo menos se conheça o nível de serviço atual e o nível de serviço esperado. Logo,

precisa-se de uma correta análise sobre as necessidades, pois estas facilitarão a escolha de um modal adequado.

Segundo Keedi (2004 *apud* FERREIRA, 2017), o modal aéreo é rápido e adequado para mercadorias urgentes. É um meio de transporte considerado misto, já que pode transportar pessoas e cargas ao mesmo tempo. Indicado para encomendas caras, de pequeno volume, de curto prazo, ou para levar pessoas rapidamente.

De acordo com Keedi e Mendonça (2000 *apud* FERREIRA, 2017), as ferrovias são conhecidas como meio de transporte para pessoas e cargas por linhas férreas, tendo como característica primordial transportar por longas distâncias cargas grandes e com baixo custo. Entretanto, tem seu acesso limitado pela curta extensão de linhas, pois o Brasil conta com apenas 29.000km de vias. Levando em conta também tratar-se de um meio seguro pelo baixo índice de acidentes e furtos.

Para Ballou (1995 *apud* FERREIRA, 2017), o transporte marítimo é o modal mais utilizado no comércio internacional para cargas, seja através de mares e rios; de barcos ou de navios. Como desvantagem existe a necessidade de transbordo para os portos e estão situados longe dos grandes centros de produção, mas tem baixo valor comparado aos demais e é indicado para grandes distâncias e volumes.

Para Keedi (2004 *apud* FERREIRA, 2017), o modal rodoviário pode trafegar por vias que contam com uma grande flexibilidade em relação ao percurso. É utilizado para o transporte de grande quantidade de cargas, contudo, na atualidade percebe-se que está limitado, visto que está um pouco ineficiente pela baixa qualidade das estradas no país, como também pelo alto custo de transporte, se comparado às ferrovias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil necessita de investimentos para diversificar os modais de transportes no país. Sendo assim, torna-se necessária a análise do contexto ideal para qual modalidade usar em determinados transportes. Como o país possui grandes dimensões territoriais, a instalação de uma matriz multimodal, com vários sistemas de transportes diferentes integrados, seria necessária, além de uma ampla rede articulada interligando os diferentes pontos do território nacional propiciando o melhor deslocamento de pessoas e mercadorias. A escolha de um modal está ligada ao tipo de carga, de trajeto e de custos.

REFERÊNCIAS

ALVRENGA, Antonio Carlos; NOVAES, Antonio Galvão N. **Logística Aplicada – Suprimento e Distribuição Física**. 3a edição. São Paulo: Edgar Blücher, 2000.

BRANCO, Adriano Murgel. **O transporte aquaviário brasileiro**. *Tecnológica Online*, 2015. Disponível em: <<http://www.tecnologica.com.br/portal/artigos/69038/o-transporte-aquaviario-brasileiro/>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. **IBGE mapeia a infraestrutura dos transportes no Brasil**. Portal Brasil, 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/11/ibge-mapeia-a-infraestrutura-dos-transportes-no-brasil>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

FERREIRA, Marco Antonio. **Tipos de modais**. IETEC, 2017. Disponível em: <<http://www.ietec.com.br/imprensa/tipos-de-modais-2/>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Zonas litorâneas do Brasil**. Mundo Educação, 2018a. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/zonas-litoraneas-brasil.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

_____, Wagner de Cerqueira e. **Transporte rodoviário**. Mundo educação, 2018b. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/transporte-rodoviario.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

PAREJO, Luiz Carlos. **Ferrovias no Brasil: História dos trens no país**. Uol Educação, 2018. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/ferrovias-no-brasil-historia-dos-trens-no-pais.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

PEDROSA, Jefferson. **Mobilidade: transporte aquático**. Brasília de Fato, 2018. Disponível em: <<http://brasiliadefato.com.br/colunas/transitando/2018/03/mobilidade-transporte-aquatico/>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Transportes no Brasil**. Mundo Educação, 2018. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/transportes-no-brasil.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

PINTO, Tales. **Juscelino Kubitschek e o desenvolvimento do Brasil**. Escola Kids, 2018. Disponível em: <<https://escolakids.uol.com.br/juscelino-kubitschek-e-o-desenvolvimento-do-brasil.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

PORTO, Telmo Giolito. **História das ferrovias**. Portogente, 2016. Disponível em: <<https://portogente.com.br/portopedia/80519-historia-das-ferrovias>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

TRANSPORTE HIDROVIÁRIO: UMA ALTERNATIVA PARA O BRASIL

Daiane Moraes Bello³⁰
Luciana dos Santos Malaquias³¹
Neuza Maria de Siqueira Nunes³²
Maria Margarete Salvate Brasil³³
Tauã Lima Verdan Rangel³⁴

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a utilização do transporte hidroviário no Brasil. É unanimidade que os custos logísticos estão entre os maiores entraves ao desenvolvimento do país, correspondendo, atualmente, com cerca de 10% do PIB. Nesse sentido, vale a pena refletir o motivo dos 18,8 bilhões investidos em modais pelo Ministério dos Transportes em que apenas 0,8% são destinados a hidrovias. Entretanto, a falta de investimentos não é o único problema desse modal.

³⁰ Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: dm.bello@hotmail.com;

³¹ Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: lucianadossantosm.lds@gmail.com;

³² Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

³³ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

³⁴ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

A hidrovía Tietê-Paraná, por exemplo, que obteve um aumento de 24% em volume transportado entre 2008 a 2013, possui trechos que se encontram com a navegação interrompida, apenas no trecho paulista, a hidrovía possui 800 km navegáveis, 10 barragens, 19 estaleiros e 30 terminais intermodais de cargas. Apesar de tamanha infraestrutura, a estiagem interrompeu o fluxo de cargas no ano passado.

Outro problema era a falta de eclusas em muitas hidroelétricas nacionais. A própria usina hidroelétrica de Itaipu, a mais importante usina brasileira, não possui eclusas e é a única interrupção nos 4 mil km navegáveis do rio Paraná. Ao menos esse problema foi sanado para novas usinas, dado que a Lei 13.081 regulamenta a construção de eclusas em todas elas.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns *sites* selecionados da *internet* e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

O transporte hidroviário brasileiro é considerado um dos mais eficientes apesar de pouco explorado. O país desfruta de uma vasta diversificação de rios e uma extensa costa marítima, entretanto, esse meio de transporte vem sendo negligenciado pelo governo (DANTAS, 2018, s. p.). Mas se o transporte hidroviário é eficiente e de baixo custo, por que não é explorado em nosso país? Um dos principais fatores, segundo especialistas, é a falta de capacitação dos profissionais ligados ao

setor – uma parcela significativa possui baixa escolaridade (39% têm ensino fundamental e médio incompleto) e 78% estão acima dos 40 anos “É preciso repensar urgentemente o modelo de relações trabalhistas para que os portos possam aumentar sua competitividade e produtividade. O setor carece de profissionais cada vez mais preparados e atualizados”, afirma Ricardo Bueno Salcedo, diretor do Porto Pontal.

Segundo dados da Confederação Nacional de Transportes (CNT), em 2009, no Brasil, 61,1% do transporte de cargas foi feito pelo modal rodoviário, e apenas 14% pelo hidroviário. Contudo, a economia vem se agravando progressivamente por conta da falta de eficiência nas rodovias e o custo de fretamento do modal rodoviário vem se tornando bem mais alto do que o de outros modais. Outro fator do modal rodoviário é que a capacidade de tração e de cargas é reduzida, os veículos contribuem com elevado grau de poluição para o meio ambiente, e as rodovias precisam de um alto gasto em manutenção. Obviamente, esse modal não possui apenas pontos negativos, mas existe outro tipo de modal que pode ser eficiente e com custos menores (G1. GLOBO, 2014, s. p.).

Com o final da segunda guerra Mundial, nos anos 50, houve um tráfego incomensurável de mercadorias pelo litoral brasileiro. Todavia, os portos não tiveram evolução no decorrer dos anos, não acompanhando as mudanças tecnológicas para maior eficiência do modal que necessita de águas profundas, de disponibilidade de frentes para atracação, de instalações de alta amplitude e especializadas para o fluxo de contêineres e de grãos.

No Brasil, há poucos portos e de pequena extensão, o que traz uma imensa gama de problemas para a economia brasileira. As mercadorias ficam semanas estocadas nos portos esperando para serem enviadas, enquanto o mesmo processo acontece com as embarcações, que esperam semanas para atracar, pagam altos

impostos por dia ao governo brasileiro, encarecendo a mercadoria no exterior e fazendo com que alguns países e empresas deixem de exportar mercadorias brasileiras. Segundo Pinaegonga (2017), o Brasil é um dos maiores produtores de soja do mundo, contudo a ausência de logística vem atrapalhando o escoamento da safra nos últimos anos.

Segundo Decicino (2007), o Brasil se beneficia de uma costa marítima de aproximadamente 7.367km, podendo aumentar para 9.200km se forem consideradas as saliências e reentrâncias, Dispõe também de rios longos e caudalosos, como por exemplo, o rio Amazonas com 6.937km. Com esse manancial de águas em território brasileiro, esse modal pode ser considerado importante para o Brasil, contribuindo com possível solução para os graves problemas logísticos que, por vezes, abalam a economia brasileira. Todavia, a implantação desse modal traz grandes custos imediatos, o que difere das rodovias cuja implantação é de baixo custo. No entanto, a longo prazo, considerando gastos com manutenção, o modal aquaviário traria mais benefícios financeiros para o país.

Um dos grandes desafios é a regulamentação desse mercado, já que detém de grande alçada jurídica, que fiscaliza e engloba o modal. Todavia, existem muitos transportes, de cargas e de pessoas por rios, clandestinos que não pagam o devido imposto ao governo e nem revisam seus veículos para transporte, deixando assim a segurança de mercadorias e de pessoas à mercê de um rio. Já o transporte para fora do país possui uma maior fiscalização, em portos, onde o imposto por dia/hora é altíssimo e, pela falta de logística nos portos, acaba encarecendo a mercadoria no exterior (HALLMANN, 2012, s. p.).

Segundo dados da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), a movimentação de produtos nos portos brasileiros em 2017 chegou a 1,09 bilhões de

toneladas, o que representa uma alta de 8,3% em comparação ao ano anterior (ALVARENGA, 2018, s. p.).

RESULTADO E DISCUSSÃO

O transporte aquaviário é considerado de baixo custo e menos poluente entre os modais, pode ser empregado nas modalidades fluviais e marítimas e usado para o transporte de pessoas e de cargas. Apesar de existir regiões brasileiras que dependem exclusivamente desse modal, como é o caso da Amazônia, o transporte hidroviário continua sendo o menos usado no país.

O fato dos presidentes Washington Luís e Juscelino Kubitschek terem optado por rodovias no início do período de industrialização no Brasil, trazendo indústrias estrangeiras, gerando empregos e uma maior movimentação no país, ocasionou poucos investimentos aos transportes aquaviários. No entanto, a longo prazo, o modal rodoviário apresenta altos gastos na sua conservação, enquanto o modal hidroviário teria gastos mínimos para a manutenção.

Para Alvarenga (2018), a movimentação de produtos nos portos brasileiros em 2017 chegou a 1,09 bilhões de toneladas, representando um aumento de 8,3% em comparação ao ano anterior. O tipo de carga principal que impulsionou essa alta foi os graneis sólidos que obtiveram alta de 10,3% no mesmo período e representam 64% do total movimentado. Outros tipos de carga também tiveram alta nas quantidades movimentadas: os graneis líquidos tiveram alta de 3,8% representando, 21% do total movimentado; os contêineres tiveram alta de 6,1%, que representa 10% do total movimentado; e carga geral solta, que teve alta de 7,6% e representa 5% do total. Dentre os produtos transportados, observa-se que:

[...] em relação às cargas movimentadas, no Brasil o principal produto continua sendo o minério de ferro. Representando 58% das exportações brasileiras em peso, o minério apresentou alta de 5,2% entre 2016 e 2017. [...] A segunda principal carga movimentada foi Petróleo e seus derivados, que obtiveram um aumento de 3,3% entre 2016 e 2017, chegando a 200,6 milhões de toneladas transportadas. Destes 200,6 milhões, 67% se referem a cabotagem, 29% a transporte de longo curso e 4% de navegação interior (ALVARENGA, 2018, s. p.)

O transporte hidroviário pode diminuir distâncias internas e ser decisivo na consolidação e no aumento do comércio nacional, como também no comércio internacional. com os demais continentes.

CONCLUSÃO

A utilização do transporte hidroviário no Brasil, apesar do alto custo de implantação, seria uma ótima opção para a agilidade no transporte de cargas. Traria benefício para o meio ambiente, pois esse modal é um meio de transporte limpo e raramente causa danos ambientais graves.

Com maiores investimentos em hidrovias, diminuiria o preço final do produto no exterior, já que, com a diminuição do tempo em que os navios ficariam atracados nos portos, diminuiria também o imposto que seria pago ao governo brasileiro, e assim, com o preço final do produto mais barato, o país exportaria mais, diminuindo o desperdício de mercadorias pela dificuldade no escoamento. Os custos dos investimentos e da manutenção da infraestrutura são rapidamente recuperados pela ampla rentabilidade.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Henrique. **Crescimento do transporte aquaviário no Brasil**. ILOS - Especialistas em Logística e *Supply Chain*, 2018. Disponível em: <<http://www.ilos.com.br/web/crescimento-do-transporte-aquaviario-no-brasil/>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

DANTAS, Gabriela. **Hidroviás**. Brasil Escola, 2018. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/hidrovias.htm>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

DECICINO, Ronaldo. **Litoral brasileiro: Costa tem grande importância e deve ser preservada**. UOL Educação, 2007. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/litoral-brasileiro-costa-tem-grandeimportancia-e-deve-ser-preserveda.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

G1. GLOBO. **Rodovias predominam no transporte de cargas, diz pesquisa do IBGE**. G1. Globo, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/11/rodovias-predominam-no-transporte-de-cargas-diz-pesquisa-do-ibge.html>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

HALLMANN, Roberta Michele. **Modais de Transporte e sua importância no Processo Logístico**. 17 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/tecnologia/modais-de-transporte-e-sua-importancia-no-processo-logistico/67889/>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

PINAEGONGA, Natália. **Baixo investimento em infraestrutura prejudica escoamento da safra de grãos**; CNT Notícias. 05 de junho de 2016. Disponível em <<http://www.cnt.org.br/Imprensa/noticia/falta-investimento-infraestrutura-comprometer-escoamento-supersafra-graos>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

SALCEDO, Ricardo. **Setor portuário sofre com a escassez de mão de obra especializada**. 07 de dezembro de 2015. Disponível em <<https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/setor-portuario-sofre-com-escassez-de-mao-de-obra-especializada>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

A ECONOMIA NA SÍRIA APÓS A GUERRA CIVIL DE 2011

Bianca Manhães Gomes de Araújo³⁵

Larissa da Silva Leal³⁶

Neuza Maria de Siqueira Nunes³⁷

Maria Margarete Salvate Brasil³⁸

Tauã Lima Verdan Rangel³⁹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo examinar os impactos causados à economia da Síria decorrentes da guerra civil, analisando o PIB pela diminuição da exportação do seu principal produto, o petróleo, e a destruição da infraestrutura devido ao conflito.

A guerra civil na Síria é o resultado de manifestações e protestos que aconteceram a partir de 2011 contra o presidente Bashar Al-Assad, sucessor de uma

³⁵ Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: biancamga@yahoo.com.br;

³⁶ Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: larissaleal37@gmail.com;

³⁷ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

³⁸ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

³⁹ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

família que está no poder desde 1970. Antes do início do conflito a população sofria com o alto nível de desemprego, com a corrupção em larga escala, com a falta de liberdade política e com a contínua repressão por parte do governo, regido por mão de ferro. Os habitantes do país estavam insatisfeitos com o regime de governo reivindicando uma reforma política e uma nova configuração democrática.

Entre os anos 2000 a 2009 durante o governo de Bashar Al-Assad ocorreram mudanças e reformas na economia do país, que ajudaram a garantir a estabilidade e o controle da inflação. Após o início do conflito a economia da Síria passou pela escassez de produtos, pela moeda desvalorizada, pela inflação galopante, pelas sanções, pela fuga de capitais e de mão de obra para outros países e pelo colapso do setor agrícola e de petróleo. Estima-se que em menos de dois anos de conflito a indústria têxtil, a mineração e a produção de petróleo foram arruinadas. Dados de 2013 mostram que 60% da população já estavam vivendo na pobreza, o dobro de antes do início da guerra.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

A Síria, situada no Oriente Médio, faz fronteira com a Turquia, Iraque, Líbano, Jordânia e Israel. A capital é Damasco e a base de sua economia é a agricultura, o turismo e a extração do petróleo.

A repressão faz parte do governo, como a ocorrida em março de 2011, em que um grupo de adolescentes pichou frases com críticas ao governo no muro de uma escola na cidade de Deraa, no sul do país, e acabaram presos e torturados pela força de segurança. (BBC BRASIL, 2018, s. p.)

Protestos por mais liberdade no país foram crescendo, pedindo a saída de Bashar Al-Assad. O governo respondeu sufocando as divergências, aumentando assim as manifestações. A violência cresceu rapidamente no país, e o conflito se transformou em uma batalha entre os que apoiavam o governo de Assad e os que se opunham. Em função disso, arrastou potências regionais e internacionais para o conflito. Em junho de 2013, segundo as Nações Unidas, o número de mortos já chegava a 90 mil pessoas. (BBC BRASIL, 2018, s. p.)

Desde 2016, com as ações do governo e aliados, o Estado Islâmico (EI) tem perdido território e poder na Síria. Os países e grupos envolvidos no conflito buscam consolidar seus territórios e assegurar seus interesses, resultando em massacres como o que tem acontecido em Ghouta Oriental com o objetivo de retirada das forças rebeldes que a dominam desde 2012. Na tentativa de enfraquecer os rebeldes, a Síria aumentou o valor dos alimentos. O pão em Ghouta é 22 vezes mais caro que a média do país, fazendo com que a população sofra com a fome. (VASCONCELOS, 2018, s. p.)

O Estado Islâmico (EI) é um grupo radical sunita (um dos ramos do Islamismo) regido pelo Abu Bakr al-Bagdadi (califa) sucessor de Maomé. Até 2016 dominava áreas do Iraque e da Síria, impondo uma visão radical e distorcida do Islamismo. O grupo foi criado a partir do braço iraquiano da Al-Qaeda. Seu surgimento começou com a queda do regime de Saddam Hussein no Iraque, e o grupo voltou a crescer após a guerra civil na Síria, quando os membros do EI se juntaram aos rebeldes para lutar contra o governo de Bashar al-Assad. Mas o objetivo do EI passou a ser a conquista cada vez maior de territórios, para impor sua interpretação do islã (G1, 2016, s. p.).

Em um pouco mais de dois anos de conflito a economia do país foi destruída, e a população é quem mais saiu prejudicada. Antes do início da guerra, a taxa de desemprego era menor que 10%, pouco mais de dois anos de conflito a taxa cresceu para 50%, ocasionada pela destruição da infraestrutura porque muitas empresas mudaram do país (FISHER, 2013, s. p.).

Em 2010, o país exportou mercadorias e matérias-primas no valor de mais de 2 bilhões de euros. Em 2013, a exportação ultrapassou pouco mais de um quarto desse valor. O petróleo é um dos mais importantes produtos nacionais de exportação, com produção, há dois anos, superior a 400 mil barris diários, mais que o dobro produzido em 2013, no início do conflito.

Dessa perspectiva, Al-Khalidi (2014) relata que, de acordo com um relatório encomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU), a economia da Síria vem diminuindo rapidamente à proporção que a produção agrícola e industrial diminui, levando boa parte da população a extrema pobreza. Estudo encomendado pela ONU e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), conduzido pelo Centro Sírio para Pesquisas de Políticas com sede em Damasco, estima em 40 % a redução do Produto

Interno Bruto (PIB) desde o início do conflito em 2011. Vale ressaltar que, a grande perda nos recursos financeiros do país foi em maior parte pela diminuição da produção de petróleo, pois os rebeldes controlam a maior parte das regiões do leste onde está localizado o produto. (AL-KHALIDI, 2014, s. p.)

Segundo Caleiro (2016), a recuperação da Síria ainda é incerta, pois depende do apoio internacional e de acordos políticos. Para ter o PIB que tinha antes da guerra o país levará uns 20 anos, se crescer uma taxa de 4,5% por ano em 2018. Países como o Líbano e o Kuwait levaram respectivamente, 16 e 7 anos para se recuperarem de conflitos.

De acordo com o relatório do FMI, “reconstruir a infraestrutura física danificada será uma tarefa monumental, mas reconstruir o capital humano e a coesão social será um desafio ainda maior e mais duradouro” (CALEIRO, 2016, s. p.).

A agricultura, segundo Fisher (2013), foi o setor econômico do país que conseguiu em meio ao conflito uma expansão. Em dois anos, elevou seu desempenho econômico no país de 17% para 27%, poupando a população de dificuldades piores.

“Nos últimos anos, as condições climáticas foram muito boas. Isso possibilitou, em larga escala, garantir o abastecimento alimentar e gerou empregos. Se houvesse ocorrido uma seca, a situação hoje seria muito mais grave”, relata Rabie Nasser. Ainda assim, 60% dos sírios vivem na pobreza – o dobro de antes da guerra. Como tantos outros, o pesquisador espera que o conflito chegue ao fim em breve, e que a violência e a economia proveniente dela não se perpetuem em seu país natal (FISHER, 2013, s. p.).

Para a ONU, são necessários US\$ 3,2 bilhões para fornecer ajuda humanitária a 13,5 milhões de pessoas na Síria. De acordo com estimativas de 2017, que indicavam que mais da metade da população não tinha acesso a água potável,

muitos não conseguiam suprir as necessidades alimentares básicas, milhões de crianças sem acesso à escola e muitos indivíduos vivendo na pobreza. A situação vem se complicando pela não aceitação dos conflitantes ao acesso da ajuda humanitária aos necessitados (BBC BRASIL, 2018, s. p.).

De acordo com especialistas, o conflito fez a economia da Síria retroceder em relação aos avanços das últimas três décadas. Entre 2010 e 2015, a contração econômica foi de 55%. A maioria das infraestruturas se perdeu, juntamente com os sistemas básicos de saúde e de educação que foram arruinados. Em 2015, uma aliança de 130 ONGs denunciou que a Síria subsiste quase sem eletricidade, já que 83% da rede elétrica foi destruída. Segundo um estudo publicado em abril de 2016 pela ONU e pela Universidade de Saint Andrews, na Escócia, mais de 80% da população vive abaixo da linha de pobreza (O GLOBO, 2017, s. p.).

Ainda não dá para saber como, e nem a época que o país irá conseguir se recuperar, pois vai depender de acordos políticos e de apoio internacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A economia despencou e a produção de petróleo reduziu consideravelmente com a guerra civil na Síria. O país de produtor e exportador de petróleo passou a importar tudo o que precisava. O setor petrolífero, que está nas mãos do Estado Islâmico (EI), foi o setor mais afetado na economia da Síria. (AFP ISTOÉ, 2017, s. p.)

Os preços dos alimentos subiram 8 vezes a mais do que era antes do conflito, e as famílias estão gastando mais de 90% de sua renda anual com comida. De acordo com Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), essas famílias estão precisando de assistência humanitária e vivendo em péssimas condições em torno de 5,6 milhões de

pessoas. (ONU BRASIL, 2018, s. p.). Os números do relatório do FMI sobre a crise social e econômica no país são reveladores:

Há estimativas de mais de meio milhão de mortos, e a expectativa de vida caiu 20 anos, de 76 anos para 56. O órgão da ONU para refugiados contabiliza desemprego em 60%, dois terços dos habitantes na extrema pobreza, 7,6 milhões deslocados internamente e mais de 5 milhões fugidos apenas para 4 países vizinhos. Já a economia vive uma combinação desastrosa de escassez de produtos, moeda depreciada, inflação galopante, sanções, fuga de capital e mão de obra e o colapso dos setores agrícola e de petróleo. A queda estimada de 57% do PIB rivaliza com outros grandes desastres econômicos da história moderna (CALEIRO, 2016, s. p.).

Os dados sobre a população da Síria, no começo de 2011 e de 2018, estão representados na figura 1 a seguir:



Figura 1: Dados da população Síria

Fonte: (EXAME, 2018)

A população síria estimada no início da guerra, em 2011, era de 23 milhões, no início de 2018 está estimada em pouco mais de 17 milhões e em situação de refúgio, 5 milhões de pessoas.

O conflito conta com a adesão das forças que são leais ao presidente, os rebeldes, os extremistas muçumanos e as potências estrangeiras, a Rússia e o Irã. O objetivo dos ataques é a retirada das forças rebeldes que dominam Ghouta desde 2012. O resultado é a ocorrência de verdadeiros massacres. Segundo a ONU, 76% das residências de Ghouta Oriental foram destruídas, com mais de 500 mortos em cinco dias seguidos de bombardeios em fevereiro de 2018 (BBC BRASIL, 2018, s. p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia da Síria nos sete anos de guerra civil tem sofrido grandes impactos. O Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2018 chegou a metade da quantia que tinha antes do início do conflito em 2011. O nível de desemprego cresceu rapidamente, as exportações diminuíram consideravelmente, muitos civis foram mortos, outros milhares foram refugiados, e a infraestrutura do país está destruída. Mais de 60% da população estão vivendo em situação de extrema pobreza, necessitando de assistência humanitária. Os preços dos alimentos aumentaram muito, mais da metade da população está sem acesso a água potável e sem as necessidades básicas de sobrevivência.

A reconstrução da Síria será um desafio enorme, sendo necessários bilhões de dólares para fornecer ajuda humanitária e reconstruir sua estrutura física. Mas a maior dificuldade será reconstrução social, pelo trauma causado na população por esses anos todos de conflitos.

REFERÊNCIAS

AFP ISTOÉ. **Síria teve economia e setor petrolífero devastados pela guerra.** *In:* Revista ISTOÉ, 2017. Disponível em: <https://istoe.com.br/siria-teve-economia-e-setor-petrolifero-devastados-pela-guerra/> Acesso em: 03 abr. 2018.

AL-KHALIDI, Suleiman. **Economia da Síria se encaminha para ruína, diz relatório.** Revista Exame, 2014. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/economia-da-siria-se-encaminha-para-a-ruina-diz-relatorio/> Acesso em: 05 mar. 2018.

BBC BRASIL. **10 perguntas para entender a guerra da Síria, das origens às novas frentes de batalha.** *In:* Mundo G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/10-perguntas-para-entender-a-guerra-da-siria-das-origens-as-novas-frentes-de-batalha.ghtml> Acesso em: 05 mar. 2018.

CALEIRO, João Pedro. **Síria perdeu metade de sua economia com a guerra civil.** Revista Exame, 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/siria-perdeu-metade-da-sua-economia-com-guerra-civil/> Acesso em: 05 mar. 2018.

EXAME. **Guerra na Síria faz 6 anos. Os números para entender a tragédia.** *In:* Revista Exame, 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/guerra-na-siria-faz-6-anos-os-numeros-para-entender-a-tragedia/> Acesso em: 03 abr. 2018.

FISHER, Hilke. **Guerra civil arrasa economia da Síria, e população é maior vítima.** Deutsche Welle, 2013. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/guerra-civil-arrasa-economia-da-s%C3%ADria-e-popula%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-maior-v%C3%ADtima/a-17196307> Acesso em: 22 mar. 2018.

G1. Mundo. **O que é o Estado Islâmico?** *IN:* Globo.com, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/07/o-que-e-o-estado-islamico.html> Acesso em: 06 mai. 2018.

GUIA DO ESTUDANTE. **Síria (história, política e economia) – resumo.** Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/siria-historia-politica-e-economia-resumo/> Acesso em: 05 mar. 2018.

O GLOBO. **Em seis anos, guerra síria expulsou metade da população das suas casas.** *In:* Mundo, 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/em-seis-anos-guerra-siria-expulsou-metade-da-populacao-das-suas-casas-21058533> Acesso em: 06 abr. 2018.

ONU BRASIL. **Guerra síria completa 7 anos em março com ‘rastros de tragédia’ para civis, diz ONU.** *In:* Nações Unidas do Brasil, 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/guerra-siria-completa-7-anos-em-marco-com-rastro-de-tragedia-para-civis-diz-onu/> Acesso em: 03 abr. 2018

VASCONCELOS, Heloisa. **Entenda por que a Síria vive nova onda de violência extrema após expulsão do Estado Islâmico.** *O Povo Online*, 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2018/02/por-que-a-siria-vive-nova-onda-de-violencia-extrema.html> Acesso em: 22 mar. 2018.

BIOCOMBUSTÍVEIS: UMA ALTERNATIVA ECONÔMICA E AMBIENTAL AO USO DA GASOLINA

Brenda Rocha Marcelino⁴⁰
Julia Maria Soares Souza⁴¹
Neuza Maria de Siqueira Nunes⁴²
Maria Margarete Salvate Brasil⁴³
Tauã Lima Verdan Rangel⁴⁴

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar o biocombustível como uma alternativa renovável e econômica ao uso da gasolina, ressaltando os benefícios e malefícios de ambos, visto que, apesar do biocombustível ter menos impacto ambiental, não é tão utilizado quanto a gasolina.

⁴⁰ Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail:berocha97@gmail.com;

⁴¹ Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: jupsoares2011@gmail.com;

⁴² Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁴³ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

⁴⁴ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

O consumo do combustível fóssil resulta em um impacto significativo no meio ambiente. Uma possível alternativa a essa realidade seria o emprego dos biocombustíveis. Mediante a elevação do preço de mercado da gasolina e, a evolução das tecnologias responsáveis pelo desenvolvimento dos combustíveis não fósseis, juntamente com o crescimento de sua comercialização, a opção apresentada, aparentemente, é a mais viável. Entretanto, no decorrer do trabalho, será exposto a respeito da viabilidade de tais possibilidades.

MATERIAL E MÉTODO

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Sousa (2009), a história da humanidade é construída por vários acontecimentos marcantes que contribuíram para a evolução da sociedade. A crescente demanda por um estilo de vida mais sofisticado e confortável impôs ao homem a instância de novos meios de aperfeiçoar seu cotidiano. Uma das maiores invenções postuladas diante de tal transformação foi o automóvel (SOUSA, 2009, s. p).

Ainda de acordo com o autor, a Revolução Industrial foi um divisor de águas no quesito combustíveis, pois diante da latente carência em atender a necessidade das indústrias na época, a revolução trouxe o carvão mineral, que se tornou

fundamental para o desempenho dos primeiros motores movidos a vapor. Assim, o decorrer dos séculos XVIII e XIX foi marcado pelo carvão mineral como o principal combustível. Porém, a partir do século XX houve uma transformação no mundo automobilístico onde nasceu a necessidade de combustíveis mais avançados. Diante disso, os combustíveis fósseis, que até então eram utilizados apenas na obtenção de querosene, passou a ser aplicado na produção da gasolina (SOUSA, 2009, s. p).

A sociedade que passou pelas transformações mencionadas acima é postulada por Ferreira e Leite (2010) como a sociedade industrial, enquanto a contemporânea (pós-industrial) é intitulada como sociedade de risco. Os autores afirmam ainda que:

A sociedade de risco tem como principal característica a distribuição de danos e riscos de uma nova formatação, capazes de perpassar todas as classes sociais indiscriminadamente e ter seus efeitos transpostos intergeracionalmente (FERREIRA; LEITE, 2010, p. 26).

Hoje em dia, há preocupação com os impactos ambientais gerados pelos combustíveis fósseis. Ferreira e Leite (2010) declaram que:

Assim, muitas vezes, atividades que isoladamente não se mostram nocivas, de forma significativa, ao meio ambiente quando enquadradas num determinado contexto (de saturação, vulnerabilidade, biocumulatividade etc.) podem desencadear efeitos profundamente agressivos. [...] A hipercomplexidade da sociedade contemporânea, no entanto, se mostra de forma ainda mais evidente, quando, a partir da existência de um certo consenso científico acerca da existência e da gravidade do aquecimento global (Relatório Final do IPCC concluído em 2007), há a convergência de vontades políticas no contexto internacional no sentido de estimular a revisão da matriz energética global (Protocolo de Quioto). A partir destas constatações científicas acerca de uma “crise ambiental”, do crescimento de economias emergentes, tais como Índia e China, da instabilidade geopolítica do Oriente Médio e outras regiões produtoras de petróleo,

tem-se um nítido movimento, em nível global, de reorientar a matriz energética vigente (combustíveis fósseis) na direção de fontes renováveis de energia, sobretudo no que diz respeito ao transporte (FERREIRA; LEITE, 2010, p.25-26).

Uma das possíveis alternativas desenvolvidas para a substituição da gasolina é o biocombustível, que é um combustível fabricado a partir dos extratos retirados de vegetais, óleos ou matéria orgânica, este por sua vez é uma porta de saída quanto aos problemas ambientais criados pelo combustível fóssil. Na visão de Távora (2011), apesar de a Petrobrás ser “reconhecidamente eficiente” na produção dos combustíveis fósseis, a produção do biocombustível brasileira provém do programa de energia renovável mais bem sucedido do mundo. “Atualmente, a questão dos biocombustíveis é multifocal e envolve, entre outras, questões de meio ambiente, de tecnologia, sociais, políticas, históricas e econômicas” (TÁVORA, 2011, p.10-11).

Diante dessa realidade, e, de acordo com Ferreira e Leite (2010), compreende-se que uma alteração radical na matriz energética vigente traz consigo não somente os benefícios como uma emissão de carbono menor, a geração de empregos, o potencial para energia renovável, entre outros, porém uma nova matriz energética, apesar dos benefícios ao meio ambiente, gera “riscos de segunda ordem” como a expansão de terras para aumentar a produção agrícola e o impacto sobre os habitats naturais e seus ecossistemas, aumento do uso de agrotóxicos, aumento dos preços dos alimentos e seus impactos nas classes mais pobres, ligado ao aquecimento global e à crise hídrica, visto que a utilização de água potável crescerá. (FERREIRA; LEITE, 2010, p. 25-28).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A gasolina influenciou e ainda influencia na economia mundial, mas atualmente, existem muitas variáveis que interferem diretamente no valor de mercado da gasolina, tornando-a cada vez mais cara em seu uso diário. Quanto aos fatores que influenciam no preço do combustível em questão, de acordo com o Brasil (2018), podemos citar a Distribuição e Revenda; o Custo Etanol Anidro; o ICMS; o CID e PIS/PASEP e CONFINS; e Realização Petrobrás (trabalho das refinarias livre de impostos).

Para melhor compreender a distribuição da porcentagem ativa de cada um dos coeficientes citados, segue o gráfico1 abaixo elaborado pela Petrobras a partir de dados da ANP, Agência Nacional do Petróleo, e CEPEA/USP.

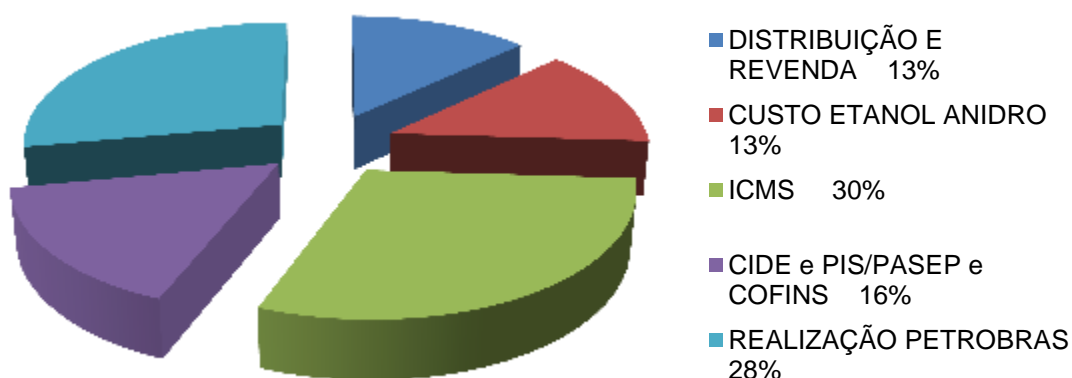


Figura 1: Média dos preços da gasolina ao consumidor das principais capitais no período de 04/03/2018 a 10/03/2018.

Fonte: (BRASIL, 2018)

Analisando o gráfico 1 acima mencionado, é possível notar que a variável com maior impacto para a alta no preço do combustível é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), sendo estabelecida pelo Estado e, geralmente, imposta sobre o valor final do produto, ou seja, a maior parte arrecadada com a venda da gasolina é direcionada ao governo. O valor apurado é usado, ou deveria, em diversas funções que atendam às necessidades do país (NASCIMENTO, 2017, s. p.).

Além da gasolina, existem outros combustíveis utilizados em menores proporções pela população, como etanol e biodiesel que são apontados como alternativas ao uso dos combustíveis fósseis.

De acordo com Pacini *et al.* (2010), a produção de biocombustíveis aumentou com o decorrer dos anos, assim como seu uso tem crescido, contribuindo com o desenvolvimento sustentável do país e trazendo menos impactos ao meio ambiente que os combustíveis tradicionais derivados do petróleo. Entre eles, o mais produzido é o etanol, tornando o Brasil o segundo maior exportador do produto em escala mundial (PACINI *et al.*, 2010, s. p.).

Segundo Santos (2013), o biodiesel é um fator vital no setor econômico brasileiro como o etanol, visto que contribuiu para redução do óleo diesel, que é um produto destilado do petróleo bruto. Santos afirma ainda que ambos tiveram uma grande influência no crescimento de empregos, pois, devido à propagação das atividades industriais, o mercado tende a amplificar fatores primários, expandindo assim, novas oportunidades de trabalho, as quais, conseqüentemente, aumentariam o salário real (remuneração ou pagamento que uma pessoa recebe de maneira periódica) (SANTOS, 2013, p. 71).

Em sua pesquisa, Santos (2013) observou que os biocombustíveis, em especial o etanol, têm uma grande capacidade de influência na economia brasileira e, com o seu desenvolvimento, têm influenciado em grande proporção, seja no campo das exportações, na produção para consumo nacional, nos preços de mercado dos combustíveis, na renda agregada (é o montante de vários fatores de produção como o juros, o salário, os aluguéis, os lucros, etc.) e salários, no PIB, entre outras áreas (SANTOS, 2013, p. 71-72). Santos (2013) pondera que:

Observou-se que o choque do etanol foi mais efetivo em termos de nível de emprego total que o do biodiesel, para as regiões do Norte e Nordeste, ou seja, o choque do etanol foi maior que o choque do biodiesel em oito estados, enquanto que o choque do biodiesel foi maior que o choque do etanol em seis estados. Em contrapartida, o choque do biodiesel contribuiu para reduzir o nível de emprego em quatro estados, enquanto que do etanol, em apenas três. Portanto, é preciso estar atento a essas variações na economia brasileira, tanto a nível macroeconômico quanto no setorial, pois essas políticas podem surtir efeitos negativos em alguns setores e regiões. Para minimizar esses impactos negativos, é importante considerar a dimensão e intensidade da ampliação dessas políticas, em cada setor de atividade e região do país (SANTOS, 2013, p. 79).

Compreende-se, assim, que o etanol e o biodiesel, se aplicados corretamente à política econômica brasileira, têm capacidade para contribuir positivamente à economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A popularidade dos biocombustíveis tem crescido amplamente, apesar da gasolina ainda ser o produto mais utilizado. A comercialização dos bicombustíveis é

otimista, e essa realidade tende a crescer consideravelmente uma vez que o investimento em pesquisas e produção de carros aptos ao uso de combustíveis não-fósseis tem aumentado. Como apresentado no trabalho, tanto a gasolina quanto os biocombustíveis têm seus prós e contras, assim, cabe à aqueles que detêm o poder de decisão do que é melhor para o país, estudar a melhor alternativa.

Diante da proposta do trabalho, a melhor alternativa é, portanto, os biocombustíveis tendo em vista os âmbitos econômico e ambiental. Isto se deve ao fato de que o Brasil tem capacidade para evoluir e crescer na esfera de combustíveis sustentáveis e de utilizar de política econômica para investir não de uma maneira deliberada e sim gradativa na substituição de uma fonte alternativa de combustível.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Gasolina**. Petrobras, 2018. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/produtos-e-servicos/composicao-de-precos-de-venda-ao-consumidor/gasolina/>> Acesso em: 16 mar. 2018.
- FERREIRA, Heline Sivini; LEITE, José Morato. **Biocombustíveis - Fonte de Energia Sustentável**. 1ª EDIÇÃO. Saraiva, 02/2010. [Minha Biblioteca]. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502143074/pageid/0>> Acesso em: 28 mar. 2018.
- NASCIMENTO, Jô. **ICMS: DIFAL estabelecido de acordo entre os estados**. Arquivêi *Blog*, 2017. Disponível em: <<https://arquivêi.com.br/blog/icms-difal-estabelecido-acordo-entre-estados>> Acesso em: 05 mar. 2018.
- PACINI, Henrique; KHATIWADA, Dilip; LÖNQVIST, Tomas. **Soluções sob medida: biocombustíveis de pequena escala e comércio**. International Centre for Trade and Sustainable Development. 2010. Disponível em: <<https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/solu%C3%A7%C3%B5es-sob-medida-biocombust%C3%ADveis-de-pequena-escala-e-com%C3%A9rcio>> Acesso em: 08 abr. 2018.

SANTOS, Jerônimo Alves dos. **Impactos na economia brasileira, pela substituição dos combustíveis fósseis por etanol e biodiesel, no período de 2010 a 2030.** Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2013. doi:10.11606/T.11.2013.tde-27052013-155816. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-27052013-155816/pt-br.php>>
Acesso em: 09 mar. 2018.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **História dos Combustíveis.** Brasil Escola, 2009.
Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historia/historia-dos-combustiveis.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

TÁVORA, Fernando Lagares. **História e Economia dos Biocombustíveis no Brasil.** Centro de Estudos da Consultoria do Senado. 78p. Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-89-historia-e-economia-dos-biocombustiveis-no-brasil>> Acesso em: 28 mar. 2018.

A LEI DA RESPONSABILIDADE FISCAL COMO MECANISMO DE CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA

Claudia Gonçalves Brito⁴⁵
Arnold Gabriel Freitas de Oliveira⁴⁶
Neuza Maria de Siqueira Nunes⁴⁷
Maria Margarete Salvate Brasil⁴⁸
Tauã Lima Verdan Rangel⁴⁹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a Lei da Responsabilidade Fiscal como mecanismo de controle da dívida pública. A possibilidade de retomada da economia do país, tendo em vista que no atual momento o Brasil se encontra em desaceleração no crescimento econômico, fruto de uma má gestão pública, perpassa

⁴⁵ Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, 1º Período. E-mail: claudiaflexenf@gmail.com;

⁴⁶ Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, 1º Período. E-mail: arnoldgabriel.bji@gmail.com;

³ Professora Orientadora. Professora orientadora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, neuzamsnunes@gmail.com.

⁴⁷ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁴⁸ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

⁴⁹ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

pela organização dos gastos públicos. Dessa forma, a sociedade sofre com o retrocesso da economia, sentindo fortemente o impacto no poder de compra, que antes, houve um crescimento e hoje há uma estagnação, representando um problema social. O principal objetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com o caput do art. 1º, consiste em estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, garantindo a legitimidade, característica do regime democrático.

A sociedade participativa busca transparência das receitas e dos gastos públicos e, por sua vez, o poder público deverá divulgar amplamente sua arrecadação de receitas e a realização das despesas, assegurando que a Lei da Responsabilidade Fiscal é um instrumento eficaz de controle da dívida pública.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão com base em leitura de alguns sites selecionados da internet e em arquivos do Tesouro Nacional que discorrem sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, foi sancionada a Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, revogando-se a Lei Complementar nº 96, 31 de maio de 1999, com o intuito de estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. A Lei da Responsabilidade Fiscal é um código de conduta para os administradores públicos de todo o país, seja ele no Executivo, Legislativo e

Judiciário. Através desta, todos os governantes deverão obedecer às normas e aos limites para administrar as finanças de forma coerente e transparente, fixando limites para as despesas com pessoal e para a dívida pública, com metas para controle de receita e de despesas, sabendo-se que um governante não adquirirá nova despesa sem que haja uma receita, por questão ética e moral com a sociedade que este representa (CYSNE, 2018, s.p.).

A Lei da Responsabilidade Fiscal entrou em vigor a partir da sua publicação no ano de 2000, deixando claro o interesse em controlar, organizar os gastos públicos e punir governantes. Nela há dois tipos de sanções previstas: as institucionais previstas na Lei da Responsabilidade Fiscal e as pessoais previstas na Lei Ordinária que trata de crimes de Responsabilidade Fiscal.

Entretanto, sabe-se que a dívida pública é o principal problema de ordem macroeconômica enfrentada pelo país nos últimos tempos em todos os níveis de governo. O controle da dívida pública é o principal motivo que pode invocar para a elaboração de uma lei como a LRF. Nesse sentido, a Lei Complementar, no Art. 163, assegurará sobre:

A lei complementar disporá sobre:

I-finanças públicas;

II-dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo poder público;

III-concessão de garantias pelas entidades públicas;

IV-emissão e resgate de títulos da dívida pública;

V-fiscalização das instituições financeiras;

VI-operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios;

VII-compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional (CF, 1988).

Segundo os economistas Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal, Marcos de Barros Lisboa, presidente do INSPER, Marcos Mendes, consultor legislativo do Senado Federal e Sergio Lazzarini, professor titular do INSPER, os problemas fiscais no Brasil nos últimos anos estão relacionados aos aumentos dos gastos públicos tendo como consequência o crescimento da dívida pública. Os economistas apontam caminhos para a redução da dívida pública como o controle da previdência, a transparência e a governança, a competitividade e o imposto. Neste contexto de retomada do controle da dívida pública, são imprescindíveis os ajustes nos caminhos citados, considerando que a responsabilidade fiscal deverá ser feita numa gestão séria, comprometida com a sociedade e com os sucessivos gestores (ESTADÃO, 2015, s. p.).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a Lei da Responsabilidade Fiscal, quando os governos efetuam despesas excessivas, fica evidenciado o desequilíbrio dos gastos públicos, que pela lei não deve exceder o teto máximo de gastos com a folha de pessoal de 54% da RCL. No entanto, para ajustar as contas, devem ser tomadas medidas como a reestruturação do número de pessoal, muitas vezes exonerando diversas funções, como cargos comissionados, instituindo, assim, o Programa de Contenção de Despesas e de Incremento à Receita.

A Lei da Responsabilidade Fiscal estabelece que os repasses oriundos do Fundo de Participação do Município (FPM) sejam parcialmente bloqueados até que as medidas sejam implantadas para conter as despesas, caso o município ultrapasse o limite estipulado por lei. Evidentemente todos os cidadãos do município sentirão os

reflexos de uma má gestão pública, especialmente a classe menos favorecida, em que a saúde e a educação são áreas mais atingidas. Assim, a fim de equilibrar as contas, alguns governos adotam em sua gestão a eficiência de alocação dos recursos financeiros disponíveis, dentre outras medidas, visando ao equilíbrio das contas públicas e ao controle da dívida pública.

A seguir, no gráfico 1, o exemplo de gastos realizados de um município com as Receitas Correntes Líquidas arrecadas em 2012. O montante dispendido dos cofres públicos no exercício financeiro de 2012 para o pagamento das despesas com a folha salarial municipal foi de R\$ 293,8 milhões, o que representava 59,2% da das Receitas Correntes Líquidas (RCL) no referido ano (FIAMENGUI, 2013, s. p.).

Gráfico 1: Gastos realizados com as Receitas Correntes Líquidas arrecadas em 2012



Fonte: (FIAMENGUI, 2013)

Observa-se, no gráfico 1, que a maioria dos gastos realizados no exercício financeiro de 2012 foram destinados à folha de pagamento. O grande problema em relação a estes gastos ocorre em relação ao limite máximo permitido pela Lei de Responsabilidades Fiscais (LRF) com o pagamento de pessoal, que é de 54% das RCL,

todavia, o Limite Prudencial recomendado pela LRF é de 51,3%. Para não encerrar o ano com dívida pública, no dia 24 de novembro de 2012, o município instituiu o Programa de Contenção de Despesas e de Incremento à Receita, objetivando o equilíbrio das contas públicas na execução orçamentária de 2012, evitando o déficit financeiro e orçamentário, uma vez que, segundo a LRF, os repasses oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) seriam parcialmente bloqueados até que medidas visando à contenção de gastos na folha de pagamentos não fossem implementadas (FIAMENGUI, 2013, s. p.).

As medidas adotadas foram para conter os gastos de despesas com viagens, eventos, custeio, além de exoneração de cargos em comissão, não contratar e nem dispendir recursos públicos com pagamento de férias, como também, restrições na utilização do telefone e cortes nas despesas de combustíveis. Os cortes de despesas contribuíram para encerrar o ano de 2012 sem dívida pública (FIAMENGUI, 2013, s. p.).

As medidas adotadas pelo município reforçam que a Lei da Responsabilidade Fiscal funciona como mecanismo de controle da dívida pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, verifica-se a necessidade de implementações orçamentárias assim como toda a sua distribuição dentro dos três poderes, ressaltando a necessidade de um gestor íntegro, com princípios éticos e morais para desempenhar com rigor suas atribuições diante de uma sociedade a quem confiou temporariamente, através do voto, o direito e o dever da representação da sociedade. Pressupondo que a sociedade deverá se integrar na fiscalização da administração

direta e indireta, através da transparência fiscal apresentada por seus gestores, evidencia-se que a Lei da Responsabilidade Fiscal configura como mecanismo de controle da dívida pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Art.163**. Constituição Federal, 1988. Disponível em:

http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_163_.asp Acesso em: 18 abr. 2018.

CYSNE, Diogo. **Lei de responsabilidade fiscal**. InfoEscola, 2018. Disponível em:

<https://www.infoescola.com/direito/lei-de-responsabilidade-fiscal/> Acesso em: 18 abr. 2018.

ESTADÃO. **Seis passos para o Brasil voltar a crescer**. Estadão de S. Paulo, 2015.

Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,seis-passos-para-o-brasil-voltar-a-crescer,1762490>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

FIAMENGUI, Fernando. **Exaustão de um Modelo**. Observatório de Gestão Pública, 2013. Disponível em: <http://www.igepri.org/observatorio/?p=9345>. Acesso em: 04 abr. 2018.

A ECONOMIA DE CUBA APÓS A REVOLUÇÃO DE 1959

Domingos Sávio Peres do Amaral⁵⁰

Matheus de Oliveira Lima⁵¹

Neuza Maria de Siqueira Nunes⁵²

Maria Margarete Salvate Brasil⁵³

Tauã Lima Verdan Rangel⁵⁴

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a economia de Cuba após revolução socialista de 1959 e os impactos no mercado do país. Com a queda do ditador Fulgêncio Batista ocorrida pela revolução cubana, comandada por Fidel Castro, os americanos cortaram relações comerciais com o país deixando de comprar o açúcar da ilha, que era um dos principais produtos de exportação. Sendo assim, o país passou a vender o açúcar para a União Soviética, principal rival dos EUA. O presidente da época, John Kennedy, reagiu à aproximação entre os cubanos e os

⁵⁰ Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: domingosamaraliff@gmail.com;

⁵¹ Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: moi.matheus@gmail.com;

⁵² Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁵³ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

⁵⁴ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

soviéticos rompendo as relações diplomáticas e invadindo a Baía dos Porcos. Com a derrota da invasão americana, Fidel Castro se fortaleceu declarando o regime socialista para o país.

O governo cubano nacionaliza indústrias, fazendas, comércios e qualquer tipo de mercado privado existente na ilha, passando a investir em saúde e educação, fazendo com ocorresse o fim do desemprego e do analfabetismo.

No decorrer dos anos 90, com o fim da União Soviética, Cuba entra numa grave crise econômica devido a perda de seu principal parceiro comercial e investidor, ocasionando a planificação da economia e aumentando a pressão sobre Fidel. O país passa a se relacionar com a Venezuela de Hugo Chávez, que passou a fazer empréstimos para o governo cubano e a vender gasolina mais barata. Em 2008, Fidel Castro deixa o comando do país, passando para seu irmão, Raul Castro.

Com a morte Hugo Chávez em 2013, a Venezuela passa por uma crise e corta os investimentos em Cuba, fazendo com que Raul Castro tenha que tomar medidas para conter a crise em seu país, liberando a criação de restaurantes e hotéis privados. Começa assim a liberar a volta do setor privado.

Em 2014, os EUA e Cuba voltaram a negociar, fazendo com que os Estados Unidos reabrissem sua embaixada em Havana. Com a volta das relações entre os dois países, alavancou muito o turismo em Cuba, principalmente de turistas americanos. Mas, com a presidência nas mãos de Donald Trump, ele parou com as negociações e manteve os sansões comerciais.

MÉTODOS E MATERIAIS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

No ano de 1992 foi aprovada pelos congressistas americanos a Lei de Democracia Cubana ou Lei de Torricelli com o intuito de afetar e isolar o comércio de Cuba. As principais sanções econômicas adotadas foram a proibição de filiais norte-americana de negociar com o país, o impedimento de que embarcações estrangeiras, que ancorassem em Cuba, carregassem ou descarregassem em portos dos EUA por seis meses, e penalidades aos países que o ajudassem.

As medidas impostam ao país, tanto por sanções ou pela Lei de Torricelli, só poderiam ser retiradas se ocorresse eleições democráticas semelhantes a que ocorrem em países do ocidente. As medidas tomadas pelos EUA não foi muito bem aceita pela comunidade internacional.

Mais adiante, em 1996 foi aprovada uma nova lei, Lei para a Liberdade e Solidariedade Democrática Cubana ou Lei Helms-Burton. Segundo Alzugaray (2004), esta norma procurava conter investimentos estrangeiros em Cuba a fim de não permitir que a ilha recuperasse sua economia. A lei aumentou as medidas já existentes contra a administração cubana, e fazia várias cobranças para uma normalização das relações entre as duas nações.

Para Morrone (2008), deve-se lembrar de que assim como a Lei Torricelli, a Lei Helms-Burton não repeliu unicamente aos interesses da política externa americana, mas aos interesses da política interna também, já que os idealizadores desta norma estavam comprometidos com setores cubano-americanos. Estes setores estavam querendo recuperar fazendas, indústrias e outros bens retirados deles pela Revolução Cubana. Eles exerciam forte influência sobre o poder legislativo americano, pois tinham uma grande parcela do eleitorado da Flórida, estado que decide eleições presidenciais devido ao seu grande número de delegados.

O aumento das medidas pelos americanos de repressão econômica ao país afetou as relações com a União Europeia, pois cedeu aos cidadãos e firmas estadunidenses, desapropriadas por Fidel Castro, o direito de requerer na justiça o direito o aproveitamento destas propriedades. Este fato levou a nervosismo imediato dos investidores estrangeiros em Cuba, sobretudo os europeus. Como contragolpe a estas medidas de 2009, a União Europeia tratou de contestar a legislação, entendida como uma nítida violação internacional e obstáculo ao livre comércio. Os americanos criaram uma nova lei para reduzir o impacto aos aliados europeus, e o presidente Clinton conseguiu homologação pelo Congresso americano de uma emenda que concedia a ele o direito de suspender a disposição do capítulo a cada seis meses e renová-la caso desejasse. Ao que se refere à imposição da democracia, cláusulas específicas diziam que nem Fidel Castro, nem seu irmão, Raul Castro, poderiam se envolver em qualquer governo democrático futuro (MORRONE, 2008, p. 107).

O governo de George Bush (2001-2009), enquanto agredia verbalmente Cuba, ampliava o comércio de alimentos devido à pressão dos congressistas ligados ao setor agropecuário. Segundo Santoro (2010), as vendas de alimentos para o mercado cubano aumentaram de US\$ 4 milhões, em 2001, para US\$ 432 milhões em 2007.

Pode-se entender que a relação cubano-norte-americana pós-guerra fria foi mais uma medida de pressão dos políticos americanos.

À medida que ampliava as relações comerciais na área de alimentos, governo de George Bush aprofundava as políticas de endurecimento ao regime de Fidel Castro, especialmente após os atentados de 11 de Setembro. O atentado mudou a política externa dos EUA, criando a Doutrina Bush que acusava Cuba de sustentar relações com redes de terroristas, e considerava a ilha socialista de ter um modelo político ditatorial (MORRONE, 2008, p. 107).

Segundo Ayerbe (2004), também no mandato de George Bush, dois programas importantes foram criados para derrubar o sistema político cubano. O primeiro deles, iniciativa para uma nova Cuba, com medidas para mudar o sistema político do país na direção do modelo político norte-americano. A atuação deste programa visava planejar e direcionar o país de forma pacífica para a democracia. O segundo programa, elaborado em 2002, seguiu uma nova tática em que o objetivo era a formação de pessoas capazes de liderar na área de economia ou de política fazendo oposição ou revolução contra o governo socialista, adotando a democracia e o sistema capitalista, conhecida como Comissão de Assistência para uma Cuba Livre (Comission on Assistance to a Free Cuba – CAFC).

De acordo Ayerbe (2004), o CAFC programa tinha como objetivo programar ações econômicas para impedir a venda de títulos, que pertencia aos americanos e foram tomados pelos revolucionários, pelo governo e pela população cubana a cidadãos estrangeiros; restringir viagens de jovens norte-americanos a ilha socialista e visitas de familiares a Cuba a cada três anos; estabelecer a quantidade de dinheiro que os americanos podiam gastar por dia enquanto estivessem no país. Além de, controlar qualquer investimento no país para aqueles que usufruíam de bens que

foram sequestrados pela revolução e entregues aos militares cubanos; e, sobretudo formar pessoas capazes de lutar contra o regime socialista tanto na área política e econômica, ajudando na criação de uma economia de mercado. Deve-se evidenciar que ambas as medidas contaram com grande apoio da comunidade cubana nos EUA. O apoio dado a Bush na condução de uma política rígida para Cuba renderia em votos para ele nas eleições.

Segundo Morrone (2008), as medidas mostravam que o aperto imposto pelos norte-americanos ao regime político estabelecido por Fidel Castro nunca cessou, sendo radicalizadas na administração de George Bush.

Em 2015 o presidente democrata dos EUA, Barack Obama, fez um acordo com Cuba em que ficou decidido o restabelecimento das relações. Os EUA abriram uma embaixada no país e o governo cubano uma embaixada no país americano. O acordo liberou o fluxo de pessoas e de turismo, ou seja, a ida de norte-americanos a Cuba e vice-versa. As compras de dólar pelos cubanos ficaram sob o regime de boicote, como também o envio de dinheiro para os EUA e a possibilidade de instalar empresas nos EUA e empresas americanas no país.

Para Barcelos (2017) o acordo foi efetivado, porém os efeitos econômicos ainda foram pequenos, já que os americanos não tiveram vontade em apressar medidas sólidas e os cubanos, por sua vez, estavam extremamente desconfiados da prática desta política. De alguma forma, as relações foram se consolidando com aberturas científicas e tecnológicas, com medidas sanitárias, com intercâmbio de estudantes e pesquisadores.

O sucessor de Obama eleito em 2017, o presidente Donald Trump, anunciou que pretende mudar alguns pontos do acordo, que segundo ele é unilateral, pois beneficia Cuba e o país continua com um governo ditatorial. O governo americano

em 2017 aumentou as restrições às viagens e aos negócios com companhias controladas pelas forças armadas cubanas. A embaixada americana continuará aberta e as viagens de companhias aéreas americanas estão permitidas para o país (BATISTA, 2017, s. p.).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O bloqueio econômico a Cuba trouxe uma série de atrasos e prejuízos para o país, com prejuízo estimado até 2005, segundo a ONU, de 86 bilhões de dólares. Uma das áreas que teve muitos prejuízos foi a dos transportes e da saúde.

Nos transportes, a maioria dos carros foi fabricados na década de 60, os donos encontram dificuldade de reposição de peças devidas serem americanas e o embargo proibiu que a população compre produtos norte-americanos. Segundo Coimbra (2016) no setor da saúde conta com muitos médicos, mas falta tecnologia e remédios, pois as maiores das indústrias farmacêuticas são americanas e eles acabam tendo que comprar de outros países.

O embargo deve continuar, pois o senado e o governo americano não pretendem retirar o embargo ao país enquanto não houver eleições democráticas semelhantes às americanas e com a supervisão da comunidade internacional. O atual presidente Raul Castro decidiu entregar o poder no final de 2018 ao novo presidente que será eleito pelos membros do Partido Comunista de Cuba.

Apesar dos embargos as exportações cubanas registraram um crescimento de 14,1 % no período de 2006 a 2015 devido às vendas de produtos agrícolas como açúcar, tabaco e café. As importações cresceram 12,6% no período por produtos

alimentícios como cereais, carnes e leite. A evolução das exportações e importações entre 2006-2015 pode ser observada na tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Evolução das importações e exportações de Cuba (US\$ bilhões)

<i>Anos</i>	<i>Exportações</i>	<i>Importações</i>
2006	2,50	6,40
2007	3,62	6,93
2008	3,18	8,66
2009	2,33	5,15
2010	2,78	5,75
2011	3,58	6,43
2012	2,96	6,67
2013	3,14	7,30
2014	2,32	6,26
2015	2,85	7,20
<i>Variação 2006-2015</i>	14,1	12,6

Fonte: (MRE, 2016)

Cuba mantém relações comerciais de importação com alguns países. As importações ocorreram com dois principais países, a China e a Espanha. De acordo com a tabela 2 abaixo, percebe-se que em 2016 o volume de importação da China foi mais que o dobro em relação ao da Espanha.

Tabela 2: Principais países de importação (em porcentagem)

POSIÇÃO	PAÍSES 2015 (%)	PAÍSES 2016 (%)
1	China (26,2%)	China (29,2%)
2	Espanha (14,9%)	Espanha (14,0%)
3	Brasil (7,1%)	Itália (5,1%)
4	Canadá (5,4%)	Brasil (4,7%)
5	Itália (5,1%)	México (4,4%)

Fonte: (CIA, 2018)

Os dados revelam que a China foi o principal parceiro comercial de Cuba em 2015 e 2016 com aumento de 0,3% das importações no período de um ano.

CONCLUSÃO FINAL

A economia de Cuba após a revolução sofreu com as medidas impostas principalmente pelos Estados Unidos da América. A falta de investimento estrangeiro fez com que não houvesse evolução na indústria e no transporte. Com o passar dos anos o país ficou dependente das vendas de charutos, do açúcar e do turismo. Sem o crescimento da economia não houve muitos avanços em tecnologia. Com acesso à internet muito lento e com a maioria dos carros da década de 60, a esperança da população cubana é que a economia volte a crescer com as liberações feitas por Raul Castro conforme a pequena abertura ao setor privado.

REFÊRENCIAS

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BARCELOS, Ana Luiza. **Trump anuncia revisão do acordo de reaproximação com Cuba**. Carta Capital, 2017. Disponível em:
<https://www.cartacapital.com.br/internacional/trump-deve-cancelar-acordo-de-reaproximacao-com-cuba>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BATISTA, Henrique Gomes. **Trump aumenta restrições a Cuba e condiciona avanços a mudanças em direitos humanos**. O Globo, 2017. Disponível em:
<https://oglobo.globo.com/mundo/trump-aumenta-restricoes-cuba-condiciona-avancos-mudancas-em-direitos-humanos-21483600>. Acesso em: 14 abr. 2018.

CIA. **The World Factbook**. *Central Intelligence Agency*, 2018. Disponível em:
<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cu.html> Acesso em: 23 mar. 2018.

COIMBRA, Rafael. **Impressões de Cuba**. G1.Globo, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/estudio-i/videos/v/documentario-impressoes-de-cuba-traz-o-olhar-sobre-a-vida-na-lha/5479789/>. Acesso em: 25 mar. 2018.

MRE. **CUBA-Comércio Exterior**. Ministério das Relações Exteriores, 2016. Disponível em: <http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDCuba.pdf> Acesso em: 23 mar. 2018.

MORRONE, Priscila. **A Fundação Nacional cubano-americana (FNCA) na Política externa dos Estados Unidos para Cuba**. 2008. 138f. Dissertação de Mestrado - "SAN TIAGO DANTAS" (UNESP/UNICAMP/PUC-SP), São Paulo, 2008.

SANTORO, Mauricio. **Cuba após a Guerra Fria: mudanças econômicas, nova agenda diplomática e o limitado diálogo com os EUA**. *Scielo*, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 23 mar. 2018.

PLANO REAL: FIM DA INFLAÇÃO E A CONQUISTA DA ESTABILIDADE ECONÔMICA

Francine Tavares Souza Bastos⁵⁵
Thais da Silva Prepetabj⁵⁶
Neuza Maria de Siqueira Nunes⁵⁷
Maria Margarete Salvate Brasil⁵⁸
Tauã Lima Verdán Rangel⁵⁹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo retratar a crise econômica vivenciada pelo Brasil a partir da década de 1980, em que a inflação alcançou níveis elevados indo além do que era considerado normal, até a implantação do Plano Real.

O Brasil passou por diversas crises, contraiu empréstimos em que resultou em dívidas a vários bancos internacionais. A sociedade já tinha perdido a crença nas

⁵⁵ Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, 1º Período, fran-souza.10@hotmail.com;

⁵⁶ Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, 1º Período, thaisprepetabj@gmail.com;

⁵⁷ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁵⁸ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

⁵⁹ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

propostas implantadas pelo governo para resolver o problema econômico. A crise permaneceu por um longo período, iniciada na década de 80 até meados de 1994, em que foram criados o Plano Cruzado e o Plano Collor. Não obtendo bom resultado, os planos geraram mais problemas econômicos para o Brasil fazendo com que a inflação aumentasse cada vez mais.

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso, após ser nomeado Ministro da Fazenda, estabeleceu o Plano Real. Algumas reestruturações foram feitas em que houve a reorganização das dívidas públicas e em seguida a implantação de uma nova moeda, o real, resultando na consolidação e na estabilização da inflação no Brasil.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Um pouco antes da década de 1980, a inflação já vinha acelerando, alcançando níveis muito elevados, mas foi após o período que a economia brasileira atravessou uma enorme crise. De 1980 á 1994 a renda *per capita* estava no mesmo nível. Após 15 anos a inflação estava com níveis altíssimos, ameaçando em determinados momentos a se tornar fora do controle. Para Lacerda *et al.* (2010), foi a pior crise que a economia brasileira passou posteriormente ao Brasil se tornar independente.

Fatores internacionais também contribuíram para a crise, como o aumento do preço do petróleo, das taxas de juros nominal e a recessão dos Estados Unidos, resultando na elevação das taxas de inflação de um patamar de 40% para 100% ao ano no decorrer de 1979, quando realmente começou a crise.

No final da década de 1970, os bancos internacionais não renegociaram maiores prazos dos empréstimos feitos ao Brasil. Com isso, o governo teve que adotar medidas de ajustes fiscais para consolidar o balanço de pagamentos. Entre 1981 e 1983 o Brasil enfrenta ajustamentos com efeitos retroativos, envolvendo uma maxidesvalorização do cruzeiro, a moeda da época, fazendo com que o ajuste do fluxo de contas externas fosse finalmente alcançado. Imposto pela crise da dívida com efeitos regressivos, o ritmo de crescimento foi diminuído, levando a insuficiência pública para perto de zero.

De acordo com Lacerda *et al.* (2010) ao contrário do que esperavam em 1983 a inflação subiu de 100% para 200%, permanecendo assim até o final de 1985. No decorrer de 1984 a 1986, o desenvolvimento econômico aparentava ter sido recriado devido a diminuição cambial em que a balança comercial foi reequilibrada. O grande excedente comercial aparentava ilusoriamente que o problema da dívida tinha sido controlado. Acreditavam que bastava controlar a inflação que voltaria o desenvolvimento e assim, o Brasil voltaria a crescer e retomaria a taxas de inflação de 6% a 7 % ao ano. A crise parecia ter sido controlada, porém em 1987, com a derrota do Plano Cruzado e o adiamento da dívida externa, a crise voltou, relata o autor.

Segundo Bardine (2009), a sociedade não acreditava mais nas ideias propostas pelos diferentes governos, achando que a inflação muito elevada iria acionar juntamente ao governo um novo plano econômico e uma nova tabela de fixação de preços. Os comerciantes iniciaram uma intensa remarcação de preços e os

investidores apartaram seu capital dos bancos causando carência da moeda circulante e aumentando o preço dos empréstimos, anulando todos os meios de novos planos pretendidos pelo governo.

Lacerda *et al.* (2010) relata que a inflação passou então a ser medida em termos mensais, e não anuais, girando em torno de 20% ao mês, totalizando 240% ao ano. Entrando em rota explosiva, atingiu um processo inflacionário ao final de 1989 e início de 1990, quando a inflação chegou a ultrapassar a marca de 70% ao mês.

Em 1990, após o fracasso do Plano Collor, a inflação retornaria ao patamar de 20% ao mês até por volta de 1993, a partir de então, voltou a crescer. A taxa de inflação mensal já encontrava próxima dos 50% as vésperas do Plano Real concluem Lacerda *et al.* (2010).

O Plano Real, segundo Bardine (2009), foi formulado por Edmar Bacha e Pêrsio Arida. O plano constitui-se de três fases, a primeira fase teve início em 1993, após Fernando Henrique Cardoso ser nomeado Ministro da Fazenda. Nessa fase foi feita a reorganização das dívidas públicas e a redução dos gastos. A segunda fase foi decisiva, onde foi colocada a Unidade Real do Valor (URV) em 1994, obrigando a sociedade a viver com dois padrões diferentes de preços. Já a terceira fase teve o início da circulação do real realizada em julho de 1994. O impacto foi imediato fazendo com que a inflação despencasse e mantendo-se controlada.

De acordo com Bardine (2009), a diminuição da inflação não foi boa para os setores financeiros que sobreviviam da inflação e viram seus ganhos reduzirem brutalmente. Alguns banqueiros que não se adaptaram a nova moeda acabaram falindo. O governo com medo de um efeito dominó implantou um Programa de Estímulo à Reestruturação (PROER) oferecendo ajuda financeira no valor total de 20 bilhões aos bancos que foram prejudicados com a implantação do real. A ajuda

financeira causou dúvidas levando a questionamentos, criando assim, uma CPI para verificar a real necessidade dos bancos. A sociedade brasileira já estava muito abalada com a inflação, até mesmo pessoas que estavam sendo beneficiadas estavam querendo virar a página.

Nessa linha de raciocínio, Bardine (2009) explica que desde a implantação do real o maior desafio era tentar equilibrar as contas públicas, o que era conseguido à custa de investimentos estatais, resultando na perpetuação de uma infraestrutura escassa que aumentou ainda mais o oneroso setor produtivo, conclui o autor.

Após a implementação do Plano Real no Brasil a inflação foi controlada e diminuindo com o passar do tempo. Para Farrel (2007), os resultados foram tão bons que Fernando Henrique Cardoso conseguiu se tornar presidente do país em 1994.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É inegável que o Brasil passou por momentos alarmantes com o efeito da alta da inflação no decorrer dos anos de 1980 a 1994, em que é licito dizer que toda a sociedade brasileira sofreu. Os comerciantes fizeram alterações nos preços de suas mercadorias, muitos investidores retiraram seus investimentos dos bancos. A inflação teve níveis tão elevados chegando a atingir praticamente 80% ao mês, como mostra o gráfico no ano de 1990.

De acordo com Bardine (2009), no decorrer dos anos de 1986 a 1990 a inflação passava por altos e baixos níveis, mas sempre prevalecendo a elevação. Vários planos foram implantados, porém todos não obtiveram sucesso. Partindo do Plano Cruzado em 1986, do Plano Bresser em 1987, do Plano Verão em 1989 e do Plano Collor até ao

ano de 1990, a inflação teve um aumento absurdo. Em 1994, após a criação do Plano Real, a inflação despencou mantendo-se estável até nos dias de hoje.



Figura1: Evolução da inflação brasileira, entre 1986 e 2000
Fonte: (BARDINE, 2018)

Após várias tentativas sem resultado expressivos foi com o Plano Real que o Brasil conseguiu sair da situação precária ocasionada pela alta inflação. Observa-se, no gráfico 1, que a partir de 1994 houve um declínio acentuado da inflação em que se mantém estável até os dias vigentes.

De acordo com Moreira (2014), apesar de o Plano Real ter início em 1º de julho de 1994, foi somente no segundo semestre que foi instaurado. Juntamente com a equipe de economistas, Fernando Henrique Cardoso estabeleceu o Plano Real fracionado em 3 fases. Por fim quando o real viria a ser implantando, o Congresso após muitas negociações aprovou o plano. “O Plano Real entrou para a história como o episódio que acabou com a inflação e inaugurou um novo ciclo de desenvolvimento econômico” (MOREIRA, 2014, s. p.).

Para Gasparetto (2010) o Plano real estabilizou a economia brasileira, mas para tal medida ser aderida foram necessárias mudanças em diversos setores estatais, como, as privatizações de empresas públicas, a criação de agências reguladoras, a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal e a liquidação ou venda da maioria dos bancos estaduais (GASPARETTO, 2010, s. p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise econômica vivenciada pelo Brasil na década de 1980 até 1994 foi caracterizada pela alta da inflação. No decorrer do período foram criados meios que tinham como objetivo acabar com o alto índice de inflação, ou ao menos diminuir, porém não houve êxito. Cada vez mais as taxas inflacionárias subiam levando o descontrole da situação. Mas, com a nomeação do ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso algumas mudanças foram estabelecidas. Houve a elaboração e implantação do Plano Real que teve como consequência a troca de moeda pelo real e a redução da inflação, fazendo com que a economia do país começasse a se reerguer.

REFERÊNCIAS

BARDINE, Renan. **A economia antes e depois do Plano Real**. História do Brasil, 2018. Disponível em:
<https://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/a-economia-antes-e-depois-do-plano-real>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FARREL, Marcos. **Plano Real: fim da inflação e conquista da estabilidade econômica**. Uol Educação, 2018. Disponível em:
<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/plano-real-fim-da-inflacao-e-conquista-da-estabilidade-economica.htm> Acesso em: 10 mar. 2018.

GASPARETTO, Antônio Junior. **Plano Real**. História Brasileira, 2018. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/plano-real/> Acesso em: 03 abr. 2018.

LACERDA, Antonio Corrêa de et all. **Economia Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MOREIRA, Isabela. **20 anos do Plano Real**. Época, 2014. Disponível em: <http://20anosdoreal.epocanegocios.globo.com/#anchor-u343>. Acesso em: 03 abr. 2018.

O COLAPSO DE 1929: PRECEDENTES E CARACTERÍSTICAS

Júnia Bareli Feres⁶⁰
Sara Faria Lopes⁶¹
Neuza Maria de Siqueira Nunes⁶²
Maria Margarete Salvate Brasil⁶³
Tauã Lima Verdan Rangel⁶⁴

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a Depressão de 30, demonstrando os fatos econômicos relevantes, fazendo uma análise sobre como a economia brasileira foi afetada e evidenciando as semelhanças com outro evento mais recente, a crise de 2008.

O fato ocorreu em Nova York no ano de 1929, originado por fatores econômicos que causaram diversos efeitos, alguns mais profundos que outros nos meios socioeconômicos do mundo. A famosa crise da história mundial foi intitulada

⁶⁰ Graduanda do Curso de Direito Primeiro Período da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) -Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: juniabareli@hotmail.com;

⁶¹ Graduanda do Curso de Direito Primeiro Período da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) -Unidade Bom Jesus do Itabapoana, e-mail: sarinhafarialopes@hotmail.com;

⁶² Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁶³ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

⁶⁴ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

de Grande Depressão ou Crise de 29. O acontecimento é um exemplo de como uma crise econômica pode afetar intensamente um país e deixar sequelas para outros países.

O conceito de crise pode ser caracterizado por alterações além da normalidade econômica, variações em curto ou em longo prazo, podendo surtir efeitos em diversas áreas, dependendo de onde a mesma ocorreu. Uma crise econômica pode ser reconhecida pelos índices de desemprego, de alta inflação, de escassez ou excesso de mercadorias em circulação, atingindo a sociedade que acaba sendo a mais afetada.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Historicamente, de acordo com Velasco (2014), as mudanças começaram na primeira grande guerra mundial. Os países europeus que estavam envolvidos direta ou indiretamente com o conflito tiveram sua produção estagnada, já que, muitas indústrias focaram na produção bélica em busca da vitória. Com isso, os europeus importaram produtos de subsistência dos Estados Unidos, que mesmo estando envolvido no conflito não foram tão afetado devido a sua localização geográfica.

Já os norte-americanos, em 1920, viviam uma fase gloriosa. Seu estilo de vida - American way of life - passou a influenciar o mundo e sua hegemonia cultural fez

com que as vendas aumentassem, principalmente no ramo de entretenimento e bens de consumo duráveis, levando ao alto investimento em títulos na bolsa de valores nova-iorquina.

“Capitalismo é um regime político e econômico caracterizado pelo direito à propriedade privada e por um sistema de mercado organizado”, afirmou Fonte *et al.* (2010, p. 03). Grande parte da economia mundial tem como base as teorias fundamentais do capitalismo, tendo a visão do lucro e do acúmulo de riqueza como principal fator de desenvolvimento.

“Em uma economia de mercado, os preços são determinados por oferta e procura” (MÜNCHAU, 2014 p. 58). A conhecida lei da oferta e da demanda se baseia no conceito de que o mercado produz em compasso com a necessidade dos agentes econômicos. Segundo o autor citado anteriormente, com a alta produção da década de 20 e a decadência do mercado europeu após períodos de conflito, os EUA passaram ofertar além do que os seus inter-relacionados poderiam adquirir.

Segundo Fernandes (2009), considerado o “pai do capitalismo”, Adam Smith, formulou várias teorias no intuito de explicar e aprimorar o sistema capitalista, dentre elas, a “mão invisível do mercado”, que era baseada na ideia de que o próprio mercado se regula, sem interferência governamental. Entretanto, existem as chamadas falhas de mercado, o impacto negativo da ação de uma pessoa ou empresa no bem-estar de outro, que foi um dos determinantes que levaram a quebra da Bolsa de Nova Iorque no dia 24 de outubro de 1929.

Com euforia dos anos que precederam a crise, as fábricas produziam em larga escala, muito mais do que a demanda necessitava. Durante o tempo em que a economia norte-americana estava ascendente os investimentos em ações de empresas foram significativos, de acordo com o autor supracitado. Contudo, essas ações

começaram a cair e quem as tinha passaram a ter prejuízos, pois queriam vendê-las, mas não havia compradores. O efeito dominó resultou na denominada “Quinta-feira Negra”, o dia em que as ações tiveram a remuneração mais baixa.

Como havia um caos emergente na sociedade, devido instabilidade econômica marcada pela quebra de bolsa juntamente com os produtos estagnados nos estoques das empresas, muitos empresários foram obrigados a demitir grande parte de seus funcionários, iniciando o aumento progressivo dos índices de desemprego, que cresceu até ter seu ápice em 1933.

A crise não afetou apenas o proletariado, pelo contrário, atingiu todas as classes sociais, inclusive, os banqueiros, pois haviam negociado empréstimos com as indústrias, e estas não tinham recursos para pagar suas dívidas fazendo com que grandes bancos entrassem em processo de recessão.

Com base em Martins Júnior (2015), com a eleição do presidente norte-americano Roosevelt, em 1933, um novo modelo socioeconômico foi lançado visando conter a crise, intitulado de “new deal”. O novo plano baseava-se na interferência do governo na fiscalização do mercado, dos empréstimos, e da especulação na bolsa de valores.

A política adotada tinha como base a teoria de John Maynard Keynes, um grande economista britânico. Segundo Fontes *et al.* (2010, p. 07) a filosofia econômica de Keynes dizia que o mercado não conseguia se autorregular, sendo necessário que o estado incentivasse as empresas e controlasse o desemprego. Partindo deste princípio, o chamado New Deal realizou a construção de obras públicas com o objetivo de abrir vagas para emprego, criar empresas estatais e iniciar uma legislação para o trabalhador e o desempregado (FONTES *et al.*, 2010, p. 07).

No início da década de 40, a economia local encontrava-se reestabelecida, o governo passou a controlar a oferta e a demanda de produtos para que não ocorresse acúmulo. Assim, como a depressão pode deixar sequelas no psicológico de uma pessoa, a “Grande Depressão”, deixou sequelas na economia norte-americana, mas também serviu de ensinamento para que algo tão impactante não acontecesse novamente. Mais tarde, problemas econômicos com semelhanças consideráveis aconteceram em 2008.

Tal como a crise de 1929 foi precedida por fatores relacionados a Primeira Guerra Mundial, a recessão econômica ocorrida entre 2008 e 2009, de acordo com Sato (2009), teve antecedentes similares, pois também teve como um dos fatores a entrada dos Estados Unidos em guerra com o Iraque e o Afeganistão. De acordo com a mesma autora, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 deixaram o país focado no conflito com os países orientais, fazendo com que a economia interna começasse a apresentar problemas.

Do mesmo modo que ocorreu no período da Grande Depressão, o consumo em 2008 também teve um crescimento econômico devido aos empréstimos concedidos às pessoas. Para Sato (2009), os indivíduos passaram a comprar mais, incluindo os imóveis, que se encontrava em ótimo preço e com juro baixo. Todavia, em um dado momento a taxa de juros começou a se elevar, gerando um declínio na procura por imóveis e gerando a inadimplência, pois as pessoas não queriam pagar as caras hipotecas por propriedades que estavam valendo cada vez menos. Silber (*apud* SATO, 2009), professor do departamento de economia da Universidade de Economia de São Paulo (USP) afirmou que: “A expansão do crédito financiou a bolha imobiliária, já que a grande procura elevou o preço dos imóveis” (SILBER *apud*

SATO, 2009, s. p.). O tema foi explicado com grande excelência no filme “The big short”, baseado em “The Big Getty” de Michael Lewis.

Tal como em 1929 os banqueiros foram os que receberam o impacto da crise de imediato. Muitos bancos foram a falência, inclusive o quarto maior banco de crédito norte-americano, o Lehman Brothers, que em 15 de setembro de 2008 anunciou falência. O episódio foi nomeado como Segunda Feira Negra em semelhança com a famosa Quinta Feira Negra de 1929 (UOL, 2016, s. p.).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o Colapso de 1929 os índices socioeconômicos decaíram e os números demonstraram a decadência que aconteceu no mercado durante o período. Segundo Fernandes (2006), o Brasil durante a crise foi “obrigado” a por fogo em milhões de sacas de café, pois produzia ao ano 22 milhões de sacas e não tinha mercado para o consumo da produção. Além do declínio dos preços de produtos agrícolas como o café, que teve baixa de 40%, o valor da borracha também caiu em 42%, os produtos como estanho, cobre, açúcar, lã e milho caíram entre 20% e 40%.

Destaca também, Fernandes (2006), que durante a Quinta Feira Negra 12.894.650 ações trocaram de dono, ocasionando a quebra da Bolsa de Valores de Nova York. Neste período a taxa de suicídio e doenças psicológicas, como depressão, tiveram um aumento alarmante.

O filme retratando o ocorrido se inicia com a sábia frase escrita por Mark Twain, “*It’s not what you don’t know that gets you into trouble, it’s what you know for sure that just ain’t so*”, que em tradução livre diz que “não é o que você não sabe que te coloca em problemas, é o que você sabe com certeza que não é assim”. Assim como

em 2008, ninguém acreditou naqueles que ousaram dizer que o sistema de hipotecas iria cair, ninguém acreditaria se em 1929 alguém dissesse que a inestimável Bolsa de Valores iria à falência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Depressão de 30, que foi uma das maiores da história mundial, serviu de lição para o controle econômico e de mercado, mostrando que não deveria produzir mais do que o mercado consumidor seria capaz de consumir. O controle deveria ser baseado não somente na auto regulação do mercado, mas também na interferência governamental em certos momentos, quando se julgar necessário, como foi o caso da Depressão de 30 e da Crise de 2008, onde o mercado não conseguia mais se regular.

A economia brasileira se desestabilizou devido o abalo das relações comerciais com o seu principal comprador, os Estados Unidos, sofrendo indiretamente a crise e não conseguindo achar soluções plausíveis, a não ser evitando que a situação ficasse pior.

No próximo ano, em 2019, irão completar 90 anos do maior colapso econômico da história, e apesar dos danos que foram causados, muitas lições foram deixadas. O setor econômico evoluiu bastante, ajustando erros e aprimorando o que um dia não deu tão certo.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Aníbal de Almeida. **Crise de 29**. In: **História net**: portal eletrônico de informações, 6 de agosto, 2009. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=872>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

FERNANDES, Cláudio. **Crise de 1929**. In: **História do mundo**: portal eletrônico de informações, 2006. Disponível em:
<<https://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/crisede29.htm>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

FONTES, Rosa, RIBEIRO, Hilton, AMORIM, Airton, SANTOS, Gilnei. **Economia Um Enfoque Básico e Simplificado**. 1. Ed. São Paulo: Atlas 2010.

MARTINS JÚNIOR, Leandro Augusto. **O mundo em tempos de guerra**. In: **Educação. Globo**: portal eletrônico de informações, 2015. Disponível em:
<<http://educacao.globo.com/historia/assunto/mundo-em-tempos-de-guerra/crise-de-1929.html>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

MÜNCHAU, Wolfgang. **Os Anos de Colapso. O Estouro da Crise e Econômica Mundial**. In: **Minha Biblioteca**: portal eletrônico de informações, 2014. Disponível em:<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582601815/cfi/67!/4/4@0.00:3.97>> Acesso em: 12 mar. 2018.

UOL. **Entenda o que causou a crise financeira de 2008**. Uol, 2016. Disponível em:
<<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/02/27/entenda-o-que-causou-a-crise-financeira-de-2008.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

SATO, Paula. **O que causou a crise mundial entre 2008 e 2009**. Nova Escola: 2009. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/363/o-que-causou-a-crise-economica-mundial-entre-2008-e-2009>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

VELASCO, Valquíria. **Crise de 1929**. Infoescola: 2014 Disponível em:
<<https://www.infoescola.com/historia/crise-de-1929-grande-depressao/>>. Acesso em: 09 mar.2018.

CRISE BRASILEIRA: ANÁLISE E CONSEQUÊNCIAS NO SETOR TERCIÁRIO A PARTIR DE 2015

Laís Petrilho Costa⁶⁵
Luiza Cordeiro Gomes⁶⁶
Neuza Maria de Siqueira Nunes⁶⁷
Maria Margarete Salvate Brasil⁶⁸
Tauã Lima Verdan Rangel⁶⁹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar o impacto da recessão ocorrida a partir de 2015 como um dos principais fatores que levaram o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro a sofrer forte contração em uma das maiores recessões da história do país. Para tanto, deve-se compreender as mudanças econômicas e quais foram as

⁶⁵ Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, E-mail: lalapetrilho@gmail.com;

⁶⁶ Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana, E-mail: luiza.cordgomes@hotmail.com;

⁶⁷ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁶⁸ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

⁶⁹ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

consequências para o setor terciário de produção, que engloba atividades de serviço e comércio de produtos.

O surgimento de crises financeiras, econômicas e políticas é realidade de países com sistema capitalista, caracterizado pelo sistema de mercado onde as oportunidades ditam as atividades econômicas. Algumas são de cunho mundial, como a crise de 1929 ou “Grande Depressão”, e outras afetam o país de origem, como o caso da crise econômica e política que atinge o Brasil desde o ano de 2015 e considerada, desde o processo de redemocratização no início dos anos 80, como um dos maiores desequilíbrios vivenciados no Brasil.

Crise econômica pode ser entendida como aquela em que há redução no PIB do país, caracterizada pela instabilidade financeira. Envolve inflação que traz consequências negativas a economia; uma delas é a redução do poder aquisitivo da população. Ademais, pode-se citar como consequências a redução na produção e na comercialização. Por sua vez, abrange a crise política relacionada geralmente a uma má gestão, a uma desarmonia política. A crise atual brasileira caracteriza-se pela junção dos dois fatores: a economia e a política.

MATERIAL E MÉTODO

O material e o método utilizado para a elaboração deste trabalho foram a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet, artigos científicos e livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

A origem da atual crise tem como destaque três pilares: o cenário econômico externo, interno e político brasileiro. A crise do cenário econômico externo, embora a exportação de bens de consumo primário ainda tem sido a base da economia brasileira, teve forte consequência pelo fato do país ser dependente das exportações para a China (PITANGA; CARVALHO, 2015, p. 06-07).

A China, que pertence ao BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), é um país com grande potencial de crescimento econômico, e em seu auge de crescimento financeiro, obtinha elevada taxa de importação de produtos de origem brasileira. Desse modo, o Brasil lucrava com as vendas das *commodities* (soja, minério, petróleo, celulose e açúcar), as quais, devido a demanda, detinham preços de mercado supervalorizados e com o conseqüente crescimento do lucro arrecadado gerou ânimo no mercado para as exportações. Por isso, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente no período de 2003 a 2011, houve estímulo as exportações e liberação de crédito pelos bancos públicos para financiar o desenvolvimento, criando oportunidade de emprego para a população. No entanto, o país não antevia um choque do mercado. Não previa a redução nas exportações oriunda da inesperada freada chinesa às importações de produtos brasileiros, como também, a conseqüente redução do preço das *commodities* (GARCIA, 2016, s. p.).

Em segundo plano destaca-se o cenário econômico interno e sua repercussão no contexto do país. O governo teve gastos excessivos na contratação de servidores públicos e na realização de grandes obras públicas. Tais gastos estimularam a economia, mas aumentou a dívida do Estado deixando a economia excessivamente

dependente de investimentos do governo, o que não é bom para o mercado (UNIVERSIDADE SÃO JUDAS, 2016, s. p.).

Em Garcia (2016), para Luiz Fernando Furlan (Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio), o aumento da dívida pública junto com a familiar sucedeu-se devido a gastos e subsídios descontrolados, e para Carlos Primo Braga, ex-diretor do Banco Mundial:

[...] no Brasil, nos primeiros dez anos deste século, o salário real aumentou mais que a produtividade. Isso pode ser bom do ponto de vista da distribuição de renda, mas não é sustentável no longo prazo. Vários problemas foram se acumulando e resultaram na crise que estamos vivendo (GARCIA, 2016, s. p.).

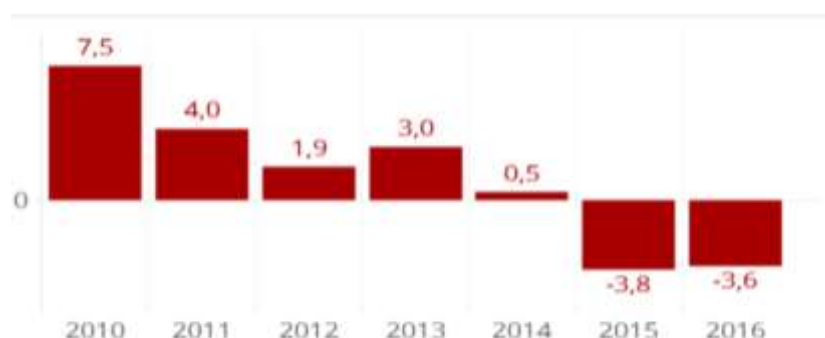
Analogamente, o governo segurou artificialmente a inflação, liberando-a justo quando a economia se encontrava retraída. Outro fator característico da má gestão pública foi o falho modelo de crescimento econômico, o qual incentivava o consumo por meio de redução de impostos e da concessão de crédito. Tal modelo se desestruturou, pois, a longo prazo os consumidores endividaram-se em excesso, que somado ao elevado índice de desemprego gerou um déficit econômico grande resultando em um cenário recessivo (UNIVERSIDADE SÃO JUDAS, 2016, s. p.).

A fim de compreender o contexto do período atual econômico é importante também analisar o cenário político brasileiro pelo seu marcante papel. O período de queda econômica começa em 2013 no governo de Dilma Roussef que sofreu uma queda brusca de popularidade. As manifestações populares da época, que a princípio se tratavam de apelo pela diminuição do preço da passagem do transporte público, ganhou proporções enormes. A partir de então, não estava em jogo somente o valor

da passagem e sim a onda de violência e corrupção existentes no governo em questão. Em 2014 o povo brasileiro é surpreendido, novamente, pela má gestão e pela deflagração da operação “Lava Jato”. Tal operação teve como objetivo de acabar com a atividade ilegal de doleiros na economia do país. Ao longo da operação diversas personalidades políticas foram descobertas por práticas de corrupção (LIMA; SILMA, 2017, s. p.).

No ano seguinte, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que também é um dos presos da Lava Jato, liberou o andamento do pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. No final de agosto de 2016, o Senado Federal confirmou a perda de seu mandato, justificando que a presidente cometeu crime de responsabilidade fiscal e editou ilegalmente decretos de abertura de crédito. Com a perda do mandato, tomou posse do cargo o atual presidente Michel Temer. Entretanto, a Justiça iniciou novas investigações, tendo como alvo o presidente e o Senador Aécio Neves, ambos acusados pela Justiça de terem sido coniventes com a corrupção (LIMA; SILVA, 2017, s. p.). Ainda que pouco, é possível dizer que a evolução do PIB no Brasil melhorou, visto que, gradativamente, após a queda brusca em 2015, houve pequena recuperação em 2016.

Gráfico 1: Evolução do PIB (ano a ano, em %)



Fonte: (GAZZONI; SILVEIRA, 2018)

Como resultado da crise na economia do país, observa-se no gráfico 1, que o PIB a partir de 2014 teve uma intensa redução. Em 2015, a economia recuou 3,8% e em 2016 teve recuo de 3,6%, representando leve recuperação (GAZZONI; SILVEIRA, 2018, s. p.).

Em efeito dominó, a crise atingiu o setor terciário econômico do país acarretando efeitos negativos sobre o Brasil como, a taxa de crescimento negativo, os impostos e as taxas de juros altos, o orçamento desequilibrado e os investimentos em queda. O setor, caracterizado por abranger as atividades de comércio de bens e prestação de serviços, demonstra magnitude para a dinâmica econômica brasileira por sua influência decisiva no crescimento, no emprego, na competitividade empresarial e no bem-estar da população (BRASIL, 2013, p. 03). De acordo com Moreira (2017), o setor possui relevante influência no PIB brasileiro, sendo responsável por 75% do PIB anual.

Em dezembro de 2016, de acordo com dados do IBGE, o Brasil possuía uma população ocupada de 90,2 milhões de pessoas. Contudo, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o estoque de empregos formais (com carteira assinada) situava-se em aproximadamente 38,3 milhões, representando queda de 3,3% do que valor registrado em dezembro 2015. Desse total, 67,1% das carteiras assinadas estavam vinculadas ao setor terciário (BRASIL, 2017).

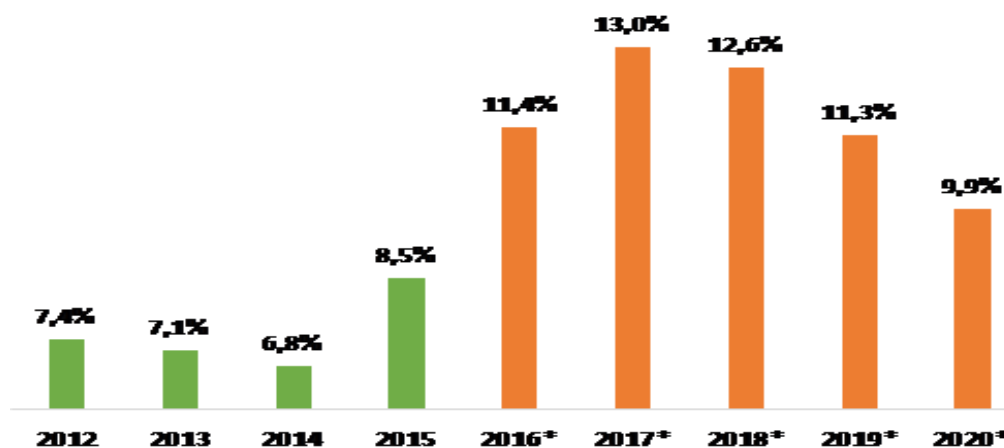
RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Castelli (2017), a Coordenadora de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rebeca de La Rocque Palis evidenciou que em 2014 houve uma queda na produção industrial, mas os serviços

continuavam crescendo. Em 2015, caíram a indústria e os serviços, e em 2016, a agropecuária sofreu também com a queda. Completa ainda que, desde 1996, isso nunca ocorreu. A situação peculiar desta vez é justamente essa queda generalizada. O setor de serviços, que tem significativa participação no PIB brasileiro, recuou 2,7% no ano de 2016, segundo pesquisas do IBGE. Cita-se como o maior prejuízo para economia brasileira o grande número de desempregados, que representa, segundo dados do Estadão, cerca de 12,5 milhões de pessoas em 2018. Indubitavelmente é um número assustador. Apesar disso, representa em comparação ao ano anterior, em que o número de desempregados estava na casa dos 13,4 milhões, um pequeno recuo (CASTELLI, 2017, s. p.).

Para o ano de 2019 estima-se que haverá redução do nível do desemprego, como é possível analisar no gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2: Estimativa do nível de desemprego



Fonte: (CASTELLI, 2017)

Segundo Ataliba (2016), Pós-Doutor em economia pela Universidade de Harvard/EUA e Universidade Técnica de Lisboa, resolver os aspectos políticos é um grande passo para retomar o crescimento da economia, acrescenta ainda que a

retomada da economia deve seguir os aspectos democráticos que foram conquistados ao longo do tempo e com muita dificuldade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grandes impactos financeiros ocorreram a partir do início da crise, em 2015, ano em que o Brasil sofreu com uma grande recessão. A partir de então os impactos tornaram-se mais visíveis. Entre tantos, destaca-se os prejuízos econômicos para o setor de serviço, que culminou para os brasileiros em uma grande bolha de desemprego ocorrida pela não circulação de capital no país devido ao baixo poder de compra da população. Os fatores externos, internos e a situação política constituem fortes elementos que desencadearam a crise brasileira. Por meio do exposto percebe-se que o setor terciário tem um papel chave para o bom funcionamento da economia do Brasil, visto sua notória participação no PIB e também nos danos causados pelo grande número de desempregados.

REFERÊNCIAS

- ATALIBA, Flávio. **9 possíveis soluções para a crise econômica do Brasil**. O Povo Online, 2016. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/economia/2016/03/16/noticiaseconomia,3589281/-possiveis-solucoes-para-a-crise-economica-do-brasil.shtml>. Acesso em: 10 de mar. 2018.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC. **A importância do setor terciário**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-servicos/a-secretaria-de-comercio-e-servicos-scs/402-a-importancia-do-setor-terciario>. Acesso em: 08 de mar. 2018.

_____. **Setor Terciário em Destaque**, SIMBRACS – Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviço, 2013. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1414688276.pdf. Acesso em: 09 de mar. 2018.

CASTELLI, Luiz. **“Desemprego volta ao mesmo nível de 2014 apenas em 2020”**. Terraço Econômico, 2017. Disponível em: <http://terraoeconomico.com.br/desemprego-volta-ao-mesmo-nivel-de-2014- apenas-em-2020>. Acesso em: 10 de mar. 2018.

GARCIA, Giselle. **Entenda a crise econômica**. Empresa Brasil de Comunicação, 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-05/entenda- crise-economica>. Acesso em: 07 de mar. 2018.

GAZZONI, Mariana; SILVEIRA, Daniel. **PIB brasileiro cresce 1,0% em 2017, após 2 anos de retração**. Portal G1. Globo, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/pib-brasileiro-cresce-10-em-2017-apos-2-anos- de-retracao.ghtml>. Acesso em: 09. mar. 2018.

LIMA, Rafael Gonçalves; SILVA, José Medeiros. **Para se entender a crise política do Brasil**. Portuguese people, 2017. Disponível em: <http://portuguese.people.com.cn/n3/2017/0525/c309814-9220379.html>. Acesso em: 09 de mar. 2018.

MOREIRA, R. **O que os últimos resultados do PIB apontam**. Economia de serviço, 2017. Disponível em: <https://economiadeservicos.com/tag/pib/>. Acesso em: 08 de mar. 2018.

PIGNATA, Franciane; CARVALHO, Dalto. **Efeitos da crise econômica do Brasil em 2015**. FNSA, 2015. Disponível em: <http://www.semar.edu.br/revista/downloads/edicao9/1-artigo.pdf>. Acesso em: 07 de mar. 2018.

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU - USJT. **Crise No Brasil: Entenda as suas principais causas**. UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU – USJT, 2016. Disponível em: <http://blog.usjt.br/crise-no-brasil-entenda-as-suas-principais-causas/>. Acesso em: 09 de mar. 2018.

BITCOIN: UMA ANÁLISE ECONÔMICA DA INOVADORA MOEDA COMERCIAL

Laura Boechat Mendonça⁷⁰
Waldir Teixeira Neto⁷¹
Neuza Maria de Siqueira Nunes⁷²
Maria Margarete Salvate Brasil⁷³
Tauã Lima Verdán Rangel⁷⁴

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a possível adoção do *bitcoin* como moeda universal, expondo os aspectos positivos e negativos quanto à “compra” ou não do *bitcoin* como moeda.

Com a globalização, o mundo se tornou amplamente interligado nos aspectos econômicos e informativos. Uma demonstração do encurtamento de espaços foi a

⁷⁰ Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: boechat.laura@yahoo.com.br;

⁷¹ Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: waldirnetoo@gmail.com;

⁷² Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁷³ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

⁷⁴ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

unificação da Europa com a adoção de uma única moeda, o euro. Dessa forma, percebe-se o amplo engajamento em aderir a utilização de um mesmo meio de pagamento entre vários países. Por isso, o atual sistema econômico, que aproxima diferentes pessoas, pode paralelamente utilizar do *bitcoin* como uma nova moeda não física.

Outro fator que contribui para a utilização do *bitcoin* é a importância no mundo da *internet* cada vez mais predominante em todos os países e acessada por milhares de usuários. Para tanto, a possibilidade de uso de uma moeda virtual torna-se possível graças ao alcance e à transferência das informações pela *internet*.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns *sites* selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

A análise feita sobre o *bitcoin* está pautada no que pode dar certo, no que pode dar errado e as perspectivas para o futuro. Para tanto, será esclarecido a relevância sobre os *bitcoins* e, posteriormente, os aspectos desfavoráveis a esse modelo digital.

Para Azevedo (2018), um dos fatores favoráveis à utilização das moedas virtuais é a não interferência do governo, já que as moedas físicas possuem delimitados campos de atuação em função dos países possuírem moedas próprias. Outro fator favorável é a utilização de *bitcoins* em todos os países, tornando a moeda

virtual globalizada e sendo facilmente utilizada em qualquer lugar do mundo, economizando com as tarifas de conversão e interligando as relações comerciais.

Por ser uma moeda virtual não precisa ser produzida, evitando o desmatamento para a criação de cédulas e sendo sustentável. A isenção do imposto de renda também é outro fator favorável da moeda virtual, além de acabar com a possibilidade de arrecadação de imposto estatal.

Especialistas em finanças afirmam que o *bitcoin* pode ser considerado uma bolha financeira em que ocorrerá uma pseudo-reprodução de capital. Entretanto, o vice-presidente de estratégia corporativa da empresa de pesquisa e desenvolvimento de *blockchain* Chain e também diretor fundador da *Bitcoin Foundation* e amplamente reconhecido como um dos principais pesquisadores da *Bitcoin*, Jon Matonis, defende afirmando que não existem razões para tamanhas preocupações. Ele acredita que as ações de empresas ao redor do mundo que realmente se caracterizam como bolha, e não o *bitcoin*. Matonis (2018) explica esse fato dizendo que

Para as pessoas que dizem que o *bitcoin* é uma bolha, eu diria que o *bitcoin* é a agulha que vai estourar a bolha. A bolha é o insano mercado de títulos e o falso mercado de ações que são apoiados pelos bancos centrais. Essas são bolhas (MATONIS, 2018, p. 01)

Os fatores desfavoráveis, de acordo com Azevedo (2018), estão relacionados ao fácil acesso à plataforma, em que as carteiras digitais podem ser facilmente roubadas por meios de *hackers*. Em 2014, pesquisas feitas sobre o maior intercâmbio do *bitcoin* informou que mais de 450 milhões de moedas virtuais foram supostamente furtadas. Com a falta de coerência advinda de seus asseguradores e de resguardo, existem grandes dificuldades de recuperá-las após seu roubo.

Como não é uma moeda oficializada pelo governo, esta não tem nenhum preceito, ou seja, não existe uma proteção. Na efetuação de pagamentos por meio de *bitcoin* não há devolução e também não existe a possibilidade que o credor negar a forma de pagamento.

A falta de acesso à internet e o não conhecimento básico sobre informática geram, para várias pessoas, a incapacidade da utilização e de conhecimento sobre as criptomoedas, ocorrendo por vezes a litigância e a má-fé sobre os indivíduos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora a criptomoeda tenha sido declarada como “morta” por diversas vezes, ela tem mostrado resiliência e regresso, afirma Hileman (2017). Alguns especialistas preveem que no futuro acontecerá uma nova queda com a moeda devido a seu valor volátil e seu crescimento exponencial insustentável.

A compra e a venda da criptomoeda é algo bem subjetivo. Tendo em conta a proporção da volatilidade, ganhos sólidos em pequenos intervalos de tempos, a negociação acontece por indivíduos que esperam quedas para fazerem suas possíveis entradas e investimentos na compra, ou por aqueles que esperam o aumento do seu valor e suporte para a efetivação de seu lucro (MATTOS, 2017, s. p.).

A discussão se afirma na análise do *bitcoin* que, embora tenha sua excelência em diversas condições, existem outros fatores que contribuem para a fragilidade, como por exemplo, a fácil acessibilidade da plataforma, que pode ser invadida por hackers com grande facilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *bitcoin* é uma moeda que tem muito potencial para substituir o modo tradicional utilizado hoje nas transações financeiras. Porém, precisa de ajustes, como a segurança. O *bitcoin* tem uma plataforma de muito fácil acesso, podendo assim, ser extraviada de uma maneira simples. Mas, para que uma pessoa possa ter acesso, é necessário ter conhecimento básico na área da informática, e, ainda nos dias atuais, algumas pessoas, como as idosas, não têm conhecimento necessário para acessar tal moeda.

A preocupação que se deve ter é que o modo tradicional, apesar de ser oneroso para o cidadão, é garantido pelo governo e, no caso do *bitcoin*, precisa-se estabelecer quem irá garantir ou proteger o usuário dessa moeda, visto que já houve caso, como o sistema denominado pirâmide, que causou prejuízos a milhares de investidores.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Rita. **Entenda o que é bitcoin**. Exame, 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mercados/entenda-o-que-e-bitcoin/>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

HILEMAN, Garrick. **Bitcoin: o que é e como funciona a moeda virtual**. BBC, 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-42313567>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

MATONIS, Jon. **Bitcoin não é bolha, ele é a agulha que irá estourar a bolha financeira, diz especialista**. Infomoney, 2017. Disponível em:

<<http://www.infomoney.com.br/mercados/bitcoin/noticia/7359358/bitcoin-nao-bolha-ele-agulha-que-ira-estourar-bolha-financeira>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

MATTOS, Jadson. **Análise e discussão atual para o Bitcoin- BTC- parte II**; Janus Investimento, 2017. Disponível em: <<https://janusinvestimentos.com/outras-ideias-para-investir/analise-para-a-bitcoin-btc/>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

ENERGIA EÓLICA: UMA ALTERNATIVA E UMA FONTE LIMPA

Leonardo Henriques Pedroza⁷⁵
Rodrigo Tatagiba Souza⁷⁶
Neuza Maria de Siqueira Nunes⁷⁷
Maria Margarete Salvate Brasil⁷⁸
Tauã Lima Verdan Rangel⁷⁹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo descrever as vantagens da geração de energia a partir dos ventos, a eólica, assim como a geração de empregos dentro do próprio setor.

A geração de energia no país é um fator importante para a economia, seja hidroelétrica, termoelétrica, nuclear, solar ou eólica, em que ocorre a movimentação

⁷⁵ Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: leohpedroza@gmail.com;

⁷⁶ Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: rodrigotatagibasouza@hotmail.com;

⁷⁷ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁷⁸ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

⁷⁹ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

de capital no processo de investimento e de construção, contribuindo para a geração de empregos e para a obtenção de lucros.

Analisando os diversos tipos de geração de energia, nota-se que alguns causam impactos negativos na natureza, enquanto outros são praticamente inofensivos. Um dos exemplos é a energia eólica que representa uma forma de energia limpa e alternativa. Da mesma forma que a geração de energia representa risco ou impacto, ela movimenta a sociedade, por usar nova fonte de energia, e a economia do país.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

O Brasil mudou socialmente e economicamente desde a década de trinta, especialmente após a segunda guerra. A economia, antes voltada para a produção de produtos primários, foi rapidamente relocada por indústrias grandes e variadas e a população tornou-se cada vez mais urbanizada (BAER, 2002, p.72). A partir deste olhar, percebe-se que muitos setores de produção agridem o meio ambiente de forma significativa, trazendo à tona a possibilidade emergencial de reorganização dos setores de produção para que ocorra uma implementação consciente de recursos sustentáveis.

Para a Organização das Nações Unidas – ONU (2018), a sustentabilidade representa a utilização de recursos naturais de forma que seja preservada a integridade futura das próximas gerações, algo que organizações internacionais como a ONU afiançam para que um futuro saudável seja assegurado, de forma que o impacto ambiental não altere a natureza de forma agressiva. Desta forma, atenta-se para que todos os setores industriais, através da conscientização, alcance tal objetivo.

Segundo Motta (1997), para que o país cresça de maneira sustentável, de forma a preservar as gerações futuras, é preciso que os investimentos sejam planejados e repensados. E para que a sustentabilidade industrial seja atingida, é necessária a consciência social pelo incentivo às mudanças de hábitos e de novas formas de produção, que se possa ter mais produtividade alinhando tecnologia e competitividade.

O Brasil apresenta vantagens em relação a outras nações devido ao clima. O país possui as quatro estações bem distribuídas, favorecendo a diversidade comercial devido aos períodos de sazonalidade e contribuindo para que a sustentabilidade siga lado a lado com a economia.

Segundo o banco geral de informações da ANEEL (2018), a energia eólica é a energia cinética presente no vento, pelas massas de ar, que através da rotação dos aerogeradores, gera energia cinética de rotação através da energia cinética de translação, utilizando turbinas eólicas. No caso do bombeamento hidráulico ou trabalhos de origem mecânica, no lugar dos aerogeradores são usados moinhos ou cata-ventos. O bombeamento de água, moagem de grão e serviços do tipo foram os pioneiros na utilização da energia eólica. Estima-se que os primeiros progressos surgiram no final do século XIX, mas foi somente no século XX que houve investimentos para que essa tecnologia fosse desenvolvida e produzida em grande

escala. Tais investimentos foram decorrentes em virtude da crise internacional do petróleo, na década de 70, que fez com que buscassem nova fonte de energia (ANEEL, 2018, p. 93).

O investimento na produção de energia eólica, de acordo com Castro (2012), traz consigo um compilado de consequências significativas no país. A geração de energia, através dos ventos, reduz a necessidade de obtenção de energia através de combustíveis fósseis, conseqüentemente reduz a poluição ambiental, além de ser um recurso infinito. Com o conseqüente crescimento neste mercado, surgem novas oportunidades de qualificação, empregos que sustentam direta e indiretamente a economia do país, acirrando a competitividade no mercado nacional. Outro fator determinante na expansão de mais áreas de obtenção de energia eólica é o clima tropical onde o Brasil se localiza. Devido ao grande território com região climática definida, a variação dos ventos em áreas rurais contribui significativamente para a obtenção de energia, favorecendo o uso da mesma.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A energia eólica funciona através da movimentação das pás (hélices) pela força dos ventos, em que o sistema de movimentação gira um eixo que move um gerador. Dentro da turbina encontra-se um multiplicador de velocidade com capacidade de 1500 giros por minuto, que faz com que a eletricidade seja gerada. Em seguida, a energia é transportada por cabos para que seja distribuída pela rede elétrica ou armazenada. A energia gerada por cada turbina pode variar de 100 quilowatts até potências medidas em megawatts, sendo as turbinas maiores utilizadas em parques eólicos, fornecendo energia elétrica para a rede de distribuição

e para as turbinas menores, (geralmente com potência abaixo de 100 quilowatts), utilizadas em maior parte para uso residencial, bombeamento de água e até mesmo em antenas de telecomunicação (ENERGIA INTELIGENTE, 2017, s. p.).

Quando se aborda desenvolvimento econômico de um determinado local, a geração de empregos é um aspecto fundamental para o mesmo. No caso das energias renováveis, o aumento do número de empregos na região investida é praticamente certo, e o desenvolvimento tecnológico gera empregos de alto nível de qualificação. Além disso, seria necessário também um investimento para comportar trabalhadores locais visando à diminuição da mão de obra vinda de fora. A capacitação profissional também entraria neste cenário como um fator imprescindível, já que teria como reflexo a competitividade entre as empresas e sucessivamente a melhora dos serviços (SIMAS; PACCA, 2013, s. p.).

Os empregos gerados pelos investimentos em energia eólica podem ser divididos em três diferentes formas, de acordo com o número de empregos gerados, localidade, tempo de serviço e nível de capacitação profissional. A fabricação de equipamentos e desenvolvimento tecnológico caracteriza a primeira categoria. A segunda categoria, no entanto, engloba os planejamentos e instalações de usinas. E por fim, a terceira categoria é a parte operária da usina, necessária para a manutenção e distribuição de energia (PORTAL ENERGIA, 2015).

As características resumidas dos empregos gerados pela energia eólica encontram-se na tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Classificação dos empregos na energia eólica e suas características

Categoria	Volume de empregos	Localização dos empregos ⁽¹⁾	Natureza temporal	Nível de especialização
Desenvolvimento tecnológico	Médio	De não-local para local	Estável	Muito alta
Instalação e descomissionamento	Alto	De local para não-local	Temporário	Alta
Operação e manutenção	Baixo	Local	Estável	Média

(1) De maior para menor probabilidade

Fonte: (SIMAS, 2012)

Para transformar o Brasil em um país sustentável, ou melhor, para que haja sustentabilidade, deve-se falar de investimento. Este deve ser levado em consideração para que o retorno ocorra em um prazo não muito longo, de forma que não atrase o crescimento econômico do país. Tal crescimento, se alcançado com a geração de empregos, decorrente da expansão de mercado, aumentaria a renda do brasileiro, estimulando conseqüentemente o consumo. Em outras palavras, a economia andaria ao lado da sustentabilidade se a mesma proporcionar o aumento no fluxo do mercado (PENSAMENTO VERDE, 2013, s. p.).

Sustentavelmente, aumento pela visibilidade de tecnologias renováveis, representa uma boa reputação para o país, já que produzir com possibilidades mínimas de oferecer riscos deteriorantes ao meio ambiente constitui-se como um nível elevado de eficiência. Como o país possui economia aberta e atenta-se aos processos de globalização, investir em sustentabilidade tem se tornado uma medida cada vez mais viável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eficiência da geração de energia sustentável no país traria melhoras para a economia com a geração de empregos em vários setores dentro do próprio sistema de energia eólica, desde cargos não tão especializados até cargos de pesquisas. Em virtude disso, quando se trata de energias renováveis, retoma-se a necessidade do investimento como principal ferramenta na construção de um país que tem toda a possibilidade de utilização de uma fonte de energia limpa. A estrutura de qualquer mudança visa apoio à natureza, ao ser humano, ao bem comum e passa pela educação. O investimento na capacitação da energia eólica traria melhoria em níveis econômicos, ambientais e sociais, colaborando para o crescimento do país e substituindo a matriz de combustíveis fósseis por renováveis.

REFERÊNCIAS

ANEEL. **Energia Eólica**. Agência Nacional de Energia Elétrica. – Brasília : ANEEL, 2018. Disponível em: <[http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/06-energia_eolica\(3\).pdf](http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/06-energia_eolica(3).pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2018.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Nobel. 2002.

CASTRO, Rui M. G. **Energias Renováveis e Produção Descentralizada: Introdução à Energia Eólica**. Universidade Técnica de Lisboa. 2012.

ENERGIA INTELIGENTE. **Como funciona: Energia Eólica**. Energia inteligente, 2017. Disponível em: <<http://energiainteligenteufjf.com/como-funciona/como-funciona-energia-eolica/>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

MOTTA, Renato Seroa. **Desafios da Economia Brasileira**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro. 1997.

SIMAS, Moana. **Energia Eólica e Desenvolvimento Sustentável no Brasil: Estimativa da Geração de Empregos por Meio de Uma Matriz Insumo-Produto Ampliada**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012, p. 46. Disponível em: <file:///C:/Users/NEUZA/Downloads/MoanaSimasoriginal.pdf> Acesso em: 06 abr. 2018.

SIMAS, Moana; PACCA, Sergio. **Energia eólica, geração de empregos e desenvolvimento sustentável**. Scielo, 2013. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000100008 Acesso em: 06 abr. 2018.

ONU. **A ONU e o meio ambiente**. Nações Unidas no Brasil, 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em: 06 abr. 2018.

PENSAMENTO VERDE. **A Economia e a Sustentabilidade Ambiental**. Pensamento Verde, 2013. Disponível em: <http://www.pensamentoverde.com.br/economia-verde/a-economia-e-a-sustentabilidade-ambiental/>. Acesso em 26 mar. 2018.

PORTAL ENERGIA. **Vantagens e desvantagens da energia eólica**. Portal Energia, 2015. Disponível em: www.portal-energia.com/vantagens-desvantagens-da-energia-eolica/. Acesso em: 26 mar. 2018.

A EXPORTAÇÃO DA CARNE BOVINA DO BRASIL NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 2010 A 2017

Leticia Lugão Pacheco Oliveira⁸⁰
Nelia Karoliny Rio Lima Oliveira⁸¹
Neuza Maria de Siqueira Nunes⁸²
Maria Margarete Salvate Brasil⁸³
Tauã Lima Verdan Rangel⁸⁴

INTRODUÇÃO

No Brasil, o gado foi introduzido na época em que o país ainda era colônia e, na atualidade, a pecuária nacional é de extrema importância para a economia. O setor contribuiu com grande parcela para a expansão econômica, pois está incluído tanto nas exportações quanto na provisão do mercado interno.

⁸⁰Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: lelugao@hotmail.com;

⁸¹Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neliagracie2@hotmail.com;

⁸² Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁸³ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

⁸⁴ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

O gado era utilizado na produção de açúcar e para o consumo humano e, ao longo do tempo, o grande número do rebanho não só colaborou para a produção de cana, mas fez com que os donos dos engenhos os transferissem para o interior do Brasil. A partir de então, houve aumento de produtividade, e o Brasil passou a intensificar a exportação de carne bovina consolidando-se como um dos maiores produtores mundiais, reflexo de um estruturado processo de desenvolvimento que elevou não só a produtividade, como também a qualidade do produto brasileiro e, conseqüentemente, sua competitividade e abrangência de mercado.

A exportação de carne bovina tem grande significância no PIB brasileiro (Produto Interno Bruto), devido ao grande território brasileiro disponível para criação agropecuária e, por consequência, a criação de um número elevado de bovinos. Visto tamanha significância para a economia brasileira, o presente trabalho tem como finalidade evidenciar a evolução da exportação da carne bovina no Brasil no período de 2010 a 2017.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns *sites* selecionados da internet que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

A extensão territorial brasileira e sua localização geográfica proporcionam o desenvolvimento da produção de carne bovina. Tendo como vantagem, além da

expansão territorial, a flora disponível de gramíneas por um longo período do ano com qualidade que colabora e impulsiona a criação de gado bovino.

Em 2010, as exportações da carne bovina renderam ao Brasil US\$ 4,795 bilhões contra os US\$ 1.246.501 bilhões em 2009 (GLOBO RURAL, 2011, s. p.). Segundo Abiec (2011), nas exportações brasileiras de carne bovina de 2011, em comparação com o ano de 2010, houve um aumento de 11%, rendendo aproximadamente US\$ 5,4 bilhões.

No ano de 2012, houve um rendimento de US\$ 5.772.025 nas exportações. Entretanto, em 2013 houve aumento nos lucros, obtendo US\$ 6.711.196, 16% a mais que no ano anterior (ABIEC, 2013, p. 05).

O Brasil exportou para 136 países em 2014, correspondendo a US\$ 7,2 bilhões de carnes bovinas. Os países que mais importaram foram: Hong Kong, com 24% de compras; Rússia, com 18%; Venezuela 13%. O país em 2015 alcançou posições significativas no *ranking* mundial na área de exportações:

No ano de 2015 o Brasil se posicionou como o maior rebanho bovino (209 milhões de cabeças), o segundo maior consumidor (38,6 kg/habitante/ano) e o segundo maior exportador (1,9 milhões toneladas equivalente carcaça) de carne bovina do mundo, tendo abatido mais de 39 milhões de cabeças. (..) é dotado de expressivo e moderno parque industrial para processamento com capacidade de abate de quase 200 mil bovinos por dia. A exportação de carne bovina já representa 3% das exportações brasileiras e um faturamento de 6 bilhões de reais (GOMES; FEIJÓ; CHIARI, 2017, p. 01).

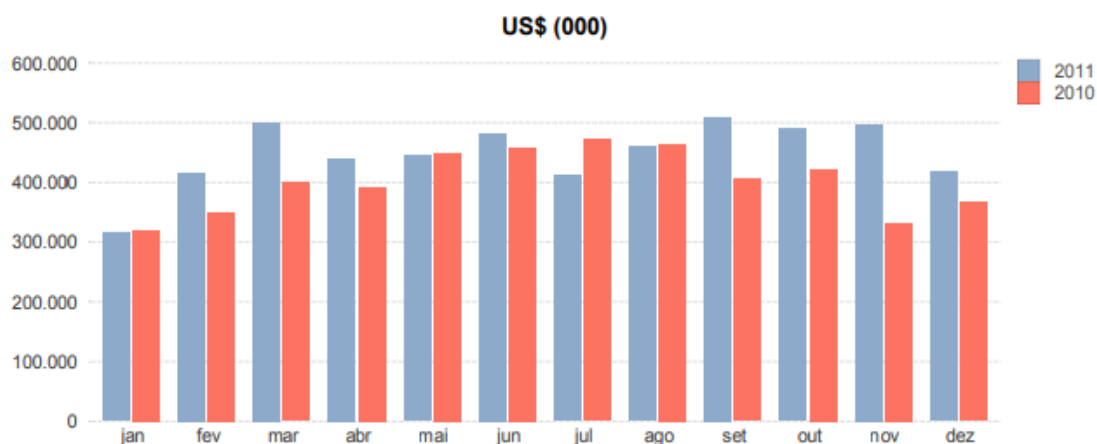
Segundo Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), em 2016 as exportações de carne bovina brasileira faturaram US\$ 5,5 bilhões, com embarque de janeiro a dezembro de 1,4 milhões de toneladas. Comparando com 2015, aumentou em 1% o volume exportado, entretanto verificou-se uma retração de 7% nos lucros. A queda pode ser explicada pelo cenário cambial da época e pelas adversidades conjunturais importantes para a carne brasileira (ABIEC, 2016, p.01).

No início de março de 2017, grandes empresas produtoras de carne do Brasil sofreram uma investigação da Polícia Federal, denominada Operação Carne Fraca, com principal objetivo de desmontar um suposto esquema de propina envolvendo os frigoríficos e as empresas de carne. Entretanto, mesmo com as investigações, o Brasil fechou o ano com rendimento maior que o ano anterior, cerca de 14% em relação ao ano de 2016, com receita de US\$ 6,3 milhões (ISTOÉ, 2018, s. p.).

RESULTADO E DISCUSSÃO

As exportações no ano de 2011, em relação ao ano de 2010, foram crescentes. Observa-se, no gráfico 1, que nos meses de março, de setembro e de novembro de 2011 foram os melhores meses, em valores, da exportação de carne bovina, em comparação ao ano de 2010. O aumento de lucro contribuiu não só para o setor, mas para a economia do país.

Gráfico 1: Evolução das exportações de carne bovina do Brasil

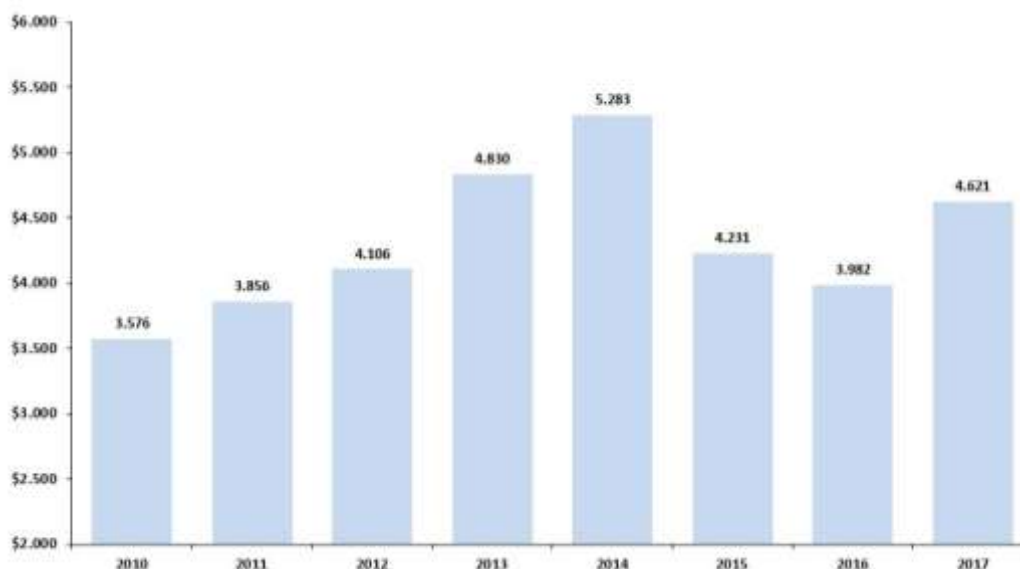


Fonte: (ABIEC, 2011)

Da mesma forma que houve aumento no faturamento entre 2010 e 2011, observa-se, no gráfico 2, que no período compreendido entre os anos de 2010 a 2017 houve um aumento expressivo, principalmente entre 2010 a 2014. Todavia, em 2015 e 2016 ocorreu uma queda brusca da receita, mas em 2017, ainda que tenha ocorrido a Operação Carne Fraca, o faturamento voltou a crescer.

A evolução do faturamento da exportação de carne bovina em 7 anos, 2010 a 2017, está descrita a seguir:

Gráfico 2: Faturamento com a exportação de carne bovina no Brasil (milhões de dólares)



Fonte: (FORMIGONI 2017)

Nos últimos anos entende-se que a exportação aumentou gradativamente no intervalo de 2010 a 2014, porém nos anos seguintes houve queda. Sendo assim, o crescimento das exportações brasileiras é o resultado da melhoria dos produtos, do aumento da demanda internacional e dos preços competitivos, em que há um grande mercado consumidor a ser atendido e conquistado pelas empresas que atuam nesse setor (ABDI, 2011 p. 25-26). O aumento do mercado interno e externo poderá ser alcançado quando houver a redução dos custos das matérias-primas, visando atender melhor o mercado consumidor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exportação da carne bovina no Brasil movimentada a economia brasileira, gerando benefícios e lucros para o país, contribuindo com parcela expressa do PIB. A

evolução do faturamento da exportação do setor no período de 2010 a 2017 revela que houve um aumento expressivo, principalmente entre 2010 a 2014, e em 2015 e 2016 houve uma queda da receita, sendo revertida em 2017. O setor brasileiro de carne bovina busca aumentar a exportação no mercado mundial tendo em vista a qualidade dos produtos e os preços competitivos.

REFERÊNCIAS

ABDI. RELATÓRIO SETOR DE CARNES BRASILEIRO. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, 2011. Disponível em: <http://www.abdi.com.br/Estudo/Relat%C3%B3rio_carnes_vf.pdf> Acesso em: 08 jun. 2018.

ABIEC. Exportações Brasileiras de Carne Bovina. Abiec , 2011 Disponível em: <<http://www.abiec.com.br/download/anual-2011.pdf>> Acesso em: 08 jun. 2018.

_____. **Exportações Brasileiras de Carne Bovina.** Abiec , 2013. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br/download/Anual-jan-dez-2013.pdf>> Acesso em: 08 jun. de 2018.

_____. **Brasil exporta 1,4 milhão de toneladas de carne bovina e fatura US\$ 5,5 bilhões em 2016.** Abiec, 2016. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br/download/abiec-170117.pdf>> Acesso em: 08 jun. 2018.

FORMIGONI, Ivan. Dados da exportação de carne bovina, nos primeiros 1º trimestres, de 2010 a 2018. *Farmnews*, 2017. Disponível em: <http://www.farmnews.com.br/mercado/carne-bovina-do-brasil-6/> Acesso em: 08 jun. 2018.

GLOBO RURAL. Receita com exportação de carne bovina do Brasil cresce 16% em 2010, diz Abiec. Revista Globo Rural, 2011. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI203686-18079,00->

RECEITA+COM+EXPORTACAO+DE+CARNE+BOVINA+DO+BRASIL+CRESCEREM+DIZ+ABIEC.html Acesso em: 08 jun. 2018.

GOMES, Rodrigo da Costa; FEIJÓ, Gelson Luiz Dias; CHIARI, Lucimara. **Evolução e Qualidade da Pecuária Brasileira**. Embrapa, 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/10180/21470602/EvolucaoQualidadePecuaria.pdf/64e8985a-5c7c-b83e-ba2d-168ffaa762ad>> Acesso em: 08 jun. 2018.

ISTOÉ. **Exportação de carne bovina cresce 9,5% em 2017 ante 2016, diz Abiec**. Istoé, 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/exportacao-de-carne-bovina-cresce-95-em-2017-ante-2016-diz-abiec/> Acesso em: 08 jun. 2018.

NIÓBIO: MITO OU VERDADE?

Luan Rosa Ramos⁸⁵
Elias Antônio Cunha Araujo Neto ⁸⁶
Neuza Maria de Siqueira Nunes⁸⁷
Maria Margarete Salvate Brasil⁸⁸
Tauã Lima Verdan Rangel⁸⁹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar um mineral, o nióbio, pouco conhecido no Brasil, mas que faz parte da balança comercial brasileira. O país é rico em minérios e tem como destaque o nióbio. Sendo assim, pretende-se esclarecer o seu real potencial, as áreas em que o mineral é empregado, os impactos econômicos e a deficiência na aplicação de políticas públicas voltadas para o incentivo e para o desenvolvimento comercial. Na diversificação e na abundância de recursos naturais,

⁸⁵ Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, 1º Período, luanramos@gmail.com;

⁸⁶ Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana, 1º Período, eliasaraujo001@hotmail.com;

⁸⁷ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁸⁸ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

⁸⁹ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

o nióbio é visto por uma óptica diferenciada da maioria dos outros minerais, pela sua utilização e pela sua exploração rentável.

Atualmente, o Brasil vem enfrentando uma crise econômica dada à ineficiência do estado em gerir políticas públicas voltadas para setores com potencial econômico. Sendo possível reconhecer a falta de estratégias na criação de medidas bem definidas, direcionadas para o desenvolvimento das indústrias de tecnologia de ponta, que podem ser vista como medidas sólidas para a produção de energias limpas e para o próprio desenvolvimento industrial do país. A produção do nióbio pode ser somada ao pleno emprego produtivo do país, devido a sua capacidade comercial e áreas de aplicação com impactos econômicos positivos, mas com a necessidade de implementação de políticas públicas que incentivem o seu crescimento comercial.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Certa polêmica tem sido criada quando se destaca o elemento nióbio. Acredita-se que toda a discussão se dê pelo fato de ser um metal pouco difundido, haja vista suas propriedades e seu emprego serem ainda bem recentes. Trata-se de um componente jovem quando se refere às pesquisas realizadas com efetividade

para desenvolver sua utilização e comparado a outros minérios com importância econômica no Brasil, como é o caso do ferro, do manganês e da bauxita.

De acordo com o tecnólogo em processos químicos, Luiz Ricardo dos Santos, o nióbio é um metal de transição encontrado na família 5-B da tabela periódica, um material muito resistente ao calor e a oxidação, empregado em várias ligas metálicas. Seu símbolo é Nb possuindo número atômico 41. Em 1801, foi descoberto pelo cientista britânico Charles Hatchett, através de análises junto ao minério tantalita, niobita ou columbita. Anos depois, o nióbio foi confundido com o tantálio pelo químico inglês William Hyde que assegurava que os dois elementos eram idênticos. Porém, em 1846, o químico alemão Heinrich Rose ratificou a diferença entre os materiais. Assim que foi desfeito o erro, o elemento continuou a ser chamado de “*columbium*”, porém os europeus o nomearam como “nióbio”, referindo-se a Níobe, figura da mitologia grega, filha de Tântalo (SANTOS, 2018, p. 01).

O artigo publicado pelo jornalista Tiago Cordeiro (2017) mostra que atualmente o nióbio pode estar presente nos mais variados campos como: automóveis; turbinas de avião; gasodutos; tomógrafos de ressonância magnética; nas indústrias aeroespacial, bélica e nuclear; além de outras inúmeras aplicações como lentes óticas, lâmpadas de alta intensidade, bens eletrônicos e até *piercings*. Dessa forma, observam-se as dimensões do seu potencial econômico, ressaltando o ecletismo com no qual o nióbio é aplicado.

Acredita-se no potencial desse metal por se tratar de um elemento que necessita de uma fração muito ínfima a ser utilizada para reestruturar a liga metálica, já que ao misturar 100 gramas, no meio de uma tonelada de aço, a liga se torna muito mais forte e maleável. Desse modo, o metal pode ser visto de forma positiva pela óptica do consumo.

As chamadas superligas apresentadas pela empresa brasileira, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), representam um grande avanço tecnológico, visto que seu emprego acontece em circunstâncias a fomentar seu retorno econômico, caso seja aplicado de uma forma a agregar valor em sua condição de matéria-prima, unida a sua aplicação em produtos com alto poder de custo e avanço tecnológico, como é o caso do CFM56, o motor a jato mais utilizado hoje em dia, fabricado pela *joint-venture* GE/Snecma e que contém cerca de 300 quilos de nióbio de alta pureza. Vale lembrar que a maior produção de nióbio é proveniente da mina da CBMM em Araxá, Minas Gerais (STUART *et al.*, 1999, p. 04).

A utilização do nióbio em ferros fundidos é mais recente, ocorrendo em peças para uso automotivo, como camisas de cilindros e anéis de segmento e também em discos de freio de caminhões. Nessas aplicações, o nióbio é empregado como gerador de carbonetos de alta dureza com a função de propiciar maior resistência ao desgaste e de refinar o tamanho da célula eutética (maior resistência mecânica) sem afetar a morfologia da grafita. Empresa como a Cofap abastece os fabricantes de veículos brasileiros e também exporta para a Europa. A Mercedes-Benz, tanto na Europa quanto no Brasil, produz para uso próprio produtos em ferro fundido contendo nióbio.

Segundo Monica Bruckmann, professora e pesquisadora do Departamento de Ciência Política da UFRJ e assessora da Secretaria Geral da União de Nações Sul-Americanas – Unasul, a oportunidade econômica perde-se em meio a ineficiência do Estado de gerir políticas públicas reguladora para que se possa ter um mercado mais competitivo e desenvolvido dentro da economia mundial, já que o Brasil detém cerca de 98% das reservas conhecidas no mundo, sendo responsável atualmente por mais de 90% do volume comercializado no planeta, seguido pelo Canadá e pela Austrália,

como mostra os dados do Serviço Geológico do Brasil, mais conhecida como CPRM (BRANCO, 2016, p. 03).

A oferta do produto está praticamente toda nas mãos de duas empresas privadas, a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, que detém 80% da produção mundial, e a Mineração Catalão, de Goiás. As exportações das duas empresas colocam o nióbio em 3º lugar na pauta de exportação mineral do Brasil, logo após o minério de ferro e o ouro. Os dados reiteram a necessidade de uma política mais clara no tocante à exploração do nióbio (BRANCO, 2016, p. 03).

Acredita-se que deveria haver diretrizes voltadas não só para a exportação, como também para investimento maciço nas pesquisas atreladas ao seu emprego dentro de âmbito nacional, unido ao processo de fabricação de produtos derivados do nióbio, para que se possa reunir maior valor comercial. O Brasil apenas exporta o nióbio como matéria prima e não fabrica produtos derivados dele. O país precisa investir em pesquisas envolvendo o minério em razão de que “ninguém está propenso a pagar uma fortuna pelo nióbio, porque nós não conseguimos dar valor agregado a ele” (CORDEIRO, 2017, s. p.). O fato do país exportar material bruto para importá-lo de forma manufaturada, com valores exageradamente mais elevados, apresenta um círculo vicioso na economia.

Segundo Cordeiro (2017), para o diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Marcelo Ribeiro Tunes, “o surgimento de novas tecnologias pode levar ao aumento do mercado de nióbio” (CORDEIRO, 2017, s. p.). O setor mundial teve um acréscimo cem vezes, desde a década de 1960, e é provável que a tecnologia continue a dar saltos e encontre novos usos para o nióbio no futuro. Porém, se o objetivo for explorar essa riqueza em seu ápice de potencialidade, deve-se aprender o que fazer com ela, iniciando pela fabricação de produtos mais sofisticados.

A afirmação de Rui Fernandes Pereira Júnior é que: “o Brasil deveria desenvolver a tecnologia desse material na medicina, nos transportes, na engenharia” (CORDEIRO, 2017, s. p.). Caso contrário, haverá continuidade no processo histórico que deu origem a nossa cultura de colonização, em que por muito tempo esteve sob a condição de refém por parte dos estrangeiros da mesma forma que ocorreu no começo do século XVI, quando navegadores portugueses descobriram a primeira *commoditie*, a madeira chamada pau-brasil (CORDEIRO, 2017, s. p.).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção do nióbio teve crescimento girando em torno de 10% ao ano na década passada, mas na atualidade o mercado mundial de nióbio está com produção estável. A demanda é de 100 mil toneladas anuais, das quais 90% são fornecidas pelo Brasil. “De todos os 55 minérios que o Brasil exporta, o nióbio é o único em que o país é líder global na produção. É o terceiro metal mais exportado em valor financeiro, atrás do minério de ferro e do ouro, e empatado com o cobre na terceira posição” (CORDEIRO, 2017, s. p.).

A figura 1, a seguir, representa a localização das principais minas de nióbio no Brasil e a produção de cada uma.

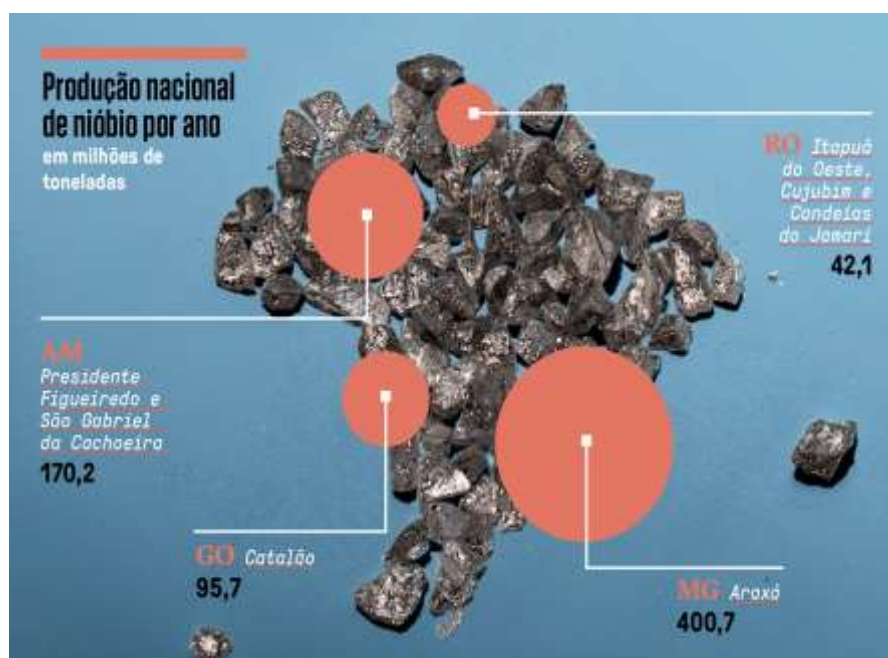


Figura 1: Produção nacional de nióbio por ano

Fonte: (CORDEIRO, 2017)

Os dados revelam que a maior produção do nióbio, 400,7 milhões de toneladas, está localizada em Araxá, Estado de Minas Gerais, e no segundo lugar, a produção de 170,2 milhões de toneladas em Presidente Figueiredo e São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas. A indústria mineral empregou em 2016 cerca de 185 mil trabalhadores diretamente no ramo dos minérios, segundo dados do Ministério do Trabalho. De acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o fator ampliador da indústria extrativista para a indústria de transformação mineral é de 1 para 3,6 postos de trabalhos, ou seja, ao final de 2016 o setor empregava diretamente 663 mil trabalhadores.

A Produção Mineral Brasileira apurada pelo IBRAM para o ano de 2016 foi de US\$ 24 bilhões. Este número foi 7,6% menor do que o apurado em 2015. Observou-se que os volumes de produção das empresas de mineração no Brasil mantiveram-se estáveis em sua grande maioria. No entanto, a variação do preço internacional das principais commodities ao longo de 2016 sinalizou queda no valor anual. Para 2017, o IBRAM acredita em uma ligeira recuperação deste número, estimado em US\$ 25 bilhões (IBRAM, 2017, p. 35).

Para o IBRAM (2017), mesmo diante de uma crise econômica, o setor mineral se mantém relativamente estável, o percentual de perda foi considerável, mas dentro da margem esperada pela instituição. Analisando os demais setores econômicos, pautados na lei da oferta e da procura, revela-se a complexidade e o quanto foram afetados, seja pela importação ou pela exportação. Contudo, o setor mineral continua com suas demandas estabilizadas, mas com participação junto ao Produto Interno Bruto, como mostra os dados informados pelo IBGE:

O Produto Interno Bruto (PIB) é formado predominantemente pelo setor de serviços, com 69,8%, seguido pelo setor industrial com 24,9% e por fim, pelo setor agropecuário com 5,3%, conforme dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2013. A indústria extrativa representa 4,3% de todo PIB Brasil e 16,9% do PIB industrial brasileiro, segundo dados do IBGE 2013 (IBRAM, 2017, p. 33).

A situação econômica desafiadora enfrentada nos últimos anos pelo país originou uma busca pragmática por parte do IBRAM, objetivando romper obstáculos, que tem por finalidade dinamizar e ascender a indústria mineral brasileira de forma dinâmica, como mostra o Relatório Anual de Atividades de junho de 2016 a junho de 2017, publicado pelo próprio instituto.

Segundo dados apresentados, o IBRAM afirma o compromisso e seriedade do setor nessa busca de crescimento, como revela através da sua participação ativa junto a Confederação Nacional da Indústria (CNI), discutindo sobre as Reformas Estruturais, como Previdenciária, Trabalhista e Tributária, em andamento no Congresso Nacional. Para o instituto, a consolidação da indústria da mineração está diretamente atrelada à retomada do desenvolvimento econômico e social, com geração de emprego e renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor de mineração foi um dos que mais contribuiu na geração de superávits para a balança comercial brasileira em 2016 e, o nióbio, um mineral pouco conhecido, faz parte da pauta das exportações da economia brasileira. Do total dos 55 minérios exportados pelo Brasil, o nióbio é o único em que o país é líder global. O mineral pode ser utilizado praticamente em todos os produtos eletrônicos, incluindo os que levam aço, pois ficam melhores com um pouco de nióbio. Os dados reiteram à necessidade de política pública mais clara no tocante à exploração do minério para o desenvolvimento comercial.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Pércio de Moraes. **Nióbio Brasileiro**, Portal CPRM, Brasil. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Redes-Institucionais/Rede-de-Bibliotecas---Rede-Ametista/Canal-Escola/Niobio-Brasileiro-2616.html> Acesso em: 16 mar. 2018.

CORDEIRO, Tiago. **A verdade sobre o nióbio**. Revista Super Interessante, 2017. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/a-verdade-sobre-o-niobio/> Acesso em: 16 mar. 2018.

DHARAMSHI, Harshad Kumar. **University of Cambridge, Niobium and Ferro-Niobium**. Disponível em: Production.<https://www.phase-trans.msm.cam.ac.uk/2006/Nb/Nb.html> Acesso em: 29 mar. 2018.

IBRAM. **Relatório anual de atividades**. Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), 2017. Disponível em: https://portaldamineracao.com.br/ibram/wp-content/uploads/2017/08/WEB_REL_IBRAM_2017.pdf Acesso em: 29 mar. 2018.

SANTOS, Luiz Ricardo dos. **Nióbio**. InfoEscola, 2017. Disponível em: <https://www.infoescola.com/elementos-quimicos/niobio/> Acesso em: 16 mar. 2018.

STUART, Harry; HULKA, Klaus; BORDIGNON, Pascoal; TAGUSAGAWA, Solon Y. ; CARNEIRO, Tadeu. **Aplicações do Nióbio**, CBMM, Brasil, 1999. Disponível em: <https://www.cbmm.com.br/pt/Paginas/Uses-EndUsers-Niobium.aspx> Acesso em: 16 mar. 2018.

O TABACO E SUA CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICA E CULTURAL

Vitor Nassar Motta⁹⁰
Mairlon Fabian de Souza Silva⁹¹
Neuza Maria de Siqueira Nunes⁹²
Maria Margarete Salvate Brasil⁹³
Tauã Lima Verdan Rangel⁹⁴

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar a relevância do tabaco na economia e sua influência social sobre os indivíduos que utilizam de produtos derivados da matéria-prima, como os cigarros, os quais são produzidos por empresas do ramo que buscam cada vez mais investir para que se tornem mais atrativos aos consumidores.

⁹⁰ Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: vitornassarmotta@hotmail.com;

⁹¹ Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: mairlonfabian@outlook.com;

⁹² Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁹³ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

⁹⁴ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

Símbolo de status e elegância, a folha do tabaco era usada para diversas finalidades e mostrava uma grande extensão quanto ao seu modo de uso, desde como moeda de troca, para fins religiosos e medicinais, ou apenas pelo prazer quando utilizado no cigarro. No descobrimento do Brasil, o produto já era produzido no país e, mais tarde, os indígenas introduziram o hábito de consumir tabaco aos portugueses, aumentando a produção pela expansão ocorrida no consumo do produto.

Na atualidade, as indústrias multinacionais, que produzem derivados do tabaco, passaram a ter o produto ligado a uma vasta gama de malefícios, perdendo, assim, grande popularidade e desencadeando proibições relacionadas ao seu “*marketing*”, restrições de uso e conseqüentemente uma queda de suas vendas.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns *sites* selecionados da *internet* que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

A indústria do cigarro, produto feito com a matéria-prima o tabaco, gera lucros que passam da casa dos bilhões. Se para as empresas, o lucro é elevado; para seus consumidores o produto causa perdas devastadoras. Em pesquisa feita pelo Centro Universitário Cesumar, além da perda monetária, que pode chegar a quase 10 mil reais por ano, um fumante que consome cerca de quatro maços por dia, o índice

de mortes pelo produto é de 7 milhões de pessoas anualmente, sem contar o dinheiro desviado por Órgãos de Saúde para o tratamento das consequências geradas pelo hábito de fumar (G1.GLOBO, 2015, s. p.). Em um comunicado, a diretora geral da OMS afirmou que “o tabaco é uma ameaça para todos. Agrava a pobreza, reduz a produtividade econômica, afeta negativamente a escolha dos alimentos consumidos nas residências e polui o ar em ambientes fechados” (EXAME, 2017, s. p.).

Por mais que a indústria do tabaco tenha movimentação monetária em escala mundial, os efeitos colaterais causados devido ao seu uso excessivo vêm colocando cada vez mais em prova sua real relevância. De acordo com pesquisas recentes, a influência mundial do cigarro continua forte, pois é sustentada não apenas pelo hábito de fumantes, mas também por aqueles que ainda usam o tabaco como moeda de troca ou em rituais religiosos. Para atender ao aumento cada vez mais crescente na demanda urbana, a produção do tabaco, no Brasil, passou a ter uma mão de obra mais especializada através da imigração, dando início a uma cultura agrícola que implementava o tabaco como principal fonte de cultura e de renda (SCHNEIDER; FERREIRA; ALVES, 2014, p. 264-265).

O Brasil, desde o ano de 2011, esteve em lugar de destaque na produção mundial e na exportação do tabaco, ficando atrás apenas da China. O aumento da produção ocorreu principalmente pela expansão agrícola no século XX, onde teve como destaque a região sul do país. A China ocupou a primeira posição na produção de tabaco em 2013-2014, e o Brasil alcançou a segunda posição com 751 mil toneladas produzidas, seguida dos países Índia, Estados Unidos e Indonésia. E os principais países importadores de tabaco do Brasil são: Bélgica (19%), Estados Unidos (11%), China (9%), Rússia (7%), Holanda (4%) e Paraguai (3%). O principal importador, a Bélgica, serve como porta de entrada do tabaco para a Holanda, a Alemanha, a Suíça

e a França, por causa do Porto de Antuérpia. As exportações do tabaco brasileiro variaram no decorrer do tempo, mas de maneira em geral apresentou declínio. Em 2009 foi exportado para a Bélgica aproximadamente 137 mil toneladas, mas em 2016 caiu para 92 mil toneladas. Embora as exportações para China em três anos, 2014, 2015 e 2016 mantiveram no mesmo valor, apresentou queda em relação ao valor exportado em 2009 (FREITAS *et al.*, 2017, p. 12).

A evolução das exportações brasileiras entre os anos de 2000 a 2004 foi, em média, de 353 mil toneladas de tabaco pré-processado. A partir de 2007, o volume aumentou para mais de 500 mil toneladas, superior ao que vinha ocorrendo. Em 2010, houve uma queda na quantidade de tabaco exportada, mas até 2012 cresceram as exportações do fumo pré e pós-processamento. De 2013 a 2014 percebe-se uma queda discreta em relação ao volume de exportações de -24%. Em 2015, com a desvalorização da moeda brasileira, houve uma pequena elevação no volume, mas a receita foi inferior, e em 2016 o volume exportado apresentou redução de 6,5% (OBSERVATÓRIO DA POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE DO TABACO, 2017b).

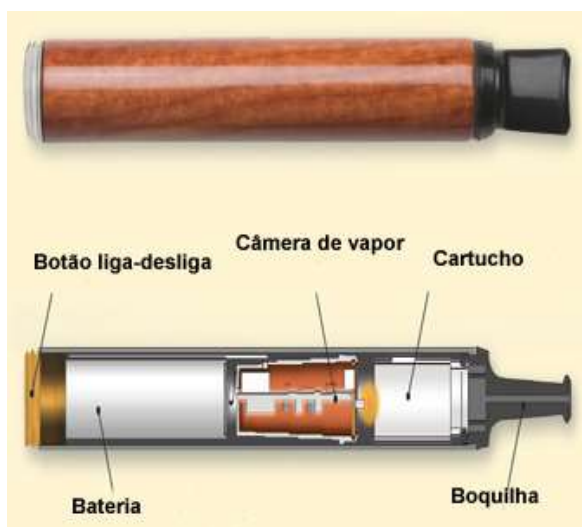
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Devido a fatores de economia, de saúde e de ambiente, muitas indústrias apelam para alternativas que prometem ajudar aqueles que decidiram se livrar do vício em nicotina. Um dos produtos disponível no mercado nos dias de hoje é o “cigarro eletrônico”. De acordo com Souza (2017), o produto é encontrado em diversas marcas e modelos, o objeto nada mais é do que um dispositivo movido a bateria que se limita na vaporização de um líquido rico em nicotina, gerando uma fumaça densa

que simula o ato de fumar. Mesmo sem os componentes químicos encontrados no cigarro convencional, o produto promete proporcionar uma sensação de alívio para o usuário, já que muitas empresas afirmam que uma porcentagem dos usuários fuma por hábito e não por vício.

Mesmo tendo sua popularidade aumentada nos últimos anos, muitos estudiosos afirmam que o cigarro eletrônico, figura 1, também tem suas desvantagens. Pinheiro (2017) afirma que alguns destes produtos apresentam em sua composição uma variada quantidade de produtos químicos nocivos à saúde e, além disso, em alguns líquidos onde o rótulo indica ausência da nicotina, após ser analisado, mostra que a confiabilidade nem sempre é de 100%.

Figura 1: cigarro eletrônico



Fonte: (SOUZA, 2018)

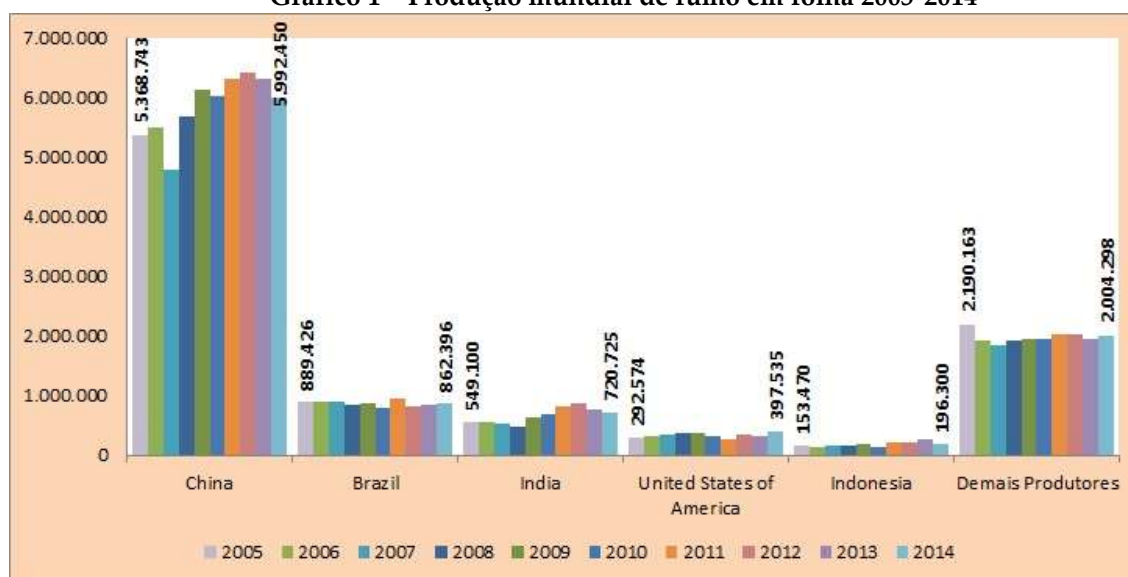
Além deste, outros meios como adesivos de nicotina, gomas de mascar a base de nicotina e inaladores estão ganhando, cada vez mais, seu lugar no mercado. Em uma pesquisa americana, afirma que o cigarro eletrônico pode sim ajudar adultos a

parar de fumar, mas com uma preocupação de que o produto pode incentivar jovens a aderirem o vício, pois alguns deles possuem traços da nicotina em seu componente. Segundo o relatório da pesquisa: “em algumas circunstâncias, como a de adolescentes e jovens adultos que não fumam, seus efeitos adversos claramente justificam a preocupação” (ISTOÉ, 2018, s. p.).

Apesar do cigarro ser prejudicial à saúde, o fumo mantém uma participação significativa na economia brasileira, pois é importante na geração de empregos na agricultura e na indústria, gerando renda e movimentando a economia do país, como também, contribuindo significativamente para a arrecadação de impostos. Conforme as informações contidas no Anuário Brasileiro 276 do Tabaco, em 2010, as estimativas para o setor é de crescimento pela qualidade do produto brasileiro, que é muito superior a dos outros países produtores. “Por esta razão, ainda que seja uma realidade, na redução do tabagismo em escala global, o Brasil garante sua fatia no mercado internacional em vista da qualidade do produto que, por sua vez, o diferencia dos concorrentes” (SCHNEIDER; FERREIRA; ALVES, 2014, p. 276).

A seguir, no gráfico 1, a evolução da produção nos principais países produtores de tabaco entre o ano de 2005 a 2014.

Gráfico 1 – Produção mundial de fumo em folha 2005-2014



Fonte: (Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco, 2017a)

De acordo com o gráfico 1, percebe-se que apesar da China estar em primeiro lugar na produção mundial de fumo, após o ano de 2012 a produção chinesa apresenta uma leve queda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que o uso do tabaco seja considerado nocivo à saúde, seu comércio gera uma movimentação financeira para diversos países, além de que a história evidencia uma enorme difusão cultural pelo seu uso e pelo intensificado comércio entre os continentes.

No Brasil, o setor de tabaco apresenta uma redução na produção e nos produtos industriais dele derivados. Na última década, a partir do ano de 2007, o impacto mais significativo na produção de tabaco brasileiro revela-se pela redução

da fabricação de cigarros no país. Mas, por outro lado, a produção de fumo em folha mantém-se no mesmo nível de uma década atrás.

REFERÊNCIAS

EXAME. **Tabaco mata mais de 7 milhões por ano, segundo OMS**. Revista Exame, 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/ciencia/tabaco-mata-mais-de-7-milhoes-por-ano-segundo-oms/>. Acesso em: 29 mar. 2018.

FREITAS, Tanise Dias Freitas; STORT, Dienifer Regina Fortes; MORAES, Diogo Alberto de; ROHENKOHL, Júlio Eduardo. **A organização da indústria brasileira do tabaco pelo modelo estrutura-conduta-desempenho**. Seminário de Economia UFSM, 2017. Disponível em: http://coral.ufsm.br/seminarioeconomia/images/anais_2017/ORGANIZA%C3%87%C3%83O_DA_IND%C3%A9STRIA_BRASILEIRA_DE_TABACO_PELo_MODELO.pdf. Acesso em: 09 jun. 2018.

G1. GLOBO. **Pesquisa mostra que fumante gasta até R\$ 10 mil por ano com cigarro**. G1.Globo, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/07/pesquisa-mostra-que-fumante-gasta-r-10-mil-por-mes-com-cigarros.html>. Acesso em: 29 mar. 2018.

ISTOÉ. **Cigarro eletrônico pode ser ruim para jovens e bom para adultos, diz estudo**. Revista IstoÉ, 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/cigarro-eletronico-pode-ser-ruim-para-jovens-e-bom-para-adultos-diz-estudo/>. Acesso em: 06 junh. 2018.

OBSERVATÓRIO DA POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE DO TABACO. **Produção de Fumo e seus Derivados**. Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco, 2017a. Disponível em: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/dados_numeros/producao_fumo. Acesso em: 06 junh. 2018.

_____. **Produção de Fumo e seus Derivados**. Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco, 2017b.

http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/dados_numeros/exportacao_de_fumo Acesso em: 06 junh. 2018.

PINHEIRO, Pedro. **Cigarro eletrônico faz mal? Conheça os riscos e benefícios**; MD.Saúde, 2018. Disponível em: <https://www.mdsaude.com/2016/06/cigarro-eletronico.html>. Acesso em: 04 abr. 2018.

SCHNEIDER, Sergio; FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fabio. **Aspectos Multidimensionais da Agricultura Brasileira**. IPEA, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_aspectos_multidimensionais.pdf. Acesso em: 09 jun. 2018.

SOUZA, Líria Alves de. **Cigarro eletrônico**. Brasil Escola, 2018. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/quimica/cigarro-eletronico.htm>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

DESSALINIZAÇÃO DA ÁGUA: CUSTO E IMPORTÂNCIA DE UMA NOVA ALTERNATIVA CONTRA A ESCASSEZ

Mayara de Oliveira de Amorim⁹⁵
Mauricio dos Santos Muce⁹⁶
Neuza Maria de Siqueira Nunes⁹⁷
Maria Margarete Salvate Brasil⁹⁸
Tauã Lima Verdan Rangel⁹⁹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar novas práticas que possibilitem a disponibilização de água potável, em meio à inevitável escassez desta. A partir disto, serão dispostas práticas que venham a converter a água salgada em água doce, assim, possibilitando o consumo da sociedade em geral. Dessa forma,

⁹⁵ Graduanda do primeiro período do curso de direito da Faculdade Metropolitana São Carlos. E-mail: mayaraamorim84@gmail.com;

⁹⁶ Graduando do primeiro período do curso de direito da Faculdade Metropolitana São Carlos. E-mail: mauricio.muce@yahoo.com.br;

⁹⁷ Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

⁹⁸ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

⁹⁹ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

sendo coberto por 71% de água em todo seu território, o planeta Terra apresenta, contraditoriamente, pequena porcentagem de água própria para o consumo a seus habitantes. Com incontáveis quilômetros cúbicos de água, somente 3% do volume aquático é apropriado para o consumo humano e para as práticas econômicas.

Com o desenvolvimento do mercado e o aquecimento das atividades econômicas que dependem da água, como as lavouras monocultoras, por exemplo, a situação de dependência do homem pela água potável cresceu exponencialmente.

Enfrentando crises de escassez e dependendo cada vez mais de água, o homem passa a buscar alternativas de substituição em relação à água doce. A prática que ganha cada vez mais força é a dessalinização da água por inúmeros modelos. Todavia, a perspectiva de achar um “antídoto” para a ausência de água doce, a partir da retirada de sal das abundantes reservas de água salgada do planeta, depara-se com o custo elevado.

Embora a relação custo-benefício pareça ser favorável, o investimento é alto e impossibilita a maioria dos países dependentes de aderir à prática. Mas, embora seja aparentemente fora do orçamento das nações, é necessário pensar em um investimento a longo prazo, que poderá evitar conflitos por água potável, e, acima de tudo, evitar uma escassez maior de água própria para o consumo humano.

Com todas as indagações, uma avaliação mais técnica e especializada, tendo em pauta os gastos e um possível superávit financeiro no futuro, deve ser colocada em discussão. Assim, abre-se o questionamento: vale a pena investir em um mecanismo, primeiramente, caro, mas que pode vir a ser vital no futuro?

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em artigos que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Com várias ponderações acerca da formação de opinião sobre quais tipos de resultado que a dessalinização pode apresentar ao ser humano, a análise econômica apresenta-se como o diferencial para coerir ou não ao novo projeto que solucionaria inúmeros problemas sociais ligados à escassez de água potável. Sendo assim, a seguir serão expostos argumentos plausíveis, que visam explicar os aspectos negativos e positivos do referido projeto, além de apresentar as respectivas maneiras de manipulação da água salgada.

A amplitude do debate de aderir ou não à prática de comercializar uma alternativa para água potável é basicamente em relação aos gastos. Segundo reportagem realizada por Silveira (2015), uma estação de máquinas dessalinizadoras, com capacidade de abastecer meio milhão de pessoas, viria a ter gastos de aproximadamente duzentos milhões de reais com energia elétrica.

O elevado gasto somente para a instalação é um dos fatores que pode desmotivar as nações, mesmo que a dependência de uma fonte de água potável para o futuro seja algo realmente necessário. Segundo reportagem de Torres, (11 Set. 2014), o Nordeste brasileiro já está aderindo à prática de retirada de sal das águas. Em Fernando de Noronha, embora a dessalinização seja total refugio à crise hídrica,

sendo responsável por 40% das águas potáveis, o custo para a “geração” da água é cinco vezes maior do que a convencional.

Outro exemplo de custo ainda elevado é nos EUA. Guiffin analisa a manipulação de água salgada no condado de San Diego. Segundo ele, o custo mensal dessa água dessalinizada é de aproximadamente US\$ 75,00 por residência, mas podendo subir cerca de US\$ 5,00. Assim, convertendo de Dolar para Real, as contas mensais de águas dessalinizadas em San Diego giram em torno de R\$ 280,00 a R\$ 300,00. (GUIFFIN, 2015, s.p)

Além do alto gasto de instalação de maquinário específico para a dessalinização, outra questão que necessita ser abordada é quanto às perspectivas ambientais. Após a conversão da água salgada em doce, a quantidade de sal restante da transformação bioquímica gera uma nova água com uma maior concentração de sal, resultando em uma água mais salgada do que o comum. Assim, urge o questionamento acerca de qual o local mais apropriado para o descarte dessa água.

Sobre a destinação da água pós-dessalinização, Soares *et. al* discorre acerca da água salobra, dizendo que “ao se dessalinizar a água salobra, transformando-a em água doce, gera-se um outro tipo de água, mais salina que a própria água salobra e, por conseguinte, com risco de contaminação ambiental elevado” (SOARES *et. al*, 2006, p.03).

A “nova água” extremamente salgada virá a ser despejada na natureza marinha ou no solo, o que resultará em sérias deficiências aos respectivos ambientes. Caso volte ao curso de água, devastará todo o curso natural do ambiente marinho, podendo resultar em exponenciais quantidades de mortes no ambiente. Segundo Araújo (2013), “a potencial nocividade deste tipo de descargas, no ambiente aquático

e outras formas de destino final, é alvo de identificação e análise” (ARAÚJO, 2013, s.p.).

Por fim, mesmo que a necessidade venha a despontar como uma espécie de iminência à adoção da dessalinização, o atual cenário econômico mundial faz com que os conceitos sejam reavaliados, para que não haja um desperdício de capital em uma tecnologia nova, mesmo que seja promissora.

Como dito anteriormente, a análise premeditada sobre os custos é o maior empecilho quanto à adoção da dessalinização. Porém, quer por opção, ou por necessidade, países como Israel já usam exclusivamente esse mecanismo. O país israelita abastece praticamente toda sua esfera populacional com água dessalinizada. Segundo Kershner (2015), a nação obtém impressionantes 130 bilhões de galões por ano, e tem a meta de subir para 200 bilhões até o ano de 2020 com o projeto que é altamente promissor.

Assim como Israel faz o uso de maneira compulsória, o Nordeste brasileiro também se vê obrigado a aderir à prática, a fim de sanar as necessidades públicas. Na cidade interiorana do estado de Pernambuco, em Riacho das Almas, a nova forma de “produzir água” chama atenção com tamanha eficácia. Segundo reportagem realizada por Dantas e Santos (2017), produzindo cerca de mil e duzentos litros de água doce por hora, as máquinas dessalinizadoras geram algo em torno de vinte mil litros por dia e servem como salvação àqueles que não tinham como satisfazer a necessidade fisiológica da sede.

Portanto, ao adotar a técnica como fonte de inovação de um recurso escasso, o homem dá um enorme passo para mudar os rumos da questão hídrica mundial, já que a nova quantidade de água disponível possibilitaria oferecer acesso de água potável àqueles que não gozam desse bem vital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dessalinização é uma resposta à iminente queda dos índices de disponibilidade de água própria para o consumo, possuindo características únicas de solução para o problema em questão: o proeminente findar de água doce ao ser humano.

Mesmo não sendo adotado pela maioria das nações, o processo dessalinizador possui característica vital em países como Austrália, Japão, Kuwait, Namíbia e Israel (sendo o último, motivo de destaque). Tais nações possuem certa dificuldade em abastecer suas respectivas populações somente com o potencial hídrico doce natural e, então, fazem uso do processo de retirar o sal da água salgada. Embora sejam distantes do Brasil, os supracitados exemplos se mostram cada vez mais recorrentes, uma vez que a escassez de água potável é algo cada vez mais próximo da realidade, e alguns estados brasileiros precisam buscar uma solução para suas respectivas populações quanto ao abastecimento hídrico.

Assim sendo, para analisar se é realmente viável a instalação de redes de dessalinização em determinados pontos, torna-se necessário analisar fatores locais, pesquisar acerca das consequências para o meio ambiente após o processo ser realizado. Além disso, os interesses políticos e os imbrólios econômicos podem dificultar a exploração desse novo recurso para a população mundial. Porém, caso a população necessite do recurso, é viável pôr em prática o modelo dessalinizador que surge como salvação para aqueles que não possuem acesso à água.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o debate apresentado, sendo expostos argumentos mediadores, favoráveis e contrários à dessalinização, chega-se à conclusão de que se o recurso for utilizado de maneira consciente, tornar-se-á totalmente positivo à população mundial em geral.

Porém, mesmo que na teoria pareça ser a solução para a ausência de água potável no mundo, na prática, a dessalinização poderá despertar o interesse das empresas privadas. Essas, indubitavelmente, viriam a se beneficiar de maneira individual, podendo monopolizar o mercado, regulamentando o preço de seu produto, tornando os consumidores verdadeiros dependentes do alto custo empregado. Dessa maneira, seria necessária uma regulamentação por meio de órgãos públicos para que o processo dessalinizador viesse a atender a população, isentando esta de sofrer com gastos excessivos advindos daquelas empresas que produziriam a nova água.

Por fim, mesmo que ainda seja prematuro, o acesso de uma nova fonte de água para a população pode ser, além de econômica, uma causa humanitária. Assim, precisa ser vista de uma maneira positiva, já que virá a beneficiar todas as partes envolvidas, desde os empresários donos dos maquinários, até a população que encontra dificuldade em ter acesso à água doce.

REFERÊNCIAS

ARAIA, Eduardo. **Dessalinização. Você ainda vai beber dessa água.** Revista Planeta, 2010. Disponível em: <<https://www.revistaplaneta.com.br/dessalinizacao-voce-ainda-vai-beber-dessa-agua>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

ARAÚJO, Ana Carolina Silvério Pires de Abreu. **Contribuição para o estudo da viabilidade/sustentabilidade da dessalinização enquanto técnica de tratamento de água.** *Run* Repositório Universidade Nova, 2013. Disponível em: <<https://run.unl.pt/handle/10362/10203?locale=en>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

DANTAS, Amanda; SANTOS, Robson; **Alternativas de abastecimento de água são desenvolvidas em Riacho das Almas.** G1. Globo, 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/abtv-1edicao/videos/v/alternativas-de-abastecimento-de-agua-sao-desenvolvidas-em-riacho-das-almas/6189020>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

GILLIS, Justin. **Mesmo com conta mais alta, Califórnia busca extrair água potável do mar.** UOL Notícias, 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/the-new-york-times/2015/04/22/mesmo-com-conta-mais-alta-california-busca-extrair-agua-potavel-do-mar.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

KERSHNER, Isabel. **Revolução de água em Israel afasta qualquer ameaça de seca.** UOL Notícias, 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/the-new-york-times/2015/05/30/revolucao-de-agua-em-israel-afasta-qualquer-ameaca-de-seca.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

SILVEIRA, Mônica. **Dessalinizador trata cinco mil litro de água por dia com solar.** Youtube, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=d7xiPETJ1V0>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

SOARES, Tales M; SILVA, Iran J. O. da; DUARTE, Sergio N; SILVA, Ênio F. de F. e. **Destinação de águas residuárias provenientes do processo de dessalinização por osmose reversa.** *Scielo*, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeaa/v10n3/v10n3a28.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

TORRES, Alessandro. **Sistema de dessalinização da água já é usado em nove estados no Brasil.** G1. Globo, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/09/sistema-de-dessalinizacao-da-agua-ja-e-usado-em-nove-estados-no-brasil.html>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

A EXPORTAÇÃO DE ARMAMENTO BÉLICO LEVE NO BRASIL

Nélio Fernandes Couto Júnior¹⁰⁰
Roberto Coelho Rocha¹⁰¹
Neuza Maria de Siqueira Nunes¹⁰²
Maria Margarete Salvate Brasil¹⁰³
Tauã Lima Verdán Rangel¹⁰⁴

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo descrever a exportação de armamentos bélicos leves pelo Brasil, mostrando os principais produtores bélicos, os principais compradores e os valores que envolvem o comércio de armas. O país superou barreiras e atingiu em 2014 o patamar de terceiro maior exportador mundial desses produtos. A exportação de armamentos leves compreende as armas militares, as pistolas, os revólveres, as partes e os acessórios, e munição.

¹⁰⁰ Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neliofscjr@outlook.com;

¹⁰¹ Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: rodrigocoelhofrancolima@hotmail.com;

¹⁰² Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: neuzamsnunes@gmail.com;

¹⁰³ Professora orientadora. Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana. E-mail: margarete_sb@yahoo.com.br

¹⁰⁴ Professor orientador. Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor dos Cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos, campi Bom Jesus do Itabapoana-RJ, e do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

A busca por dados no exterior sobre o comércio brasileiro de armas está vinculada ao fato de que o Brasil está como o 39º colocado no ranking entre os demais exportadores mundiais de armamento no que se refere à transparência. A falta de transparência acaba sendo algo ruim para o país, pois muitas informações sobre o assunto acabam sendo ocultadas, e por causa disso pouco se sabe sobre o assunto em questão. Países como a China, a Rússia e o Paquistão tem maior transparência no registro dos dados sobre as armas comercializadas e seus destinos do que o Brasil.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi a revisão bibliográfica com base em leituras de alguns sites selecionados da internet e em livros que discorriam sobre o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

As forças armadas do Brasil buscaram reverter o processo de enfraquecimento pelo qual passou no decorrer da década de 90 associando modernização tecnológica e revitalização da indústria bélica brasileira. Segundo Fracalossi (2011), através das exportações de armas o país tem a possibilidade de negociar a compra de insumos, como petróleo, gás natural, urânio, além de colaborar com o aumento da arrecadação de impostos, a ampliação da entrada de divisas e, de maneira geral, com a expansão da economia nacional.

Para o autor, com a intenção de impulsionar o fortalecimento militar brasileiro o governo fez a encomenda de 50 helicópteros franceses; a aquisição de 12 helicópteros de combate russos; a compra de 2.044 viaturas blindadas de transporte de tropas; a futura construção de um submarino nuclear e quatro submarinos convencionais.

A exportação de armamento bélico tem vários objetivos e implicações políticas e econômicas. Pelo aspecto político pode-se citar o fortalecimento de Estados ou movimentos insurgentes aliados, o fortalecimento de uma aliança militar por meio da padronização de equipamentos e a consequente elevação da interoperabilidade, o fortalecimento indesejado de um futuro inimigo. Pelo aspecto econômico, o aumento do ingresso de divisas em moeda estrangeira pela exportação dos armamentos, a elevação da arrecadação de tributos e a promoção do crescimento e/ou do desenvolvimento econômico (FRACALOSSO, 2011, p. 13).

De acordo com Chade (2017), no ano de 2013, o Brasil apresentou-se no setor bélico de armamento leve como o quarto maior exportador mundial, mas em 2014 alcançou o posto de terceiro lugar, ultrapassando a Alemanha, que detinha a posição. O primeiro lugar no ranking encontra-se os Estados Unidos, com lucro de US\$ 1,1 bilhão, seguido da Itália, com US\$ 689 milhões, e em terceira posição o Brasil com US\$ 591 milhões. Em relação ao mercado mundial, os produtos brasileiros dispõem de 10% do mercado com total de vendas no valor de US\$ 591 milhões, em que o total do mercado global corresponde a US\$ 6 bilhões (CHADE, 2017, s.p.).

Do total dos 15 países que abrangem negócios superiores a US\$ 100 milhões, o Brasil é o penúltimo no que se refere à transparência, só ficando atrás de Israel que tem menos clareza em suas declarações públicas de negócios bélicos.

Do total das exportações brasileiras de armas em 2014, conforme Chade (2017), 47% foram para a Indonésia, 24% para o mercado americano, 4% para os Emirados Árabes Unidos e 3% para o Catar e Omã. Entre os cinco maiores exportadores mundiais de armas leves encontra-se a Coreia do Sul, demonstrando a dinâmica da globalização no aumento das fontes de fornecimento.

Assim sendo, a empresa líder no Brasil que contribui para as exportações de armas é a Taurus, adotando inovações importantes em armas de fogo de uso militar e de uso civil durante a segunda metade da década de 90, tais quais: “sistemas de segurança confiáveis, produção de modelos mais leves e compactos, uso de materiais baseados em polímeros, introdução de materiais leves, como titânio e compósitos” (DREYFUS *ET AL.*, 2010, p. 66).

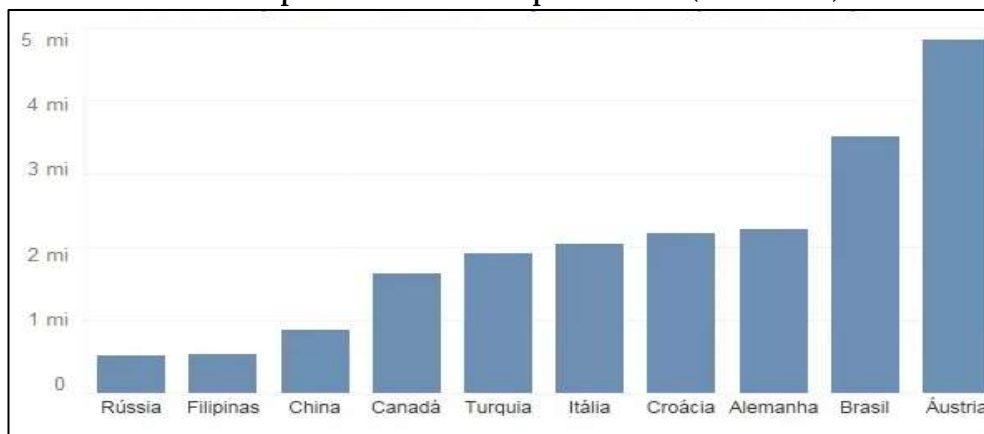
Além da empresa conseguir introduzir novos produtos de boa qualidade e com preços competitivos no mercado dos EUA, atualmente, o Brasil é o único produtor latino-americano de armas pequenas para mercados civis e policiais que domina a tecnologia de polímeros, compósitos plásticos e pistolas em titânio. Para Dreyfus *et al.* (2010), neste mercado particular com poucas restrições tecnológicas, o país tem o potencial para evoluir de um produtor em que está em terceiro lugar para o segundo lugar.

RESULTADO E DISCUSSÃO

No período compreendido entre os anos de 2012 a 2016, o Brasil foi o segundo país que mais vendeu armas de fogo para os Estados Unidos. Os EUA importaram em cinco anos 23 milhões de armas, e as vendas do Brasil, de acordo com o gráfico 1,

representam mais de 3,5 milhões de armamentos, equivalente a 15% do total, atrás apenas da Áustria (JULIÃO, 2017, s.p.)

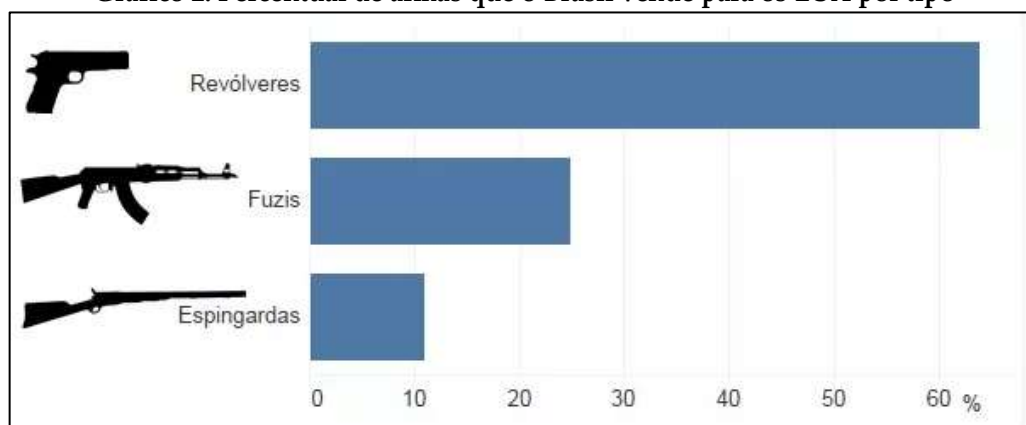
Gráfico 1: Maiores exportadores de armas para os EUA (2012 a 2016)



Fonte: (JULIÃO, 2017)

A exportação de armamentos leves que o Brasil envia para os EUA, notavelmente os revólveres se destacam em relação aos demais, alcançando um percentual de mais de 60%, seguida de 20% de fuzis e de 10% de espingardas. O gráfico 2 representa, em forma de porcentagem, os tipos de armamentos:

Gráfico 2: Percentual de armas que o Brasil vende para os EUA por tipo



Fonte: (JULIÃO, 2017)

O Brasil está efetivamente no mercado de exportação bélica, e só é possível por conta de suas empresas armamentistas, as quais se destacam no mercado mundial. De acordo com Juliboni (2016), as principais multinacionais que se destacam são: Helibras: de helicópteros de guerra; Forjas Taurus: de revólveres a submetralhadoras; Embraer: de caças a sistemas de monitoramento; Iveco: de carros de conflitos; Avibras: mísseis e aviões sem tripulação e a Odebrecht: estaleiros para submarinos militares (JULIBONI, 2016, s.p.).

A mais famosa empresa na ativa e com mais tempo no Brasil é a Taurus, presente há 77 anos no mercado e representada pela logomarca, na figura 1, a seguir:



Figura1: Logomarca da Taurus
Fonte: (JULIBONI, 2016)

A Taurus como uma das empresas mais conhecidas fabricante de armamentos do país, na contemporaneidade produz de submetralhadoras à revólveres que são exportados para cerca de 70 países. A empresa encerrou o primeiro semestre de 2016 com receita líquida de 354 milhões de reais, no mesmo período do ano anterior foi de 304 milhões, com lucro de 22 milhões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exportação de armamentos leves pela indústria bélica do Brasil provoca impacto positivo na economia do país, tendo como principais produtos as armas militares, as pistolas, os revólveres, as partes e os acessórios, e munição. O país conquistou seu espaço entre as grandes potências mundiais e o setor movimentou milhões em divisas. Em 2014 o Brasil alcançou o posto de terceiro lugar como o maior exportador mundial de armamentos leves, com lucro de US\$ 591 milhões. A produção brasileira de armamentos leves teve como principais compradores em 2014 a Indonésia, os EUA e os Emirados Árabes Unidos. Os dados e os valores sobre o setor são feitos pelos países que importam produtos de fabricação brasileira, uma vez que falta transparência na divulgação das transações comerciais.

REFERÊNCIAS

CHADE, Jamil. **Brasil passa a ser 3º maior exportador de armas leves**. O Estadão, 2017. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,brasil-passa-a-ser-3-maior-exportador-de-armas-leve,70001993277> Acesso em: 20 mar.2018.

DREYFUS, Pablo Dreyfus et all. **Small Arms Holdings in Brazil: Production, Trade, and Holdings**. Graduate Institute of International and Development Studies. Geneva, 2010. Disponível em: <http://www.smallarmssurvey.org/fileadmin/docs/C-Special-reports/SAS-SR11-Small-Arms-in-Brazil.pdf> Acesso em: 27 mai. 2018.

FRACALOSSO, Rodrigo. O mercado internacional de equipamentos militares: negócios e política externa. Ipea, 2011. Texto para discussão nº 1596. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1275/1/TD_1596.pdf Acesso em: 26 mai. 2018.

JULIÃO, Luis Guilherme. **Brasil é o segundo maior exportador de armas para os EUA**. O globo, 2017. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos->

dados/post/brasil-e-o-segundo-maior-exportador-de-armas-para-os-eua.html Acesso em: 20 mar. 2018.

JULIBONI, Márcio. **10 empresas brasileiras de defesa e armamento**. Exame, 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/10-fabricantes-brasileiros-de-armamento-e-defesa/> Acesso em: 20 mar. 2018.

